

# **História das Escolas inseridas no Projeto Bibliotecas, Arquivos e Museus da Educação (2008 – 2011)**



*Título:*

História das Escolas inseridas no Projeto Bibliotecas, Arquivos e Museus da Educação (2008-2011)

*Autor:*

Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo da Secretaria-Geral da Educação e Ciência

*Elaboração e compilação de texto por:*

Elvira Evaristo

*Revisão Editorial:*

Pedro Maximino

*Edição:*

1.<sup>a</sup> edição

*Tratamento de Imagens:*

Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

*Elaborado em:*

2020

## SUMÁRIO

|                                              |     |
|----------------------------------------------|-----|
| SUMÁRIO                                      | 01  |
| BREVAS PALAVRAS....                          | 03  |
| PREÂMBULO                                    | 04  |
| AS ESCOLAS                                   |     |
| - CONSERVATÓRIO NACIONAL                     | 06  |
| - EBS de CANELAS (VILA NOVA DE GAIA)         | 12  |
| - EBS de CASTELO DE PAIVA                    | 16  |
| - EB FRANCISCO ARRUDA (LISBOA)               | 19  |
| - ES D. JOÃO DE CASTRO (LISBOA)              | 24  |
| - ES AFONSO DE ALBUQUERQUE (GUARDA)          | 38  |
| - ES ALEXANDRE HERCULANO (PORTO)             | 42  |
| - ES ALFREDO DA SILVA (BARREIRO)             | 48  |
| - ES ANTÓNIO SÉRGIO (VILA NOVA DE GAIA)      | 51  |
| - ES CLARA DE RESENDE (PORTO)                | 55  |
| - ES D. JOÃO II (SETÚBAL)                    | 61  |
| - ES D. LUISA DE GUSMÃO (LISBOA)             | 65  |
| - ES D. SANCHÓ I (VILA NOVA DE FAMALICÃO)    | 69  |
| - ES da CIDADE UNIVERSITÁRIA (LISBOA)        | 74  |
| - ES ALMEIDA GARRETT (VILA NOVA DE GAIA)     | 77  |
| - ES CAMÕES (LISBOA)                         | 81  |
| - ES de EMÍDIO GARCIA (BRAGANÇA)             | 89  |
| - ES de EMÍDIO NAVARRO (ALMADA)              | 98  |
| - ES de GONDOMAR                             | 103 |
| - ES de JOÃO DE DEUS (FARO)                  | 108 |
| - ES de JÚLIO DANTAS (LAGOS)                 | 114 |
| - ES de MOURA                                | 119 |
| - ES de SANTA MARIA MAIOR (VIANA DO CASTELO) | 124 |

|                                               |     |
|-----------------------------------------------|-----|
| - ES de SÃO LOURENÇO (PORTALEGRE)             | 129 |
| - ES de SILVES                                | 134 |
| - ES de VILA COVA DA LIXA                     | 139 |
| - ES de VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO            | 144 |
| - ES DIOGO DE GOUVEIA (BEJA)                  | 149 |
| - ES DR. BERNARDINO MACHADO (FIGUEIRA DA FOZ) | 155 |
| - ES DR. FRANCISCO FERNANDES LOPES (OLHÃO)    | 159 |
| - ES DR. MÁRIO SACRAMENTO (AVEIRO)            | 164 |
| - ES FILIPA DE VILHENA (PORTO)                | 168 |
| - ES GIL VICENTE (LISBOA)                     | 174 |
| - ES INFANTA DONA MARIA (COIMBRA)             | 181 |
| - ES INFANTE D. HENRIQUE (PORTO)              | 187 |
| - ES JÁCOME RATTON (TOMAR)                    | 194 |
| - ES JOSÉ ESTÊVÃO (AVEIRO)                    | 200 |
| - ES LATINO COELHO (LAMEGO)                   | 209 |
| - ES MARQUES DE CASTILHO (ÁGUEDA)             | 216 |
| - ES MONTE DA CAPARICA (ALMADA)               | 223 |
| - ES NUNO ÁLVARES (CASTELO BRANCO)            | 228 |
| - ES PADRÃO DA LÉGUA (MATOSINHOS)             | 241 |
| - ES PADRE ANTÓNIO VIEIRA (LISBOA)            | 245 |
| - ES QUINTA DO MARQUÊS (OEIRAS)               | 251 |
| - ES RAINHA D. LEONOR (LISBOA)                | 255 |
| - ES RAINHA SANTA ISABEL (ESTREMOZ)           | 262 |
| - ES SÁ DA BANDEIRA (SANTARÉM)                | 267 |
| - ES SEBASTIÃO E SILVA (OEIRAS)               | 272 |
| - ES SOARES DE BASTOS (OLIVEIRA DE AZEMÉIS)   | 280 |
| - ES STUART CARVALHAIS (MASSAMÁ – SINTRA)     | 285 |
| - ES TOMÁS CABREIRA (FARO)                    | 289 |

## **BREVES PALAVRAS**

Atenta a missão de interesse público da Secretaria-Geral da Educação e Ciência, através da Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo, procedeu-se à inventariação bibliográfica nas Escolas intervencionadas pela Parque Escolar, E.P.E., visando a sua disponibilização.

Divulgar a história custodial de cada Escola intervencionada, muitas vezes desconhecida do público em geral e do público estudantil em especial, mediante a narrativa de factos históricos e de vivências coletivas dignas de relevo, é fator de valorização do Património Histórico da Educação.

Raúl Capaz Coelho

Secretário-Geral

## PREÂMBULO

A escola é um ambiente de socialização e construção da própria personalidade. Aprende-se em todos os lugares e situações, no entanto, é principalmente no ambiente da escola que nos é dada a oportunidade de aceder e de partilhar todo um mundo de conhecimentos.

Nesta esteira, o Programa de Modernização do Parque Escolar Destinado ao Ensino Secundário apresentou como objetivos para a sua operabilidade:

- (i) recuperar e modernizar os edifícios, potenciando uma cultura de aprendizagem, divulgação do conhecimento e aquisição de competências, através de intervenções que permitiram adequar e modernizar espaços letivos e não letivos;
- (ii) abrir a escola à comunidade, criando condições espaço-funcionais e de segurança;
- (iii) criar um sistema eficiente e eficaz de gestão dos edifícios.

O modelo de reorganização do espaço escolar procurou responder a estes requisitos a partir da adaptação do conceito de *learning street*, introduzido em Portugal com o método Escola Montessori<sup>1</sup>, na década de 1960. Os vários setores funcionais da escola estão articulados através de um percurso tridimensional que constitui uma sucessão de espaços interiores e exteriores de valência diversificada, relacionados com diferentes situações de aprendizagem formal e informal.

Foi intenção da Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo (DSDA), da Secretaria-Geral da Educação e Ciência (SGEC), preservar e divulgar a memória

---

<sup>1</sup> Maria Montessori (1870–1952) afirmava que o essencial da aprendizagem escolar seria libertar a verdadeira natureza do indivíduo, porque permitiria compreender melhor as crianças e, por consequência, adaptar os métodos de aprendizagem ao estudante. Assim ela tornar-se-ia mais eficaz e menos morosa, porque não a obrigava a moldar-se a um método que poderia não lhe ser favorável.

do património histórico-arquitetónico da educação; não esquecendo que as escolas devem ser um elemento estratégico na construção de uma cultura de aquisição e de divulgação de saberes. A própria DSDA envolveu-se diretamente através do Projeto Bibliotecas, Arquivos e Museus da Educação (BAME) nas escolas, enviando para o terreno vinte técnicos especializados para inventariação do património biblioteconómico, arquivístico e museológico<sup>2</sup>.

Na realização do estudo que agora se apresenta, teve-se em consideração uma perspetiva evolutiva das escolas – desde a sua criação até à atualidade. Deste modo, são referidos pormenores arquitetónicos, descritas zonas e estruturas envolventes (com especial enfoque para as mudanças de patronos e das próprias designações), consoante as vicissitudes políticas e sociais ocorridas.

A técnica utilizada nesta compilação foi a *pesquisa bibliográfica*; os recursos eletrónicos utilizados foram prioritariamente os das próprias instituições de ensino, nomeadamente, a documentação de “avaliação externa das escolas”<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Para responder a esta necessidade foi celebrado a 30 de março de 2007 um acordo de colaboração entre a Parque Escolar, E. P. E. e a Secretaria-Geral do Ministério da Educação, revisto a 22 de dezembro de 2008, que resultou na criação do referido Projeto BAME (Bibliotecas, Arquivos e Museus da Educação).

<sup>3</sup> A Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro, alterada pelo Art.º 182 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprova o sistema de avaliação da educação e do ensino não superior, estabelece que o controlo de qualidade se deve aplicar a todo o sistema educativo com vista à promoção da melhoria, da eficiência e da eficácia, da responsabilização e da prestação de contas, da participação e da exigência, e de uma informação qualificada de apoio à tomada de decisão. Nos termos da lei, a avaliação estrutura-se com base na autoavaliação, a realizar em cada escola ou agrupamento de escolas, e na avaliação externa.

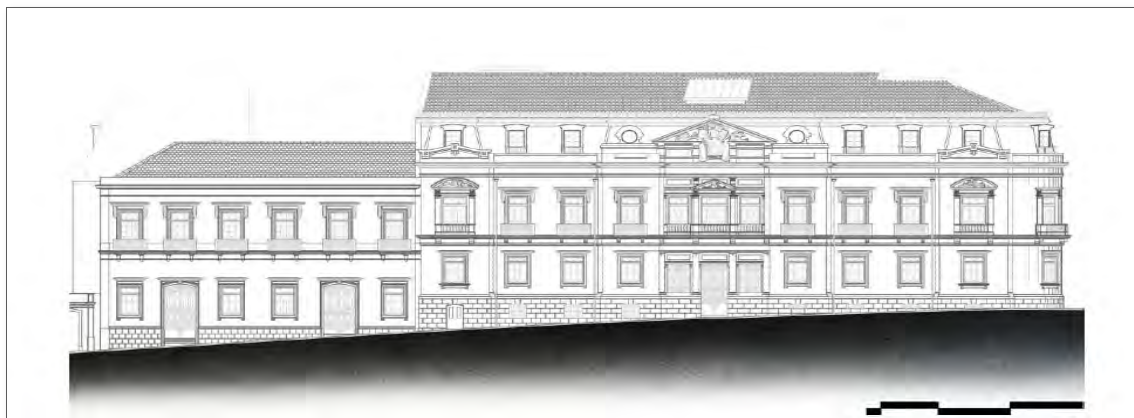
## CONSERVATÓRIO NACIONAL DE LISBOA



Antigo edifício do Conservatório Nacional, hoje sede da Escola de Música do Conservatório Nacional.

O Conservatório Nacional constituía um estabelecimento público para ensino das artes, criado em Lisboa em 1836.

Foi extinto como instituição singular em 1983, dando origem a diversas escolas artísticas autónomas entre si: a Escola Superior de Música de Lisboa, a Escola Superior de Dança, a Escola Superior de Teatro e Cinema, a Escola de Música do Conservatório Nacional e a Escola de Dança do Conservatório Nacional. As três escolas superiores foram integradas no ensino politécnico, fazendo hoje parte do Instituto Politécnico de Lisboa. A Escola de Música e a Escola de Dança são as sucessoras do ensino vocacional do antigo Conservatório Nacional, sendo ainda referidas coletivamente como tal, ainda que sejam hoje instituições distintas.



Alçado principal (nascente) do Conservatório Nacional (fonte Almeida, 2017)

O que viria a ser o Conservatório Nacional foi fundado como Conservatório Geral de Arte Dramática, por Decreto da Rainha D. Maria II de 1836, no âmbito de um plano para a fundação e organização de um Teatro Nacional proposto por João Baptista de Almeida Garrett. O Conservatório estava então dividido numa Escola Dramática ou de Declamação, numa Escola de Música e numa Escola de Dança, Mímica e Ginástica Especial. Quando da sua criação, incorporou-se neste estabelecimento o Conservatório de Música, que havia sido criado na Casa Pia por Decreto de 5 de maio de 1835.

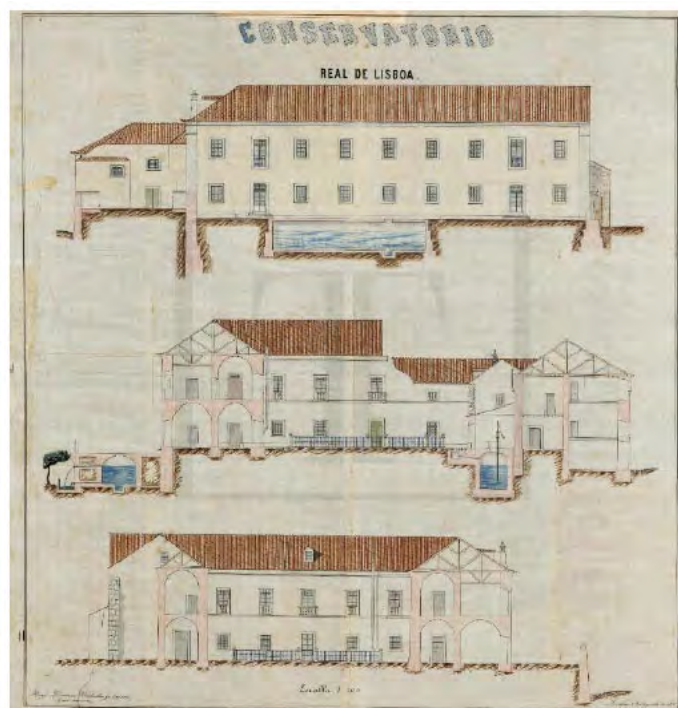
Em reformas posteriores, o nome do estabelecimento foi alterado para Conservatório Real de Lisboa. Depois da implantação da República, em 1910, passou a designar-se Conservatório Nacional. A Escola Dramática passou a designar-se Escola de Arte de Representar.



Por Decreto de 4 de julho de 1914, foi concedida autonomia administrativa, pela primeira vez, à Escola de Arte de Representar. Nesta Escola foi criado, por decreto de 19 de maio de 1914, o curso de cenografia e decoração teatral cujo ensino seria ministrado no salão grande de pintura do Teatro Nacional Almeida Garrett, o qual, considerado como dependência da Escola de Arte de Representar ficava “exclusivamente destinado ao serviço e oficinas do respetivo professor” e, por decreto de 6 de agosto de 1914, o curso de indumentária prática teatral.

Toda esta tradição foi sendo mantida e desenvolvida nas reformas posteriores do ensino da área do teatro e transporece hoje nos cursos ministrados na Escola Superior de Teatro e Cinema.

No que ao cinema se refere, o respetivo curso só foi introduzido no Conservatório Nacional, como experiência pedagógica, a partir de 1971, no âmbito do processo de reforma empreendido por Madalena Perdigão, sendo ministro da Educação Nacional José Veiga Simão.

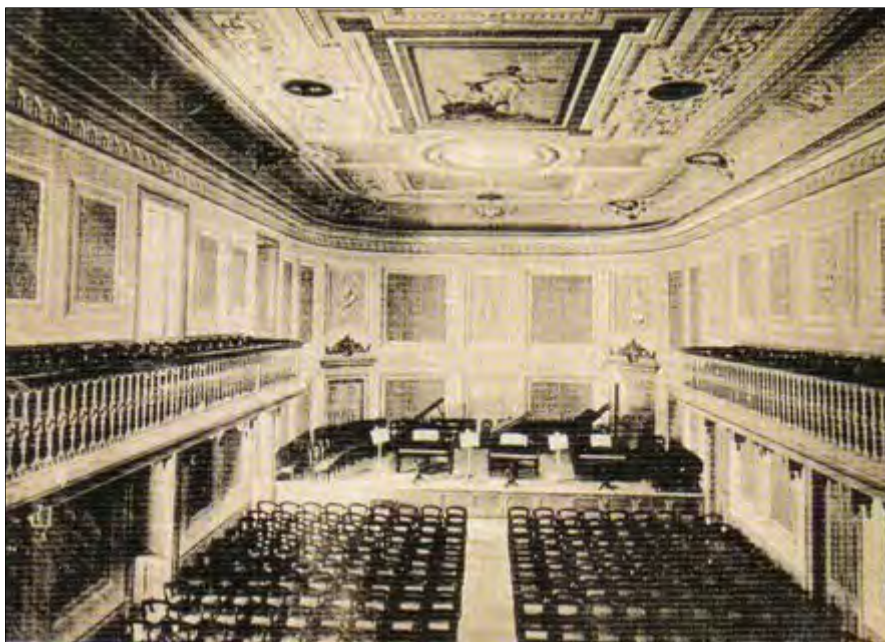


Secções do Convento dos Caetanos / Conservatória Nacional  
(fonte: Almeida, 2017)

Foi então criada a Escola Piloto para a Formação de Profissionais de Cinema, cujo curso se iniciou em 1973 e teve, desde o princípio, a preocupação de aliar à transmissão de conhecimentos técnicos inerentes à prática das profissões do cinema uma vertente mais artística.

O curso que a Escola Superior de Teatro e Cinema hoje ministra é ainda o resultado de uma evolução radicada naquele primeiro curso de cinema, que, aliás, foi pioneiro no ensino superior público português.

Através do Decreto-lei n.º 310/83 de 1 de julho - que reestruturava o ensino da música, dança, teatro e cinema - o Conservatório Nacional foi reconvertido e extinto, dando origem a três escolas de ensino superior (de Música, de Dança e de Teatro e Cinema) e a duas escolas de ensino vocacional (de Música e de Dança).



Pelo decreto do Governo n.º 46/85 de 22 de novembro, a Escola Superior de Teatro e Cinema (ESTC), que até então funcionara sob a dependência da Direção-Geral do Ensino Superior e fora dirigida desde 1983 por uma Comissão Instaladora composta pelos professores Jorge Listopad, como presidente, e José Bogalheiro, como vogal, é integrada no Instituto Politécnico de Lisboa, estabelecimento de ensino superior politécnico público criado pelo Decreto-lei nº 513-T/79 de 26 de dezembro.

A ESTC passou, assim, a constituir uma unidade orgânica do Instituto Politécnico de Lisboa e manteve-se em regime de instalação, sob a direção da referida comissão instaladora, até à publicação dos seus Estatutos no *Diário da República*, 2ª série, n.º 15, de 18 de janeiro de 1995.

A construção na Amadora, dentro da zona da grande Lisboa, de um edifício de raiz para a ESTC, o primeiro destinado a uma escola de ensino superior artístico em Portugal, permitiu, finalmente, a transferência em 1998 das suas atividades do velho edifício do Convento dos Caetanos em Lisboa, onde Almeida Garrett instalara com carácter provisório em 1836 o Conservatório Geral de Arte Dramática, para umas instalações modernas, dotadas de espaços letivos adequados, de estúdios, de salas de espetáculos e de visionamento, de biblioteca e refeitório que possibilitam as melhores condições de trabalho para os alunos que a frequentam.

A estrutura bi-departamental da Escola, resultante da herança histórica das pré-existentes escolas de Teatro e de Cinema do Conservatório Nacional, levou a que os seus departamentos sejam dotados de alguma autonomia pedagógico-científica interna, consagrada estatutariamente.

## BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, Carolina Dionísio de (2017). *O edifício do Conservatório Nacional (lisboa): estudo histórico e arquitetónico* [em linha]. Dissertação científica para obtenção do grau de mestre em arquitetura especialização em interiores e reabilitação do edificado documento final [Consult. 17 de jun. de 2019]. Disponível: < <http://hdl.handle.net/10400.5/13906>>.

BORGES, Maria José (s. d.). *História: Escola de Música do “Conservatório Nacional de Lisboa”* [em linha]. [Consult. 17 de jun. de 2019]. Disponível: <<http://www.emcn.edu.pt/index.php/instituicao/apresentacao/historia/>>.

IKIPÉDIA (2019). *Conservatório Nacional de Lisboa* [em linha]. [Consult. 17 de jun. de 2019]. Disponível: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Conservat%C3%B3rio\\_Nacional\\_de\\_Lisboa](https://pt.wikipedia.org/wiki/Conservat%C3%B3rio_Nacional_de_Lisboa)>.

MORGADO, Cláudia (2002). *Convento dos Caetanos, Conservatória Nacional* [em linha]. Lisboa: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [Consult. 17 de jun. de 2019]. Disponível: <[http://www.monumentos.gov.pt/site/app\\_pagesuser/sipa.aspx?id=14263](http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=14263)>.

## **ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE CANELAS, VILA NOVA DE GAIA**



A Escola Básica e Secundária de Canelas, situada em Vila Nova de Gaia, na Vila de Canelas, foi inaugurada nos finais da década de 80. O projeto de requalificação da escola levado a cabo pela Parque Escolar, EPE, partiu do programa funcional definido, tendo como principais objetivos:

- Proporcionar um sentido global e unificado ao conjunto de edifícios existentes, permitindo que se passe a avaliar a escola como “um único edifício”;
- Garantir um sistema de circulações interiores que proporcionem a continuidade ao longo de todos os corpos da escola, reiterando o sentido de unidade e reforçando os níveis de segurança e de conforto; e proporcionar uma integração plena e global de todos os espaços exteriores.

Desde a zona de entrada principal, é organizada a distribuição funcional do edifício. A biblioteca escolar, pela sua importância na capacidade de estimular

a aprendizagem dentro e para fora da escola, situa-se numa posição de proximidade com a zona de entrada.



O pavilhão desportivo preexistente foi requalificado, tendo sido ampliadas as suas capacidades com a construção de balneários e zonas técnicas e novas valências, como as salas de ginástica e o posto médico.



Atualmente, a Escola Básica e Secundária de Canelas é sede de agrupamento, o funcionamento deste agrupamento, cuja sede é a escola básica e secundária de Canelas, de cada um dos seus órgãos de direção, administração e gestão, das estruturas de orientação educativas e dos serviços especializados de apoio educativo, bem como os direitos e deveres dos membros da comunidade escolar, de acordo com a lei em vigor.



As referências a “escola” constantes do presente regulamento reportam-se aos diversos estabelecimentos de ensino que integram o agrupamento, salvo se resultar diversamente do sentido geral da disposição. O agrupamento de escolas de Canelas integra os seguintes estabelecimentos de ensino:

- Escola Básica e Secundária de Canelas (escola sede);
- Escola EB1/ JI do Alquebre (Serzedo);
- Escola EB1/ JI de Brandariz (Perosinho);
- Escola EB1/ JI do Curro (Canelas);
- Escola EB1 de Laborim de Baixo (Mafamude);
- Escola EB1 da Lagarteira (Canelas);
- Escola JI de Loureiro 1 (Perosinho);
- Escola EB1 de Loureiro 2 (Perosinho);
- Escola EB1/ JI de Megide (Canelas);
- Escola EB1/ JI de Monte (Gulpilhares);
- Escola JI de Ribes (Canelas);
- Escola EB1/ JI da Serpente (Vilar de Andorinho).

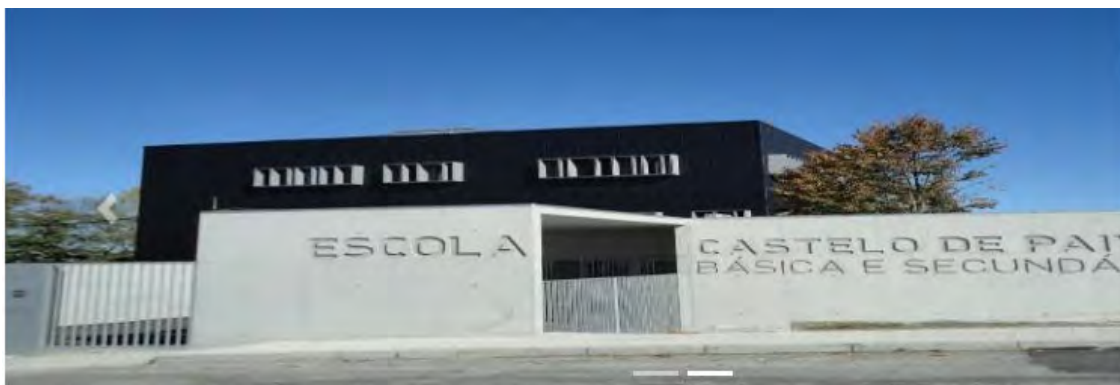
## BIBLIOGRAFIA:

PARQUE ESCOLAR (2019). *Escola Básica e Secundária de Canelas* [em linha]. [Consult. 16 de julho de 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/137>>.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CANELAS (2014). *Regulamento interno, 2014-2017* [em linha]. [Consult. 16 jun. 2019]. Disponível: <[https://agrcanelas.edu.pt/wp-content/uploads/2018/10/RI\\_2014\\_17.pdf](https://agrcanelas.edu.pt/wp-content/uploads/2018/10/RI_2014_17.pdf)>.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CANELAS (2019). *Canelas, Agrupamento de Escolas* [em linha]. [Consult. 16 de jun. 2019]. Disponível: <<https://agrcanelas.edu.pt/>>.

## **ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE CASTELO DE PAIVA**



O Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva foi criado em 2007, situando-se na vila de Castelo de Paiva, distrito de Aveiro. Abrange as freguesias: União de freguesias de Bairros e Sobrado; Fornos; São Martinho de Sardoura; Santa Maria de Sardoura e Real.

Situado a escassos cinquenta quilómetros da cidade do Porto, o Concelho de Castelo de Paiva é o mais distante da sede do distrito a que pertence, estendendo-se desde os limites de Arouca até ao rio Douro, entre os concelhos de Cinfães, Gondomar e Santa Maria da Feira.

Desde tempos remotos que estas terras foram um polo de atração de diversas civilizações que lá se fixaram, nomeadamente os Fenícios e os Romanos, usufruindo das potencialidades e riquezas que o território paivense lhes proporcionava, como o comprovam os diferentes monumentos e vestígios espalhados pelo concelho. Inicialmente, o concelho era designado apenas por "Paiva", e só há cerca de um século passou a designar-se "Castelo de Paiva".

A palavra "Castelo", que juntamente com "Paiva" forma o nome do concelho, terá origem no facto de ter existido um castro na "Ilha do Castelo", situada na povoação do Castelo, um lugar da freguesia de Fornos, na foz do rio Paiva, que ali desagua no Douro.

As unidades orgânicas do Agrupamento são constituídas por quinze estabelecimentos de educação e ensino: oito jardins de infância, quatro escolas agregadas EB1/Jardins de Infância, três escolas básicas do 1.º ciclo do ensino básico, distribuídas pela União de freguesias Sobrado-Bairros e pelas freguesias de Fornos, Real, S. Martinho de Sardoura e Santa Maria de Sardoura e pela Escola Básica e Secundária de Castelo de Paiva (escola-sede).



Relativamente à ação social escolar, verifica-se que 44% dos alunos não beneficiam de auxílios económicos. Já no que respeita às tecnologias de informação e comunicação, 48,3% dos alunos do ensino básico e 77,1% dos alunos do ensino secundário possuem computador com internet em casa.

Os dados relativos às habilitações académicas dos pais e encarregados da educação revelam que a percentagem dos pais dos alunos do ensino básico e do ensino secundário com formação superior é, respetivamente, de 7,8% e 3% e com formação secundária é de 12% e 7%, respetivamente. Quanto à

ocupação profissional, 11,6% dos pais/mães do ensino básico e 7% do ensino secundário são profissionais de nível superior e intermédio.

## **BIBLIOGRAFIA:**

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CASTELO DE PAIVA (2017). Regulamento interno, 2017-2021 [em linha]. [Consult. 16 de jun. 2019]. Disponível:  
<<https://www.agrupamentoescolascp.pt/?v=0&idperfil=&m=76&tp=1>>.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CASTELO DE PAIVA (2018). *Planeamento de acção estratégica de promoção de qualidade das aprendizagens : sucesso sou eu: 2018-2019* [em linha]. DGEstE - Região Norte [Consult. 16 de jun. 2019]. Disponível:  
<<https://agrupamentoescolascp.pt/ficheiros/d7611630tEBaGyrO8.pdf>>.

## ESCOLA BÁSICA FRANCISCO DE ARRUDA, LISBOA



A Escola Técnica Elementar Francisco de Arruda foi criada no princípio da década de 50 do século XX.

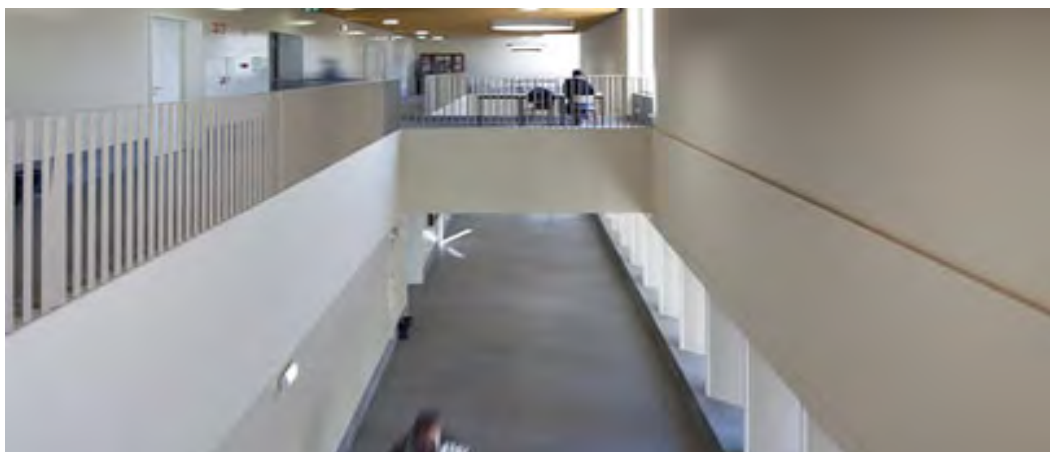
Era destinada ao ensino inicial de jovens do sexo masculino, que pretendiam prosseguir os seus estudos nas áreas Comercial ou Industrial. Ficou instalada, provisoriamente, em edifício da Freguesia de Alcântara e dependia administrativamente da Escola Técnica Industrial Marquês de Pombal.

Decorreu nessa altura a elaboração do projeto do futuro edifício da Escola pelos Serviços Técnicos da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário do Ministério das Obras Públicas, estando datada de dezembro de 1953 a conclusão do projeto final, da autoria do arquiteto António José Pedroso.



Em 1956, foram inauguradas as novas instalações, na Calçada da Tapada, junto da Tapada da Ajuda, onde passou a funcionar definitivamente e até à atualidade, tendo sido nomeado Manuel Maria de Sousa Calvet de Magalhães, figura ímpar na história da Escola, como seu primeiro diretor.

A designação oficial da Escola foi sofrendo várias alterações ao longo dos tempos.



Em 1968, aquando da reforma do ensino do então Ministro da Educação, Veiga Simão, passou a designar-se Escola Preparatória Francisco de Arruda. O nome de Escola C+S Francisco de Arruda data de 1988.

Em 2002, a sua designação foi alterada para Escola Básica do 2º e 3º Ciclos Francisco de Arruda, abreviadamente EB 2,3 Francisco de Arruda.



No ano letivo de 2004/2005, a Escola tornou-se a sede do Agrupamento de Escolas Francisco de Arruda, nova unidade orgânica que reunindo vários estabelecimentos do ensino básico das freguesias da Ajuda e de Alcântara, adotou na sua designação o mesmo patrono.

Em 2009-2010, a Escola sofre obras profundas de requalificação, no âmbito do Programa de Modernização das Escolas do Ensino Secundário (Parque Escolar), segundo um projeto coordenado pelo arquiteto José Neves, tendo sido oficialmente inaugurada, a 29 de janeiro de 2011, com a presença do então Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, António Mendonça.

A 9 de dezembro de 2013, em cerimónia ocorrida no Teatro Nacional D. Maria II, o arquiteto José Neves foi galardoado com o Prémio Secil de Arquitetura 2012, distinguindo a reabilitação da agora designada Escola Básica Francisco de Arruda.

Mais recentemente, em 13 de maio de 2014, o Prémio Valmor e Municipal de Arquitetura, referente ao ano de 2011, distinguiu igualmente a Escola.

Os estabelecimentos de ensino básico que integram o Agrupamento de Escolas Francisco de Arruda, localizam-se na zona ocidental de Lisboa, repartidos pelas freguesias da Ajuda e de Alcântara, servindo essencialmente as populações desta área da cidade.

Constituído em 2004/2005, é um agrupamento vertical, do Pré-Escolar ao 9º ano de escolaridade, constituído por seis escolas: a EB Alexandre Herculano, a EB Alexandre Rodrigues Ferreira e a EB Homero Serpa, situadas na Ajuda; a EB Raul Lino, a EB de Santo Amaro e a EB Francisco de Arruda, escola sede do Agrupamento, localizadas em Alcântara.

As EB Homero Serpa, Raul Lino e de Santo Amaro, acolhem, respetivamente, os jardins de infância do Casalinho da Ajuda, da Calçada da Tapada e da Rua Jau.

As escolas do Agrupamento ocupam edifícios de diferentes épocas que se encontram em diferente estado de conservação. Recentemente a EB Francisco de Arruda foi requalificada pela Parque Escolar e a EB Raul Lino foi sujeita a reabilitação pela Câmara Municipal de Lisboa.

Presentemente, a EB Alexandre Herculano encontra-se encerrada por estarem a decorrer importantes obras de recuperação de responsabilidade municipal. Estão constituídas associações de pais e encarregados de educação em todas as escolas do Agrupamento, com exceção da EB Homero Serpa.

Para além das atividades letivas, são múltiplos os programas e os projetos em curso nas escolas do Agrupamento, cuja presença no meio local se faz

sentir quer através do desenvolvimento de iniciativas abertas à comunidade, quer por intermédio do estabelecimento de parcerias de colaboração com diversas entidades e instituições.

## **BIBLIOGRAFIA:**

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FRANCISCO DE ARRUDA (2019). *Agrupamento: quem somos?* [em linha]. Lisboa: A.E.F.A. [Consult. 24 de junho de 2019]. Disponível: <<http://aefarruda.pt/portal/>>.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FRANCISCO DE ARRUDA (2019). *EB Francisco Arruda (Sede): historial* [em linha]. Lisboa: A.E.F.A. [Consult. 24 de junho de 2019]. Disponível: < <http://aefarruda.pt/portal/index.php/eb-francisco-de-arruda-sede/historial>>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (2019). Escola Básica Francisco de Arruda [em linha]. [Consult. 24 de jun. de 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/099>>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA D. JOÃO DE CASTRO, LISBOA**

**Liceu D. João de Castro**

**Liceu Misto de Lisboa**

**Escola Secundária D. João de Castro**

**Polo de Educação e Formação Profissional de D. João de Castro**



Liceu Nacional projetado e construído na década de 40, no âmbito do Programa de construções, ampliações e melhoramentos de edifícios liceais, o designado Plano de 38. Obedece, grosso modo, ao “Programa Geral para a Elaboração dos Projectos dos Liceus”, programa base definido pela Junta das Construções do Ensino Técnico e Secundário, no qual são estabelecidas as exigências e as características espaciais que os liceus devem observar, definindo a representação espacial da organização curricular, os diferentes grupos de serviços existentes (administrativos, escolares, especiais, de educação física, comunicações e diversos), e as dependências necessárias para cada um, com referência à sua posição

relativa, dimensões e materiais a empregar, iluminação e exposição solar, e acessibilidade. Assim, os edifícios liceu desenvolvem-se em dois ou três pisos, consoante a exigência da topografia do terreno.

Em termos programáticos, os espaços relativos aos serviços escolares encontram-se divididos em dois grandes grupos (um correspondente ao 1.º ciclo e outro aos 2.º e 3.º ciclos), qualquer um deles com acesso independente a partir do vestíbulo de entrada, o que define, na maioria dos casos, uma opção por uma planta simétrica centralizada em torno deste vestíbulo, envolvido pelas dependências do serviço administrativo (secretaria, reitoria, direção dos ciclos e instalações sanitárias).



Os serviços especiais, comuns aos vários graus de ensino (biblioteca, museus, sala de professores) localizam-se, regra geral, no ponto mais central do piso térreo. A distribuição das salas de aula (regulares e especiais, salas de ciências geográfico-naturais, físico-químicas, de trabalhos manuais e de desenho, e instalações para a Mocidade Portuguesa) é feita sobretudo no primeiro piso (ou nos primeiro e segundo pisos), sempre a partir do átrio de entrada seguindo o corredor lateral de distribuição. Nos topos do imóvel, ou nos pontos de inserção dos corpos com direções perpendiculares, encontram-se as escadas.

É exigência do plano de estudos a existência de uma sala de aula por classe, o que faz com que a sala de aula seja a unidade organizadora do espaço, definindo a capacidade do liceu em termos do número de turmas, logo de alunos. Os requisitos apresentados para as salas de aula são: espaço retangular de 6x9 metros, com um pé-direito de 4 metros de altura; iluminação unilateral e segundo a maior dimensão da sala, assegurada por janelas localizadas a 1,20 metros acima do pavimento numa superfície correspondente a  $\frac{1}{5}$  ou a  $\frac{1}{6}$  do total do pavimento. As salas de aula regulares e os laboratórios são orientados preferencialmente para S., as salas de desenho e trabalhos manuais e os corredores para N.

O grupo de Educação Física deve assegurar uma igual acessibilidade a todos os grupos, pelo que se encontra, normalmente, numa posição axial em relação ao átrio de entrada, em acesso direto a partir deste, ou no seguimento do corredor, encerrando o circuito interno. Destaca-se da restante composição, quer pela sua volumetria, quer pela diferença na abertura dos vãos de iluminação, onde existe uma maior liberdade do que para as restantes salas.



O programa base previa, ainda, a existência de uma entrada independente para este espaço e o contacto direto com os campos de jogos (exteriores) que o complementam, e cuja área deve permitir a realização de atletismo, ginástica ao ar livre e jogos de grupo. A organização do espaço exterior do imóvel, localizado dentro de recinto murado, diferencia as zonas de circulação, as áreas ajardinadas e de recreio e os espaços reservados à prática desportiva.

Os edifícios construídos ao abrigo deste programa base apresentam um cariz monumentalista, reforçado por elementos historicistas. A fachada principal é revestida a pedra e rematada com frontões. O edifício do Liceu Nacional de D. João de Castro obedece a este programa base, dele divergindo na localização do grupo de Educação Física, o qual não se encontra situado a eixo com o átrio de entrada no edifício, mas antes, em posição assimétrica, no topo de uma das alas de salas de aula. Adaptado logo no início da sua atividade a liceu misto, o edifício original é marcado por uma simetria que permitia uma eficaz separação dos sexos, conseguida pela criação de zonas de circulação junto à fachada N. e da localização das áreas funcionais sobretudo a S.



O Liceu Nacional D. João de Castro foi edificado, tal como a maioria dos liceus construídos ao abrigo do "Plano de 38", numa área de crescimento urbano, localizando-se, assim, numa posição urbanística privilegiada, numa cota elevada em relação à rua de acesso, vencida por intermédio de uma ampla escadaria, e valorizado pela definição de uma área de proteção prevista na lei para a instalação de edifícios públicos



## CRONOLOGIA

- 1928, 21 setembro - criação do Liceu Nacional D. João de Castro, por decreto do ministro da Instrução Pública, Duarte Pacheco (1900-1943) (Decreto n.º 15971/1928, DG, 1.ª série, n.º 218), com o objetivo de absorver parte considerável dos alunos do Liceu Camões, então sobrelotado; de acordo com o decreto de fundação, o novo liceu destinava-se a um público exclusivamente masculino de uma vasta área de influência, provisoriamente comum à do Liceu Camões, abrangendo Lisboa (3.º bairro administrativo), Oeiras, Cascais, Sintra, Loures, Mafra, Sobral do Monte Agraço e Arruda dos Vinhos; o mesmo diploma prevê o funcionamento de 11 turmas, dos 1.º e 2.º ciclos (3 da 1.ª classe, 2 das

2.<sup>a</sup> à 5.<sup>a</sup>) e a existência de quadros de escola para professores efetivos, pessoal de secretaria, e demais funcionários;

- 1928-1929 - o professor Abel Ferreira Loff é nomeado reitor pelo ministro da Instrução Pública, cabendo-lhe a tarefa de instalar o novo liceu nas instalações designadas para o efeito, no Palácio da Quinta da Nazaré, no Rego\*2, arrendado verbalmente para o efeito por 3.600\$00 anuais (a que acresceram c. de 200.000\$00 para a adaptação a novas funcionalidades), onde funciona o primeiro ano letivo; a evidente precariedade das instalações e a sua localização numa zona erma, que o torna de difícil acesso para aqueles que vivem na sua zona escolar, conduz a uma autêntica campanha na imprensa da época, a que se seguem a transferência de duas turmas para o Liceu Camões e, posteriormente, a mudança de instalações;
- 1929, 28 outubro - é decretada a mudança das instalações do sítio do Rego para a Quinta Real da Praia, ou do Bom Sucesso (Palácio dos Marialva), em Belém\*3, onde funciona durante uma década, num edifício velho, que fora adquirido pelo Estado para aí instalar a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- 1934, 21 dezembro - é fixada, pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, a obrigatoriedade de todas as câmaras municipais do continente e ilhas promoverem o levantamento de plantas topográficas e elaborarem planos gerais de urbanização até 1937, o que viria a influenciar a localização da maioria dos liceus a construir nas novas áreas de crescimento urbano das cidades (Decreto-lei n.º 24 802/1934, DG, 1.<sup>a</sup> série, n.º 299);
- 1936 - é reduzido ao estatuto de secção do Liceu Pedro Nunes, na sequência da reorganização da rede escolar levada a cabo por Carneiro Pacheco (1887-1957), então ministro da Educação Nacional, após a

promulgação da Lei de Bases da Educação (Lei n.º 1941, de 11 abril); o seu quadro de pessoal é integrado no do Liceu Pedro Nunes;

- 1938 - é fixado o Plano de 38 com a aprovação do programa das novas construções, ampliações e melhoramentos dos edifícios liceais e respetivos encargos (Decreto-lei n.º 28604/1938, DG, 1.ª série, n.º 91), a sua execução fica a cargo da Junta das Construções do Ensino Técnico e Secundário (JCETS), que vê assim a sua ação ampliada, acabando quase totalmente com a colaboração de arquitetos externos à junta, e contribuindo para uma normalização dos projetos apresentados; no referido plano é prevista a construção de raiz, na zona ocidental da cidade de Lisboa, em terreno a negociar com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), de um liceu misto com capacidade para 16 turmas;
- 1938 - Duarte Pacheco, então ministro das Obras Públicas e presidente da Câmara Municipal de Lisboa, compromete-se a encontrar um terreno para a instalação definitiva do liceu; 1939 - o Liceu D. João de Castro cede o espaço que ocupa à comissão organizadora da Exposição do Mundo Português, com inauguração prevista para a primavera de 1940 na zona de Belém; 1939, fevereiro - no Carnaval, instala-se no Palacete da Ribeira Grande (v. IPA.00005007), na Junqueira, novamente em instalações provisórias, deficientes e acanhadas, que ocupa durante sensivelmente dez anos; divide instalações com a Escola Comercial de Ferreira Borges, esta última a funcionar em horário pós-laboral;
- 1939-1940 - torna-se no primeiro liceu misto de Lisboa, recebendo as primeiras alunas, 25 para um total de 377 estudantes; 1941 - no primeiro Relatório dos Trabalhos Realizados, 1940, apresentado pela JCETS é anunciado um "Programa Geral para a Elaboração dos Projectos dos Liceus", que explicita todas as exigências e características espaciais a que os edifícios devem responder, quer no que respeita à representação espacial da organização curricular, quer quanto à distribuição dos vários

serviços, quer quanto à forma como o edifício deve garantir a separação dos sexos, num liceu misto, e a dos ciclos, em todos os liceus, embora não seja um projeto-tipo, este programa uniformiza a linguagem arquitetónica e urbanística utilizada, de modo a servir os ideais historicistas e de carácter representativo pretendidos pelo Estado Novo;

- 1941, 03 fevereiro - a JCETS contrata o arquiteto José Ângelo Cottinelli Telmo (1897-1948) para a execução de um projeto para as novas instalações do Liceu D. João de Castro, a construir numa área por urbanizar à Boa-Hora, na pendente que desce em direção à Junqueira e ao Tejo, em terreno cedido pela CML e expropriado à Casa Agrícola de Vale Flor, por 10\$000 o metro;
- 1941, 12 abril - Cottinelli Telmo entrega o anteprojeto de um liceu a construir em dois volumes (um principal destinado às aulas, laboratórios e serviços administrativos, e outro para ginásio, balneários e cantina), com duas fachadas principais (a que fazia frente para o prolongamento da Rua Jau, virada a S., e outra no tardo, tão condigna como a primeira, a rasgar para uma rua que a câmara haveria de abrir), a solução encontrada procura adaptar a construção ao declive do terreno, completam o projeto campos de jogos, localizados, entre os dois edifícios, em plataformas planas abertas à envolvente e um telheiro de recreio coberto que articula os vários níveis do terreno; na apreciação que faz do projeto, a JCETS considera-o demasiado caro e com uma implantação no terreno "inaceitável" e impõe uma série de exigências funcionais, entre estas a passagem de liceu misto a liceu masculino, que levam à sua alteração (MARTINS, p. 436);
- 1943, novembro - é concluído o projeto de Cottinelli Telmo, que, no entanto, nunca seria construído; pela mesma altura morre o engenheiro Duarte Pacheco, empenhado pessoalmente no projeto; 1945, agosto - é apresentado novo projeto, da autoria do arquiteto José Costa e Silva e

do engenheiro Inácio Francisco da Silva, elaborado na JCETS, e que se apresenta conforme ao programa base estabelecido para Liceu Nacional, com capacidade para receber 700 alunos, exclusivamente do sexo masculino, num único turno, divididos por 19 turmas (mais três do que o previsto no plano de 1938), desenvolvido num edifício único de 3 pisos composto por 5 corpos associados formando uma configuração em "U"; prevê ainda a possibilidade de ampliação para a frequência máxima de 23 turmas (c. 900 alunos);

- 1946, junho - início da construção do edifício pela JCETS, com direção de obra do engenheiro Vasco Augusto Jácome de Magalhães; 1946, 12 outubro - o Liceu D. João de Castro recupera a sua autonomia e identidade face ao Liceu Pedro Nunes (Decreto-lei n.º 35905/1946, DG, 1.ª série, n.º 232), o que é justificado pelo crescimento populacional na sua área de influência;
- 1946-1947 - Francisco Júlio Martins Sequeira é nomeado reitor interino; por esta altura o liceu apresenta já um corpo docente perfeitamente estabilizado e uma população estudantil de 600 alunos, 200 dos quais do sexo feminino; 1947-1948 - Francisco Júlio Martins Sequeira torna-se reitor efetivo, cargo onde se manterá até finais da década de 1950;
- 1948-1949 - apesar de minoritário, o número de alunas a frequentar o liceu vai crescendo gradualmente, neste ano letivo é já de 268, num total 590 estudantes; 1949, 16 janeiro - as instalações do novo edifício são entregues pela JCETS, em sessão solene presidida pelo presidente da República, marechal Carmona, ocorrida no edifício do Liceu de Gil Vicente (v. IPA.00020134), cuja inauguração se fazia conjuntamente, dadas as semelhanças entre os dois imóveis, e o facto de ambos se localizarem em Lisboa; a importância da cerimónia é atestada pela presença de várias entidades oficiais, a saber: os ministros das Obras Públicas, José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich, e da Educação

Nacional, Fernando Andrade Pires de Lima, o administrador delegado da JCETS, José Lancastre e Távora, o diretor geral da Fazenda Pública, António Luís Gomes, e os reitores de ambos os liceus, David Luís Ferreira Pacheco (Gil Vicente), e Francisco Júlio Martins Sequeira (D. João de Castro), de numerosos alunos e familiares, bem como pelo extenso e pormenorizado destaque na imprensa diária (Diário de Notícias, 17 jan. 1949); de acordo com o "Auto de Entrega" então lavrado (Relatório do Reitor, 1948-1949), o edifício do liceu, mobiliário, adornos e demais pertences com que o MOP, através da JCETS, o havia dotado, são por este entregues à Direção Geral da Fazenda Pública, que, por sua vez, os cede, a título precário, ao Ministério da Educação Nacional (Decreto-lei n.º 24 489/1934, que estabelece o Regime Jurídico do Património Imobiliário Público); o custo total da obra orçou em 10.000.000\$00;

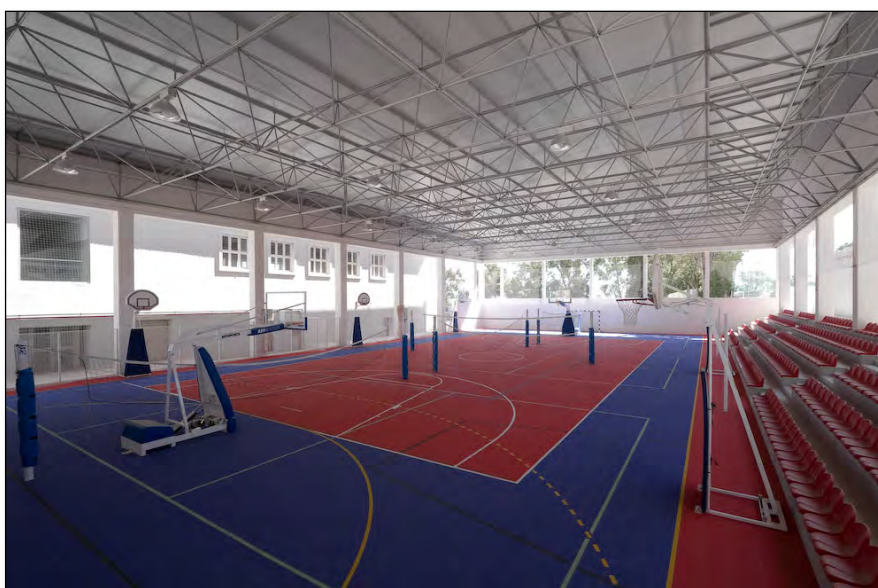
- 1949, 20 abril - abertura efetiva do novo estabelecimento de ensino, após se ter procedido ao arranjo dos espaços exteriores, aos acabamentos essenciais e ao apetrechamento do liceu com o mobiliário e material didático necessário, coincidindo com o início do terceiro período de aulas;
- 1950-1951 e 1951-1952 - não há inscrições femininas;
- 1952-1953 - é retomada a frequência feminina do liceu com a inscrição de 98 alunas, o que conduziu à necessidade de improvisar instalações que garantissem uma eficaz separação dos sexos; 1953-1954 - a população escolar do liceu ultrapassa já a capacidade para que havia sido construído, sendo de 800 alunos (664 do sexo masculino, 137 do sexo feminino);
- 1958 - continuação do estudo efetuado pela JCETS, tendo em vista a ampliação do liceu; 1960-1961- são efetuadas obras de ampliação das

instalações;

- 1965 - José Hermano Saraiva sucede a Francisco Júlio Martins Sequeira no cargo de reitor do liceu, apesar de uma curta passagem pelo liceu, imprime-lhe um cunho de modernidade, introduzindo emissões de rádio, jornais de parede e criando as primeiras salas de convívio;
- 1965-1974 - Mário António da Cunha Mora, António Gomes Ferreira e Luís Gonçalves da Silva exercem, sucessivamente, o cargo de reitor;
- 1976 - assume a nova designação de Escola Secundária D. João de Castro; 1970, final da década - é construído um pavilhão gimnodesportivo;
- 1986 - passa a escola secundária com terceiro ciclo do ensino básico; 1990, início da década - sofre um decréscimo acentuado da sua população estudantil;
- 2006 - no final do ano letivo é extinta a Escola Secundária D. João de Castro, sendo os seus alunos inscritos nas escolas secundárias Fonseca Benevides e Rainha D. Amélia;
- 2007-2009 - as instalações recebem obras de requalificação realizadas pela empresa pública Parque Escolar, E.P.E., no âmbito da execução do Programa de Modernização das Escolas do Ensino Secundário afetas ao Ministério da Educação; a intervenção visa a adaptação da estrutura existente a um novo programa funcional, criando um complexo escolar vocacionado para a formação nas áreas da eletricidade, da eletrónica, da química e da informática; o projeto, da autoria do arquiteto Gonçalo Byrne (1941), procura salvaguardar a identidade do edifício original complementando-o a partir da criação de um sistema de edifícios

justaposto ao existente e com este articulado; a capacidade total programada é de 36 turmas, num total de c. 900 alunos;

- 2008-2009 - a Escola Secundária Fonseca Benevides (v. IPA.00002180) é transferida das antigas instalações de Alcântara para o novo espaço no Alto de Santo Amaro; neste mesmo espaço, inicia funções uma secção do Centro de Formação Profissional da Indústria Eletrónica (CINEL), Centro Novas Oportunidades, tutelado pelo então Ministério do Emprego e da Formação Profissional;



- 2009 - através do despacho n.º 23896/2009, do secretário de Estado da Educação, Valter Lemos (DR, 2.ª série, n.º 211) é concedida existência jurídica ao Polo de Educação e Formação D. João de Castro, assim oficialmente designado; de acordo com o mesmo despacho, no polo desenvolvem as suas atividades específicas, as duas unidades de ensino mencionadas, utilizando, para o efeito, espaços de uso exclusivo e espaços partilhados; a gestão dos espaços, a articulação das ofertas formativas e das estruturas de coordenação pedagógica é da competência da Comissão de Gestão, presidida por António Júlio de Almeida Pina, professor titular da Escola Secundária D. Manuel Martins, de Setúbal, e constituída ainda pelos diretores de cada um dos referidos

estabelecimentos de ensino; a Comissão de Gestão é dependente hierarquicamente da Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, devendo articular a sua ação com a empresa Parque Escolar, E.P.E., titular do direito de propriedade do edifício, e com o Instituto do Emprego e Formação Profissional.



## BIBLIOGRAFIA:

MORGADO, João (2007) *Modernização do Liceu D. João de Castro* [em linha]. Lisboa: João Morgado Fotografia de Arquitetura [Consult. 26 de set. de 2019]. Disponível: <<https://www.joaomorgado.com/pt/reportagens/modernizacao-do-liceu-d-joao-de-castro>>.

NEVES, Francisco (2006). *Escola D. João de Castro recebe fusão com Fonseca Benevides* [em linha]. Lisboa: Jornal Público [Consult. 26 set. 2019]. Disponível:<<https://www.publico.pt/2006/01/13/jornal/escola-d-joao-de-castro-receia-fusao-com-fonseca-benevides-58146>>.

PARQUE ESCOLAR, E.P.E. (s.d.). *Escola Secundária de Fonseca Benevides (ES D. João de Castro)* [em linha]. [Consult. 26 set. de 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/004>>.

SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (s.d.). *Escola Secundária de D. João de Castro, Lisboa* [em linha]. Lisboa: Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo [Consult. 26 set. de 2019]. Disponível: <<http://arquivo-ec.sec-geral.mec.pt/details?id=43215>>.

TERENO, Paula (2019). *Liceu D. João de Castro, Liceu Misto de Lisboa, Escola Secundária D. João de Castro, Polo de Educação e Formação Profissional de D. João de Castro* [em linha]. Lisboa: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [Consult. 26 set. de 2019]. Disponível: <[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=20133](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=20133)>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA AFONSO DE ALBUQUERQUE, GUARDA**



A Escola Secundária Afonso de Albuquerque, na Guarda, pertence a um conjunto constituído por escolas destinadas ao ensino liceal e/ou técnico, construídas entre 1936 e 1968, de promoção do Ministério das Obras Públicas, através da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário (JCETS-MOP). Este conjunto escolar, com génese no Liceu Nacional da Guarda, foi inaugurado em 1969.



Mais tarde, em abril de 2013, foi constituído o Agrupamento de Escolas Afonso de Albuquerque, na sequência da agregação do Agrupamento de Escolas da Área Urbana da Guarda e da Escola Secundária Afonso de Albuquerque. Integra 15 estabelecimentos de educação e ensino: dois jardins de infância, cinco escolas básicas com educação pré-escolar e 1.º ciclo, seis escolas básicas com 1.º ciclo, uma escola básica com 2.º ciclo e uma escola secundária com 3.º ciclo (escola-sede). As duas unidades orgânicas originais foram avaliadas em 2007 e 2010.



A missão do Agrupamento de Escolas Afonso de Albuquerque está consignada no Decreto-Lei no 78/2008, de 12 de abril, republicado no Decreto-Lei no 137/2012, de 2 de julho: missão de serviço público, que consiste em dotar todos e cada um dos cidadãos das competências e conhecimentos que lhes permitam explorar plenamente as suas capacidades, em integrar-se ativamente na sociedade e em dar um contributo para a vida económica, social e cultural do País.

O Agrupamento de Escolas Afonso de Albuquerque esforça-se por corresponder às necessidades e expectativas dos alunos e comunidade escolar, em articulação com a comunidade envolvente, oferecendo modalidades diversas de estudos. O Agrupamento de Escolas Afonso de Albuquerque nasce como resultado da reorganização da rede escolar e é composto por dezasseis

estabelecimentos de ensino — estabelecimentos de ensino localizados na área urbana e estabelecimentos de ensino localizados no meio rural, com menor número de população escolar:

| CONSTITUIÇÃO DO AGRUPAMENTO                            |     |         |         |         |     |
|--------------------------------------------------------|-----|---------|---------|---------|-----|
| Jardins de Infância e Escolas                          | EPE | 1.º CEB | 2.º CEB | 3.º CEB | SEC |
| <b>Escola Secundária Afonso de Albuquerque, Guarda</b> |     |         |         | •       | •   |
| Escola Básica de Santa Clara, Guarda                   |     |         | •       |         |     |
| Escola Básica Adães Bermudes, Guarda                   |     | •       |         |         |     |
| Escola Básica Augusto Gil, Guarda                      |     | •       |         |         |     |
| Escola Básica de Bonfim, Guarda                        |     | •       |         |         |     |
| Escola Básica de Espírito Santo, Guarda                |     | •       |         |         |     |
| Escola Básica de Famalicão, Guarda                     | •   | •       |         |         |     |
| Escola Básica de Gonçalo, Guarda                       | •   | •       |         |         |     |
| Escola Básica de Lameirinhas, Guarda                   | •   | •       |         |         |     |
| Escola Básica de Maçainhas, Guarda                     | •   | •       |         |         |     |
| Escola Básica de Trinta, Guarda                        |     | •       |         |         |     |
| Escola Básica de Videmonte, Guarda                     | •   | •       |         |         |     |
| Escola Básica Santa Zita, Guarda                       |     | •       |         |         |     |
| Jardim de Infância de Sé, Guarda                       | •   |         |         |         |     |
| Jardim de Infância de Trinta, Guarda                   | •   |         |         |         |     |

A intervenção levada a cabo pela Parque Escolar, EPE, caracterizou-se pela construção de novos edifícios de ligação entre os preexistentes, que recebem as funções administrativas e de relação com a comunidade – a biblioteca, o auditório e o pavilhão. A articulação entre os edifícios é feita através de uma sucessão de pátios, um deles de acesso livre, funcionando como recreio e complementado com as funções existentes nos edifícios do seu contorno – bar dos alunos, loja escolar e sala polivalente.

O espaço central da escola é ocupado pela sala polivalente e o polidesportivo está situado numa zona posterior da escola, articulando-se, através dos balneários, com o ginásio existente.

## BIBLIOGRAFIA:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS AFONSO DE ALBUQUERQUE (2019). Agrupamento [em linha]. Guarda: A.E.A.A. [Consult. 2 de set. de 2019]. Disponível: <<https://www.aeaag.pt/>>.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS AFONSO DE ALBUQUERQUE (2016). *Avaliação externa das escolas: relatório* [em linha]. Guarda: A.E.A.A. [Consult. 2 de set. de 2019]. Disponível: <[https://www.aeaag.pt/documentos/agrupamento/documentos/autoavaliacao/AEE\\_2016\\_AE\\_Afonso\\_Albuquerque\\_R.pdf](https://www.aeaag.pt/documentos/agrupamento/documentos/autoavaliacao/AEE_2016_AE_Afonso_Albuquerque_R.pdf)>.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS AFONSO DE ALBUQUERQUE (s.d.). *Projeto educativo* [em linha]. Guarda: A.E.A.A. [Consult. 2 de set. de 2019]. Disponível: <<https://drive.google.com/file/d/1MzkljHVbe05aaW03640ovCI7YE2KbEDD/view>>.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS AFONSO DE ALBUQUERQUE (2017). *Regulamento dos Quadros de Valor, de Mérito e de Excelência* [em linha]. Guarda: A.E.A.A. [Consult. 2 de set. de 2019]. Disponível: <<https://www.aeaag.pt/documentos/agrupamento/documentos/RegulamentoQVME2017.pdf>>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (s.d.). *Escola Secundária Afonso de Albuquerque* [em linha]. [Consult. 2 de set. de 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/073>>.

## ESCOLA SECUNDÁRIA ALEXANDRE HERCULANO, PORTO

LICEU ALEXANDRE HERCULANO  
LICEU CENTRAL DE ALEXANDRE HERCULANO  
LICEU NACIONAL ALEXANDRE HERCULANO



Com o aumento demográfico verificado em finais de oitocentos e, acima de tudo, devido às exigências sociais republicanas, impunha-se a construção de novos estabelecimentos liceais no país. Neste panorama político, a cidade do Porto seria dividida em duas grandes zonas pedagógicas, instalando-se em cada uma delas um liceu central, por Decreto de 4 de janeiro de 1906.

A criação de um liceu no porto foi imediata em instalações provisórias e inapropriadas - num velho e feio pardeiro, ali à rua do Sol, com um pavilhão anexo apenas coberto por telhados de zinco<sup>1</sup>-, passados dois anos, em 1908, o referido liceu já ostentando a denominação de Liceu Central de Alexandre Herculano e, desta feita, procedeu-se à sua transferência para a Rua de Sto. Ildefonso.

---

<sup>1</sup> NÓVOA, António (2003). *Liceus de Portugal: histórias arquivos memórias*, p. 596.

Depois de ter sido lançada a primeira pedra da construção do Liceu, em 1916, em cerimónia oficial testemunhada pelo presidente da República Bernardino Machado (1851-1944), a conclusão do projeto verificou-se apenas em 1934, da autoria do conhecido arquiteto José Marques da Silva (1869-1947), que viveu em Paris, entre 1889 e 1896, depois de ter cursado na Academia de Belas-artistas do Porto, e antes de ter obtido vários prémios de reconhecimento internacional, designadamente no âmbito das Exposições Universais de Paris (1900) e do Rio de Janeiro (1908).



Um longo período pautado por diversas adversidades, não apenas económicas, como, sobretudo, políticas, ditadas, quer pelo envolvimento do país na I Grande Guerra, quer pelos sucessivos tumultos registados entre finais da segunda década, inícios da terceira, culminando no estabelecimento da Ditadura Militar e do *Estado Novo*, no início do qual seria finalizado, ainda que já fosse frequentado desde o ano letivo de 1921-1922.

Contemplando de início 28 salas de aula, com áreas específicas destinadas ao ensino de física, química, geografia, desenho e música, a par de uma biblioteca, anfiteatro para apresentação de teatros e, já num segundo

momento, de cinema, cinco pátios de recreio, um de desporto, três ginásios, piscina, cozinha e refeitórios, sanitários, gabinetes médicos, sala de professores, gabinete do médico escolar e três cómodos para o reitor, o projeto denunciava um conhecimento assaz profundo das mais recentes teorias e práticas pedagógicas, designadamente das implementadas além-fronteiras, assim como, certamente, uma colaboração estreita e verdadeiramente exemplar entre arquiteto e pedagogos.



As alterações verificadas, desde então, resumiram-se à construção de 8 novas salas de aula e de uma capela, já nos anos sessenta, perante o aumento do número de alunos entretanto registado, amplamente frequentado por destacados membros da sociedade portuense, nomeadamente das suas Artes e Letras.



O Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano (AEAH) foi criado em junho de 2012, sendo então frequentado por cerca de 2800 alunos. Atualmente, o agrupamento conta com uma população discente composta por cerca de 15521 alunos, sendo constituído por todos os anos de escolaridade/níveis de ensino (da Educação Pré-escolar ao Ensino Secundário).

O AEAH compreende nove estabelecimentos de ensino (seis escolas básicas com educação pré-escolar e 1.º ciclo, duas escolas básicas com 2.º e 3.º ciclos e uma escola secundária) situados na zona central e oriental do concelho do Porto, a saber: na Freguesia do Bonfim, situam-se as Escolas Básicas da Alegria, do Campo 24 de agosto, da Lomba, Dr. Augusto César Pires de Lima e a Escola Secundária Alexandre Herculano, sede do agrupamento onde se prevê, a curto prazo, a realização de obras de requalificação; na Freguesia de Campanhã, estão localizadas as Escolas Básicas das Flores, Ramalho Ortigão e de Noeda; na União de Freguesias do Centro Histórico do Porto, está situada a Escola Básica do Sol.

As unidades educativas enunciadas, construídas há largos anos, são geograficamente pouco dispersas e estão inseridas num meio urbano com grande diversidade étnico-cultural, circunstanciado pelo forte decréscimo da

população estudantil que se tem vindo a verificar, desde os anos 80, como reflexo da deslocação demográfica de grandes massas populacionais para a periferia do Porto.

| NÍVEL/CICLO              | Nº DE TURMAS | Nº DE ALUNOS INSCRITOS |
|--------------------------|--------------|------------------------|
| PRÉ ESCOLAR              | 7            | 156                    |
| 1º CICLO                 | 24           | 496                    |
| 2º CICLO                 | 11           | 212                    |
| 3º CICLO                 | 17           | 329                    |
| ARCO MAIOR               | 2            | 29                     |
| SECUNDÁRIO REGULAR       | 15           | 192                    |
| SECUNDÁRIO PROFISSIONAIS | 3            | 53                     |
| ENSINO RECORRENTE        | 6            | 85                     |
| <b>Total</b>             | <b>85</b>    | <b>1552</b>            |

O AEAH tem vindo a promover a inclusão e a sensibilização para a diferença, integrando:

- Uma Escola de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos (EREBAS), a funcionar na escola sede;
- Uma Unidade de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência, também a funcionar na escola sede;
- Uma Unidade de Ensino Estruturado para Alunos com Perturbações no Espectro do Autismo, a funcionar na escola básica do Campo 24 de Agosto.

Atualmente, e no âmbito do novo enquadramento legal, o DL 54/2018, de 6 de julho, estas valências integram o Centro de Apoio à Aprendizagem. Para além disso, apresenta a oferta, em regime presencial, do Ensino Recorrente e dos Cursos PFOL (Português Para Falantes de Outras Línguas).

## BIBLIOGRAFIA:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ALEXANDRE HERCULANO (2017). +Projeto educativo 2017/21 [em linha]. Porto: A.E.A.H. [Consult. 5 de maio de 2019]. Disponível: <<http://www.aealexandreherculano.pt/2018-19/documentos/projeducativo.pdf>>.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ALEXANDRE HERCULANO (2013). *Regulamento interno* [em linha]. Porto: A.E.A.H. [Consult. 5 de maio de 2019]. Disponível: <[http://www.aealexandreherculano.pt/2013-14/Reg\\_Interno\\_AEAH.pdf](http://www.aealexandreherculano.pt/2013-14/Reg_Interno_AEAH.pdf)>.

COENTRÃO, Abel (2019). *Reabilitação do liceu Alexandre Herculano não teve concorrentes* [em linha]. Lisboa: Jornal Público [Consult. 5 maio de 2019]. Disponível: <<https://www.publico.pt/2019/01/03/local/noticia/reabilitacao-liceu-alexandre-herculano-nao-concorrentes-1856566>>.

DICIONÁRIO HISTÓRICO (s.d.). Carvalho e Araújo (*Alexandre Herculano de*). [em linha]. [Consult. 5 de maio de 2019]. Disponível: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/herculanoalex.html>>.

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL (2003). *Liceu Alexandre Herculano* [em linha]. [Consult. 5 de maio]. Disponível: <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/6853117/>>.

NÓVOA, António (coord.) (2003). *Liceus de Portugal: histórias arquivos memórias*. Lisboa: ASA.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA ALFREDO DA SILVA, BARREIRO**



A Escola Industrial e Comercial Alfredo da Silva – E.I.C.A.S. – foi criada em 27 de dezembro de 1945, pelo Decreto n.º 35402, publicado nesta data, no *Diário do Governo*, e inaugurada a 12 de janeiro de 1947.

Foi o primeiro estabelecimento de Ensino Secundário do Concelho do Barreiro, criada com o objetivo de formar trabalhadores qualificados que pudessem ser integrados nas novas indústrias que se estavam a instalar e a desenvolver no Barreiro, após o fim da 2.ª Guerra Mundial.

Era costume que os Liceus e as escolas tivessem o nome de um qualquer patrono, que por norma geral era uma figura de destaque nascida na terra, neste caso o patrono é alguém que, não tendo nascido no Barreiro, contribuiu de tal forma para o progresso e a grandeza desta cidade que a população manifestou o desejo de que este nome ficasse ligado à sua nova Escola Técnica. Alfredo da Silva é hoje considerado um dos maiores industriais e financeiros portugueses. À sua obra deve-se a construção do Império do grupo CUF, que foi o maior motor de desenvolvimento urbano do Barreiro.

Com a expansão do grupo CUF e das suas fábricas do Barreiro e com o desenvolvimento das Oficinas da CP e de outras indústrias locais, verificou-se a necessidade de recrutamento de mão-de-obra especializada e de formação que superassem os tradicionais conhecimentos empíricos tornados obsoletos face à aplicação das novas tecnologias, criadas e desenvolvidas durante a guerra.



Em ligação com a Escola foi instituída uma *Comissão de Patronato*, constituída por delegados da Câmara Municipal, Organismos Corporativos locais – representativos das atividades profissionais e económicas, cujo ensino era ministrado na Escola -, bem como das empresas industriais e comerciais que pudessem empregar os alunos e diplomados pelos diversos cursos. As necessidades de pessoal e do tipo da sua formação eram comunicadas à Escola, de maneira que o ensino/aprendizagem era direcionado nesse sentido e mantinha-se sempre atualizado.

Desta interação obteve-se excelentes resultados, tanto para os alunos como para as empresas da região, como posteriormente se constatou.

Estes cursos possibilitaram ainda a muitos alunos a continuação dos seus estudos, com boa preparação, nos Institutos Superiores e nas Universidades, onde muitos acabaram por se formar.

No tocante a acontecimentos ocorridos ao longo do historial da Escola, destaca-se as amplas obras de restauro do edifício, realizadas entre 1995 e 1996, que vieram proporcionar mais conforto aos utentes e as comemorações do cinquentenário, em 1997.

No que concerne ao segundo, foi criada uma *Comissão*, que realizou diversos eventos ao longo de todo este ano, tendo mobilizado grande parte da população escolar.

No entanto, o ponto alto destas comemorações foi a “Sessão Solene Comemorativa”, em doze de Janeiro, que contou com a presença de um elevado número de convidados, entre os quais se destacam, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor Jorge Sampaio, o Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Professor Doutor Eduardo Marçal Grilo, o Excelentíssimo Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia, Professor Doutor José Mariano Gago e o Excelentíssimo Senhor Diretor Regional de Educação de Lisboa, Doutor António João Sardinha.

Finalmente, a Escola Secundária Alfredo da Silva continuará a desenvolver um projeto educativo que, mantendo a tradição, terá em conta a realidade do meio e os desafios das novas tecnologias, sendo também um polo dinamizador de um ensino de sucesso.

IN:

ESCOLA SECUNDÁRIA ALFREDO DA SILVA (1997). *Historial* [em linha]. Barreiro: E.S.A.S. [consult. 2 de set. de 2019]. Disponível: <<https://aealfredosilva.agrupamentoescolas-alfredo-da-silva.com/index.php/agrupamento/historial/43-historia/40-historia>>

## **ESCOLA SECUNDÁRIA ANTÓNIO SÉRGIO, VILA NOVA DE GAIA**



A Escola Secundária António Sérgio, situada em Vila Nova de Gaia, pertence a um conjunto constituído por escolas destinadas ao ensino liceal e/ou técnico, construídas entre 1936 e 1968, de promoção do Ministério da Obras Públicas, através da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário (JCETS-MOP).

O Agrupamento de Escolas António Sérgio, atualmente, é constituído por cinco escolas básicas do primeiro ciclo, quatro das quais com pré-escolar, por uma escola básica com segundo e terceiro ciclos e por uma escola secundária com terceiro ciclo e ensino recorrente, num total de sete escolas. Os edifícios onde estão instaladas foram construídos em épocas diferentes, pelo que são notórias as diferenças quanto à sua funcionalidade e ao seu estado de conservação. Destaca-se, no entanto, pela modernidade e capacidade em acolher alunos, a Escola Básica Professor Doutor Marques dos Santos, que apenas entrou em funcionamento no ano letivo de 2012-2013.



A escola sede foi intervencionada pela empresa Parque Escolar, tendo os trabalhos sido concluídos em 2010. Portanto, dispõe de boas instalações e bons equipamentos. Pelo contrário, atendendo ao número de alunos que a frequentam, a Escola Básica de Santa Marinha não possui instalações necessárias à prática da disciplina de Educação Física, estando a aguardar obras de manutenção urgentes.

Como já foi dito acima, a oferta formativa do Agrupamento engloba todos os ciclos de ensino, além do pré-escolar e do ensino de adultos. O primeiro ciclo e o pré-escolar funcionam nas escolas básicas do Marco, de Pedras, da Quinta das Chãs e Professor Doutor Marques dos Santos, oferecendo a EB da Praia apenas o primeiro ciclo de estudos. No total, estas escolas recebem 269 alunos do pré-escolar e 546 do primeiro ciclo. Contudo, a distribuição de alunos e turmas é claramente desequilibrada na educação pré-escolar, já que a Escola Básica Professor Doutor Marques dos Santos, devido ao seu amplo espaço, acolhe 50% dos alunos e das turmas.

O segundo ciclo, com 203 alunos inscritos, funciona na Escola Básica de Santa Marinha, a qual divide o terceiro ciclo com a Escola Secundária António Sérgio, num total de 564 alunos distribuídos por 12 turmas na primeira e 16 na

segunda. Além disso, na EBSM existe uma turma do segundo ciclo do Ensino Vocacional, enquanto na ESAS há uma do terceiro ciclo.



O ensino secundário, diurno e noturno, apenas funciona na Escola Secundária António Sérgio, a qual oferece cursos científico-humanísticos, cursos profissionais e cursos de educação e formação de adultos. Nos primeiros, a oferta distribui-se pelos cursos de Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Línguas e Humanidades e Artes Visuais, estando inscritos 535 alunos nos três anos de escolaridade. No ensino noturno funcionam cursos científico-humanísticos do ensino recorrente, num total de 6 turmas com 96 alunos inscritos.

Existe ainda um Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional ao qual cabe orientar, encaminhar, validar e certificar as aprendizagens de jovens e adultos que procurem uma formação escolar, profissional ou de dupla certificação, visando uma integração qualificada no mercado de emprego. Neste âmbito se enquadram os Cursos Profissionais, Cursos Vocacionais e Cursos de Educação e Formação de Adultos, num total de 533 alunos.

A intervenção levada a cabo pela Parque Escolar, EPE, caracterizou-se pela construção de novos edifícios onde funcionam a biblioteca, salas TIC, cantina, espaço informal dos alunos e espaço desportivo coberto, bem como a

construção de um novo campo de jogos coberto, incluindo instalações desportivas de apoio (balneários, vestiários e espaços de apoio).

Os edifícios existentes foram remodelados, garantido a satisfação das atuais exigências de conforto, segurança e acessibilidade. Nos espaços exteriores da escola procedeu-se à separação entre zonas de acesso pedonal e zonas de acesso automóvel e estacionamento.

## **BIBLIOGRAFIA:**

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ANTÓNIO SÉRGIO (2014). *Projeto educativo* [em linha]. Vila Nova de Gaia: A.E.A.S. [Consult. 2 de set. de 2009]. Disponível: <<https://antoniosergio.pt/images/PDF/ProjetoEducativo.pdf>>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (s.d.). *Escola Secundária António Sérgio* [em linha]. [Consult. 2 de set. de 2009]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/010>>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA CLARA DE RESENDE, PORTO**

### **ESCOLA TÉCNICA ELEMENTAR CLARA DE RESENDE**



A Escola Técnica Elementar Clara de Resende foi criada em 1949, como escola anexa à Escola Comercial Filipa de Vilhena, numa época em que, por todo o país, se assistia à implementação de uma vasta rede de escolas técnicas, após a promulgação do estatuto do ensino técnico profissional industrial e comercial em agosto de 1948. O sistema educativo português caracterizava-se então, e até 1919, pela existência de duas vias de ensino a partir do ensino primário: a liceal e a técnica.



Ainda e sempre obedecendo a um projeto de difusão do ensino técnico é convertida em escola industrial em 1966, com o curso de formação feminina, e em escola industrial e comercial em 1969, com a criação do curso geral de comércio. Com as transformações verificadas na sociedade portuguesa após abril de 1974, abrem-se novas perspetivas ao sistema educativo com a extinção das duas vias escolares, consideradas de desigual prestígio e discriminação social.



Com a atualização de currículos, programas, métodos e processos de trabalho e procurando dar uma formação e informação de base, permitindo mais sólidas opções escolares e profissionais e maior capacidade de adaptação ao trabalho, em 1975, começa a funcionar, na escola, o 7º ano do curso unificado. Considerando que a unificação do ensino tornara obsoleta a distinção entre liceus e escolas do ensino técnico, a nossa escola, em 1978, passa a designar-se: Escola Secundária Clara de Resende.

Assim, a Escola Clara de Resende apareceu em 49 com o objetivo de ministrar o ensino do ciclo preparatório do ensino técnico a uma população escolar exclusivamente feminina. Funcionou de 1949 a 1953 na rua das Taipas e de 1953 a 1959 na rua Aires de Gouveia, adquirindo a sua autonomia no ano letivo de 1959/60, ano em que ocupou as atuais instalações.

Mais tarde, uma nova designação se impõe: a Escola Secundária com 3.º ciclo Clara de Resende. E de novo, no ano letivo 2004/05, passa a ser a sede do Agrupamento Vertical de Clara de Resende e muda a sua designação para Escola Secundária com 2.º e 3.º ciclos Clara de Resende. Este agrupamento é constituído pela Escola S / 2, 3 de Clara de Resende (sede de agrupamento) e pela escola básica do 1.º ciclo n.º 47 (atualmente designada por escola básica do 1.º ciclo João de Deus).



A conceção da Escola Clara de Resende é dos Arquitetos João Vasconcelos Esteves com Eduardo Valente Hilário e Luís Alçada Baptista, estes últimos na época ainda estagiários. A execução do projeto resultou de um concurso da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário para a Escola Elementar Clara de Resende. A Junta comunicou a vitória do concurso aos arquitetos no dia 14 de outubro de 1955. O contrato para a elaboração do projeto com Vasconcelos Esteves e o MOP foi celebrado no dia 29 de fevereiro de 1956. Em 1959, é celebrada a adjudicação ao escultor Fernando Fernandes de um painel decorativo cerâmico.

A construção da Escola Técnica Elementar, ETE, Clara de Resende iniciou-se em 1957 e conclui-se em 1959. Foi inaugurada em 1960. Trata-se de um conjunto escolar contemporâneo da Escola do Cedro em Vila Nova de Gaia (1957-1961) de Fernando Távora. Claramente estes edifícios escolares da autoria de uma nova geração de arquitetos são pautados por um novo conceito de espaço, do papel preponderante atribuído à luz, apostam num novo ordenamento de volumes, no gosto pelas linhas modernas e funcionais e introdução do papel do *design* numa clara renovação da arquitetura tradicional *versus* arquitetura moderna internacional.

A Escola Clara de Resende é assim um exemplar dos edifícios do movimento moderno construído no norte de Portugal por uma equipa de arquitetos lisboetas. Reúne uma grande racionalidade na distribuição funcional, por zonas bem definidas, apostando num internacional depuramento formal no uso dos materiais.

A intervenção levada a cabo pela Parque Escolar teve em conta o facto de a área do programa a albergar impor a construção de novos edifícios. Dada a reduzida área dos espaços exteriores sobrantes, estes dois novos corpos foram localizados no prolongamento dos corpos preexistentes.



A imagem do conjunto resulta numa articulação equilibrada de diferentes volumes, construídos em tempos e com objetivos distintos, claramente identificáveis, coexistindo pacífica e harmoniosamente o novo e o antigo. O projeto tentou salvaguardar a identidade do edifício existente, de grande valor patrimonial, por ser uma obra de referência no programa da arquitetura moderna em Portugal.



A Câmara Municipal do Porto, em colaboração com a Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitetos, atribuiu o Prémio João de Almada 2012 à requalificação desta escola. Segundo a Câmara Municipal, na base de eleição

deste projeto está o “modo como é feita a remodelação e ampliação do edifício pré-existente, conjugando a resposta a um programa extenso e complexo com a preservação dos valores patrimoniais, bem como a articulação com a parte ampliada, conferindo equilíbrio à composição do conjunto, sem prejuízo da identidade do imóvel classificado”.

## **BIBLIOGRAFIA:**

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CLARA DE RESENDE (2019). Agrupamento [em linha]. Porto: A.E.C.R. [consult. 3 de set. de 2019]. Disponível: <<https://clararesende.pt/agrupamento2.html>>.

COSTA, Patrício (2004). Escola Técnica Elementar Clara de Resende, Escola Secundária de Clara de Resende [em linha]. Forte de Sacavém: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico [Consult. 3 de set. de 2019]. Disponível: <[http://www.monumentos.gov.pt/site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=22211](http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22211)>.

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL (s.d.). Escola Secundária Clara de Resende [em linha]. Lisboa: DGPC [Consult. 3 de set. de 2019]. Disponível: <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/en/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/10859610>>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (s.d.). *Escola Básica e secundária Clara de Resende* [em linha]. Consult. 3 de set. de 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/132>>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA D. JOÃO II, SETÚBAL**



A Escola Secundária D. João II iniciou as suas atividades em fevereiro de 1983.

A escola anteriormente denominava-se Escola Secundária da Camarinha, por se localizar no bairro com o mesmo nome, em Setúbal. É uma zona habitacional de grandes dimensões, com algum comércio de bairro, bem como alguns restaurantes e serviços. Parte da urbanização é constituída por habitação social. Nasceu nos anos 60, essencialmente como bairro dormitório dos operários das novas indústrias e suas famílias.



A escola foi construída no ano letivo 1982/1983. Inicialmente, esteve agregada à antiga Escola Secundária n.º 1 e, nesse ano, as aulas só se iniciaram em 8 de fevereiro de 1983, graças ao voluntariado e participação de grande número de encarregados de educação que se prontificou a fazer os últimos preparativos para a abertura das aulas.

Era constituída por cinco blocos, sendo toda a construção em alvenaria e distribuiu-se por uma longa área com alguns espaços verdes e campo de jogos.

No ano letivo 2010/2011 iniciaram-se as obras da Parque Escolar, que remodelaram completamente a escola. A renovada escola possui 5 blocos (4 para aulas, 1 com os vários serviços), pavilhão gimnodesportivo, 2 espaços desportivos exteriores e muito espaço verde.

Os alunos do ensino básico pertencem a esta área e de zonas rurais limítrofes. Quanto aos alunos do ensino secundário são provenientes de toda a cidade e arredores, devido, entre outros, ao facto de escolherem cursos que só a escola integra, a nível da cidade.



O Patrono que dá nome à escola é D. João II, o Príncipe Perfeito. Tal como ele navegou com seu pai nas campanhas em África, vamos também viajar até à cache...

*Das várias disciplinas lecionadas,  
Algumas matérias terão que relembrar,  
Para nesta viagem achar as coordenadas,  
E o GZ final encontrar!*

O projeto de intervenção levado a cabo pela Parque Escolar localizou, no edifício da entrada, as zonas administrativas, a sala de trabalho e pausa de professores, a sala de reuniões e serviços comuns, tais como a biblioteca e respetivas zonas de apoio, a cozinha e o refeitório, a associação de alunos, a loja do aluno e a sala polivalente.





Nos restantes blocos, funcionam as salas de aulas, a oficina informática e salas TIC, laboratórios, salas das artes, oficinas de artes plásticas, de fotografia e de vídeo. A escola tem agora capacidade para 52 turmas e 1185 alunos.

O espaço de recreio e desporto exterior é constituído por cinco campos desportivos e espaços verdes.

## BIBLIOGRAFIA:

ESCOLA SECUNDÁRIA D. JOÃO II (2019). *Escola Secundária D. João II* [em linha]. [Consult. 17 de jun. 2019]. Disponível: <[https://www.geocaching.com/geocache/GC5K2VG\\_escola-secundaria-d-joao-ii](https://www.geocaching.com/geocache/GC5K2VG_escola-secundaria-d-joao-ii)>.

Escola Secundária D. João II (2017). *Avaliação externa das escolas: relatório Escola Secundária D. João II, Setúbal* [em linha]. [Consult. 17 de jun. de 2019]. Disponível: <[http://www.ige.min-edu.pt/upload/PUBLICACOES/AEE/SETUBAL/SETUBAL\\_Setubal\\_AEE\\_ES\\_D\\_Joao\\_II\\_2016\\_2017\\_R.pdf](http://www.ige.min-edu.pt/upload/PUBLICACOES/AEE/SETUBAL/SETUBAL_Setubal_AEE_ES_D_Joao_II_2016_2017_R.pdf)>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (2019). *Escola Secundária D. João II* [em linha]. [Consult. 17 de jun. de 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/188>>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA D. LUÍSA DE GUSMÃO, LISBOA**



A Escola Secundária D. Luísa de Gusmão, situada em Lisboa (freguesia dos Anjos), foi inaugurada em 1958. Inicialmente funcionou como Escola Industrial Feminina, passou a Escola Industrial/Comercial em 1970 e a Secundária em 1975, em consequência das reformas educativas que tiveram lugar nessas datas.

Na sequência da Avaliação Externa realizada em 2006, a Escola celebrou, com a Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, um contrato de autonomia, conforme previsto no regime jurídico de autonomia, administração e gestão das escolas, homologado pela Ministra da Educação, em 10 de setembro de 2007.



Na Escola estudam 790 alunos, dos quais 418 integram o ensino básico regular (18 turmas) e 372 o ensino secundário. Neste nível, 271 alunos frequentam os cursos científico-humanísticos (12 turmas) e 101 os cursos profissionais de Técnico de Informática de Gestão e de Técnico de Apoio Psicossocial (6 turmas). Existem ainda duas turmas dos Cursos de Educação e Formação de Adultos que funcionam em regime noturno, com 11 formandos no nível básico e 11 no secundário.

A percentagem de alunos naturais de outros países é de 24,3%, com predomínio para os oriundos do Brasil, China e países africanos. Beneficiam de auxílios económicos, no âmbito da ação social escolar, 41,3% dos alunos, sendo 22,5% do escalão A e 18,8% do B. Possuem computador e internet em casa 71% dos alunos (27,1% do ensino básico e 43,9% do secundário).

No ano letivo de 2010-2011, ano para o qual há referentes nacionais calculados, os valores das variáveis de contexto da escola situam-se, genericamente, sempre próximos dos valores medianos nacionais ou até um pouco acima no caso da média de idades dos alunos do 9.º ano e da percentagem de alunos no 12.º ano sem Ação Social Escolar. A assiduidade dos docentes e não docentes revela valores um pouco inferiores à mediana nacional.



O Agrupamento de Escolas Nuno Gonçalves (AENG), situado na zona centro-oriental e antiga da cidade de Lisboa, foi constituído por decisão ministerial e integra alunos oriundos das freguesias da Penha de França, de Arroios e de São Vicente. O Agrupamento é formado pelos seguintes estabelecimentos de ensino:

- Jardim de Infância da Pena;
- EB1 nº 1 de Lisboa;
- EB1 Sampaio Garrido;
- EB1 Natália Correia;
- EB1 Arquiteto Victor Palla;
- EB 2,3 de Nuno Gonçalves - escola sede do Agrupamento;
- Escola Secundária Dona Luísa de Gusmão.

Com uma Oferta Educativa que contempla o Pré-Escolar, o 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, o Ensino Secundário e a Educação e Formação de Adultos, o Agrupamento de Escolas Nuno Gonçalves na sua ação tem melhorado a qualidade e a eficácia das aprendizagens dos seus alunos, promovido a igualdade, o respeito pelo outro e a cidadania ativa, incentivando a criatividade, o espírito empreendedor e a aprendizagem ao longo da vida.

## BIBLOGRAFIA:

COSTA, Patrícia (2004). *Escola Industrial de Gusmão, Escola Secundária D. Luísa de Gusmão* [em linha]. Lisboa: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [Consult. 17 de jun. 2019]. Disponível: <[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=22021](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22021)>.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS NUNO GONÇALVES (s.d.). *O Agrupamento* [em linha]. [Consult. 17 de jun. de 2019]. Disponível: <<http://aenunogoncalves.com/agrupamento.asp?t=paginas&pid=9&lang=pt>>.

ESCOLA SECUNDÁRIA D. LUÍSA DE GUSMÃO (2011). *Avaliação externa das escolas: relatório: Escola Secundária D. Luísa de Gusmão, Lisboa* [em linha]. [Consult. 17 de jun. de 2019]. Disponível: <[http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE\\_2012\\_Lisboa/AEE\\_2012\\_ES\\_Luisa\\_Gusmao\\_R.pdf](http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE_2012_Lisboa/AEE_2012_ES_Luisa_Gusmao_R.pdf)>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA D. SANCHO I, VILA NOVA DE FAMALICÃO**



Em 1957 foi criada, em Famalicão, a Escola Industrial e Comercial. A Escola Industrial e Comercial de Vila Nova de Famalicão fez a abertura solene das aulas, nas antigas instalações dos “Armazéns Folhadela”, no Palacete do Barão de Trovisqueira, onde hoje está instalado o Museu Bernardino Machado. A escola abriu com a frequência de 208 alunos, dos quais 76 do sexo feminino, sendo seu diretor o Eng.º Manuel Augusto Oliveira Duarte.

O edifício da atual Escola Secundária D. Sancho I foi considerado, em 1963, como “a maior obra de todos os tempos que o Estado fez erguer em terras de Vila Nova de Famalicão”, como relatou a imprensa da época. O imóvel teve um

custo total de 12.500 contos, o que representava, naquele tempo, um elevado investimento, tanto mais que foi planeado com vistas largas, permitindo uma capacidade de frequência de 1200 alunos, num só turno.

O ensino profissional está na matriz da Escola Secundária D. Sancho I, que dá nome ao Agrupamento que, desde 2012, agrega esta e mais nove escolas de Vila Nova de Famalicão. A escola D. Sancho I foi a primeira escola do concelho de Vila Nova de Famalicão. Nasceu como escola técnica e mantém, ainda hoje, a sua vocação inicial, através do ensino profissional. Ao todo, são 18 as turmas que, na escola secundária D. Sancho I estão dedicadas à via profissional, correspondendo a quase metade das turmas deste nível de ensino, o que espelha a realidade do concelho onde metade dos alunos do secundário opta pelo ensino profissional.

O ensino profissional está na matriz da Escola Secundária D. Sancho I, que dá nome ao Agrupamento que, desde 2012, agrega esta e mais nove escolas de Vila Nova de Famalicão. A escola D. Sancho I foi a primeira escola do concelho de Vila Nova de Famalicão. Nasceu como escola técnica e mantém, ainda hoje, a sua vocação inicial, através do ensino profissional.



O Agrupamento de Escolas D. Sancho I foi criado em 2012/2013 e resultou da agregação do Agrupamento de Escolas de Calendário com a Escola Secundária D. Sancho I, sendo a última a atual sede. Esta unidade orgânica é constituída por uma escola com 3.º ciclo e Secundário (Escola D. Sancho I), uma escola básica com 1.º e 2.º ciclo (Dr. Nuno Simões), cinco escolas básicas de 1.º ciclo (EB de Louredo, EB de S. Miguel, EB de Meães, EB de Esmeriz e EB de Cabeçudos) e quatro jardins-de-infância (Lage, Louredo, Esmeriz e Cabeçudos). O número total de alunos do Agrupamento é superior a 2700, distribuídos pelos diferentes níveis de escolaridade.

O agrupamento aposta na diversidade da sua oferta educativa, onde para além do ensino regular, se incluem os cursos profissionais, os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), o Ensino Recorrente e um polo do Centro Qualifica de Vila Nova de Famalicão.

A população escolar até ao 3.º ciclo é proveniente maioritariamente de duas freguesias: União de Freguesias de Famalicão/Calendário e União de Freguesias de Esmeriz/Cabeçudos; no ensino secundário, a população escolar é proveniente de todas as freguesias do concelho sendo que uma percentagem significativa provém de concelhos limítrofes.



A Escola D. Sancho I, sede do Agrupamento, nasceu no ano letivo 1956/57, sendo então fundada como Escola Comercial e Industrial, na rua Adriano Pinto Basto. No ano letivo de 1962/63, mudou-se para o atual edifício e a partir de 1979, passou a designar-se Escola Secundária n.º 1 de Vila Nova de Famalicão, sendo a instituição de ensino de nível secundário mais antiga na cidade. A partir de 1987, passou a denominar-se Escola Secundária D. Sancho I, em homenagem ao rei que atribuiu o primeiro foral a Vila Nova de Famalicão em 1205.

No ano letivo de 2010/11, a escola é incluída no programa de modernização e requalificação da Parque Escolar, foi alvo de uma intervenção de fundo. O antigo edifício foi totalmente remodelado, mantendo a sua traça original. As novas instalações cumprem as atuais exigências de conforto, segurança e acessibilidade para todos, transformando-se numa moderna escola com condições estruturais excelentes. Em 2012/2013, por força das políticas educativas, nasceu então o Agrupamento de Escolas D. Sancho I.



Esta escola, que se afirma como uma referência na Educação do concelho de Vila Nova de Famalicão, oferece aos seus alunos um percurso sequencial integrado e com total interligação entre os diferentes níveis de escolaridade e garante uma educação de inquestionável qualidade e vocacionada para percursos de sucesso.

Na sua missão, o Agrupamento de Escolas D. Sancho I surge como uma instituição pública comprometida com a formação integral de crianças, jovens e adultos e com uma visão inovadora e promotora de boas práticas (projetos, estágios e intercâmbios no estrangeiro, e inovação pedagógica).

O Agrupamento de Escolas D. Sancho I, fiel depositário de uma longa história com elevado prestígio na área da educação, orgulha-se da sua capacidade de olhar para o futuro com ambição e dos seus elevados padrões de qualidade e exigência, onde valores como o Humanismo, a Democraticidade, o Profissionalismo, o Empreendedorismo e o Sucesso Educativo estão sempre presentes.

## **BIBLIOGRAFIA:**

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. SANCHO I (s.d.). *Agrupamento* [em linha]. [em linha]. Vila Nova de Famalicão: A.E.SD.S. [Consult. 3 de set. de 2019]. Disponível: <<http://www.aesancho.pt/agrupamento/apresentacao>>.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. SANCHO I (2015). *Avaliação externa das escolas: relatório* [em linha]. Vila Nova de Famalicão: A.E.SD.S.I [Consult. 3 de set. de 2019]. Disponível: <[http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE\\_2016\\_Norte/AEE\\_2016\\_AE\\_DSancho\\_I-Famalicao\\_R.pdf](http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE_2016_Norte/AEE_2016_AE_DSancho_I-Famalicao_R.pdf)>.

CORREIO DO MINHO (20 de out. de 2015). Agrupamento D. Sancho I tem 18 turmas de ensino profissional [em linha]. [Consult. 3 de set. de 2019]. Disponível: <<https://correiodominho.pt/noticias/agrupamento-d-sancho-i-tem-18-turmas-de-ensino-profissional/90059>>.

PARQUE ESCOLAR; EPE (s.d.). *Escola Secundária D. Sancho I* [em linha]. Consult. 3 de set. de 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/116>>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA, LISBOA**



Criada em outubro de 1980, recebe o seu nome da localização nos terrenos da Universidade Clássica de Lisboa. Destinava-se a lecionar o 12.º ano da Via de Ensino que funcionava então como ano de preparação para o acesso ao Ensino Superior. Em 1985 começaram a ser lecionados os 10.º e 11.º anos da Escolaridade Secundária e em 93/94 começou a funcionar na Escola o Ensino Técnico-Profissional. A partir de 93/94, ano da generalização da Reforma Curricular, a Escola tem para oferecer no turno diurno, Planos de Estudo do C.S.P.O.P.E. (1.º, 2.º, 3.º e 4.º Agrupamentos) e do C.P.O.V.D.A. (C. Tecnológico de Informática do 1º Agrupamento).

Atendendo às condições precárias das instalações desta escola (pavilhões pré-fabricados) desde há anos que o Ministério da Educação projeta a sua saída da Cidade Universitária, intenção contra a qual se manifesta esta comunidade escolar. Em maio de 2003 esta escola foi formalmente extinta em resultado de uma fusão com a Escola Secundária Padre António Vieira. Na sequência desta decisão foi constituída a Escola Secundária Calouste Gulbenkian que ocupará as instalações da Escola Secundária Padre António Vieira.

A Escola Secundária da Cidade Universitária foi extinta em 2003 e incorporada pela Escola Secundária Padre António Vieira, que recebeu o seu espólio documental. Em 2003/2004 começa um novo ciclo da vida da Escola Secundária Padre António Vieira, Lisboa - resultado da fusão com a Escola Secundária da Cidade Universitária.

A Escola Secundária Padre António Vieira foi intervencionada pela Parque Escolar entre 2009 e 2011, sensivelmente, com um projeto da arquiteta Teresa Nunes da Ponte, tendo sofrido grandes melhoramentos, em termos de espaços e equipamentos. Em julho de 2012, a Escola Secundária Padre António Vieira, juntou-se com o antigo Agrupamento de Escolas de Alvalade e tornou-se sede do novo Agrupamento de Escolas de Alvalade, agora composto por quatro escolas.

## BIBLIOGRAFIA:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALVALADE (2019). *Sobre ESPAV* [em linha]. Lisboa: A.E.A. [Consult. 24 de jun. de 2019]. Disponível: <<http://aealvalade.edu.pt/>>.

FONTES, Carlos (s.d.). *ESPAV versus Escola Secundária Calouste Gulbenkian, ou a escola que não chegou a existir* [em linha]. Lisboa: Jornal da Praceta: o primeiro jornal electrónico de um bairro de Lisboa [Consult. 24 de jun. de 2019]. Disponível: <<http://www.jornaldapraceta.pt/indexEscCGulb.html>>.

SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (s. d.). *Escola Secundária da Cidade Universitária, Lisboa* [em linha]. [Consult. 24 de jun. de 2019]. Disponível: <<http://arquivo-ec.sec-geral.mec.pt/details?id=50974>>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALMEIDA GARRETT VILA NOVA DE GAIA**



A Escola Secundária de Almeida Garrett (ESAG) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 45636, de 31 de março de 1964, com frequência mista, com trinta salas, e iniciou a sua atividade no ano letivo 1964/65, com uma secção masculina, dependente do Liceu Alexandre Herculano, e uma secção feminina, dependente do Liceu Rainha Santa Isabel. Abriu com ensino até ao 5.º ano (Curso Geral), tendo sido criados posteriormente o 6.º e 7.º anos do 3.º ciclo dos liceus (Curso Complementar).

Em 1966, foi solicitada a sua autonomização, o que veio a suceder em 10 de outubro, passando então a designar-se Liceu Nacional de Vila Nova de Gaia.

Posteriormente, em 1979, com a unificação dos Ensinos Liceal e Técnico, tomou a designação de Escola Secundária n.º 2 de Vila Nova de Gaia. Com a publicação da Portaria n.º 261/87, de 2 abril, e de acordo com a proposta da Escola, passou a designar-se Escola Secundária de Almeida Garrett, em homenagem ao escritor portuense introdutor do Romantismo em Portugal e criador do teatro contemporâneo português.



A Escola situa-se no centro da cidade de Vila Nova de Gaia, na praça Professor José Sampaio, freguesia de Mafamude, junto à Biblioteca Municipal, ao Auditório Municipal e à Igreja Matriz, e é envolvida por um complexo habitacional em expansão permanente.

Vila Nova de Gaia, cidade desde 28 de junho de 1984, integra o Concelho do mesmo nome; é um dos Municípios com maior número de habitantes, sendo que mais de cinquenta por cento da sua população é residente no tecido urbano, distribuída essencialmente pela União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, Santa Marinha e Afurada e pela Freguesia de Oliveira do Douro.

A Escola está inserida num meio que foi predominantemente agrícola e hoje é essencialmente urbano, com elevada densidade populacional.

Uma grande parte dos alunos que frequenta a ESAG reside na União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso. No entanto, um número considerável de alunos provém da União de Freguesias de Santa Marinha e Afurada e da Freguesia de Oliveira do Douro.



A escola dispõe ainda de uma localização privilegiada no início da mancha urbana residencial consolidada a nascente da cidade, na freguesia de Mafamude.

Constituída anteriormente por vários pavilhões independentes articulados entre si por galerias exteriores, a remodelação procurou interligar os diversos pavilhões preexistentes e facilitar a sua acessibilidade, criando para o feito um núcleo central de distribuição completamente novo e organizando os espaços vocacionados para a partilha e intercâmbio com a comunidade, designadamente as áreas desportivas e respetivos balneários de apoio, cuja utilização veio proporcionar grande ênfase à atividade física praticada pela comunidade, aproximando-a da escola e tornando-a num elemento participativo.

Além dos espaços interiores, a intervenção teve ainda como objetivo a reorganização e tratamento dos espaços exteriores e de envolvência dos edifícios, promovendo a sua adequada utilização, atratividade, segurança e conforto.

## BIBLIOGRAFIA:

ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALMEIDA GARRETT (2017). *Avaliação externa das escolas: relatório de escola* [em linha]. Vila Nova de Gaia: Documento: E.S.A.G. [Consult. 5 de set. de 2017]. Disponível: <[http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE\\_2010\\_DRN/AEE\\_10\\_ES\\_Almeida\\_Garrett\\_R.pdf](http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE_2010_DRN/AEE_10_ES_Almeida_Garrett_R.pdf)>.

ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALMEIDA GARRETT (2017). *Projeto Educativo Triénio 2017/2020 “Ensinar e aprender a ser”, “Analisar o Passado, compreender o Presente para antecipar o Futuro”* [em linha]. Vila Nova de Gaia: Documento aprovado em reunião do Conselho Geral da Escola Secundária de Almeida Garrett, realizada em 27 de setembro de 2017 [Consult. 5 de set. de 2019]. Disponível: [http://esagarrett.com.pt/joomla/images/stories/documentos/docs\\_orientadores/PEE\\_ESAG\\_2017\\_2020.pdf](http://esagarrett.com.pt/joomla/images/stories/documentos/docs_orientadores/PEE_ESAG_2017_2020.pdf)>.

ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALMEIDA GARRETT (2018). *Regulamento interno* [em linha]. Vila Nova de Gaia: E.S.A.G. [Consult. 5 de set. de 2019]. Disponível: <[http://esagarrett.com.pt/joomla/images/stories/documentos/docs\\_orientadores/REGULAMENTO\\_INTERNO\\_ESAG\\_2018.pdf](http://esagarrett.com.pt/joomla/images/stories/documentos/docs_orientadores/REGULAMENTO_INTERNO_ESAG_2018.pdf)>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (s.d.). *Escola Secundária Almeida Garrett* [em linha]. [Consult. 5 de set. de 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/138>>.

SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (s.d.). *Escola Secundária Almeida Garrett, Vila Nova de Gaia* [em linha]. Lisboa: Divisão de Serviços de Documentação e de Arquivo [Consult. 5 de set. de 2019]. Disponível: <<http://arquivo-ec.sec-geral.mec.pt/details?id=64546>>.

## ESCOLA SECUNDÁRIA DE CAMÕES, LISBOA



A Escola Secundária de Camões MHIP (conhecida também por Liceu Camões, ou na sua grafia antiga Lyceu Camões), fundada em 1902, é uma das maiores e mais prestigiadas escolas secundárias de Lisboa e mesmo de Portugal. Por ela passaram imensos alunos que hoje são importantes figuras da sociedade, quer a nível nacional, quer internacional.

O edifício do antigo Liceu, a atual Escola Secundária de Camões, está classificado, desde 2012, como monumento de interesse público.

A atual Escola Secundária de Camões foi criada em 1902, por Carta de Lei de 24 de Maio, com o nome de Liceu Nacional de Lisboa, sendo o segundo liceu de Lisboa (o primeiro foi o Liceu Passos Manuel de 1836).

O recém-criado liceu viu-se imediatamente confrontado com dificuldades: uma das mais prementes, a sua instalação física –; foi escolhido um local: o Palácio da Regaleira, no Largo de São Domingos. Estava longe de ser o local ideal, já que as salas eram muito pequenas e mal mobiladas, não existia um laboratório de Física, Química ou Zoologia, nem um recreio onde os alunos pudessem passar os intervalos –; as brincadeiras decorriam nas proximidades do edifício

ou no próprio Largo de São Domingos. Como se não bastasse, o liceu partilhava o rés-do-chão com uma leitaria e uma loja de mobílias.

Dois anos mais tarde, aquando da divisão de Lisboa em três zonas escolares, o Liceu Nacional torna-se o Liceu Central da 1.<sup>a</sup> Zona Escolar, ganhando assim mais autonomia. As dificuldades, contudo, foram aumentando à medida que a população escolar aumentava –; o Liceu servia agora 15 freguesias.



Em grande parte devido à procura de um espaço adequado para a prática de educação física –; obrigatória desde 1905 –; Rui Teles Palhinha, o primeiro reitor do Liceu Central da 1.<sup>a</sup> Zona, tentou encontrar um edifício que reunisse as condições necessárias, que incluíam amplos espaços e condições de higiene. Como hipóteses surgiram o Teatro D. Maria II e o Real Ginásio Clube, mas acabou por ser conseguido o Centro Nacional de Esgrima. No entanto, uma coisa ficou clara: a necessidade de um espaço e edifício próprio, construído de raiz. Com esse objetivo, Rui Teles Palhinha faz uma exposição ao ministro dos Negócios do Reino, onde pede a "construção dum edifício em local próprio, construção que obedeça aos princípios da mais estrita economia, tendo em vista que uma escola precisa de ar e de luz, que são de graça, e prescinde de cantarias lavradas e de madeiras ricas".

A construção do novo espaço é aprovada e autorizado um empréstimo no valor máximo de 200 contos de réis, "destinado à aquisição de terreno e construção

do edifício para o Liceu Central da 1.<sup>a</sup> Zona Escolar", ficando o restante destinado à aquisição de mobiliário.

No início de 1908 iniciam-se as obras, que vêm a acabar (surpreendentemente depressa) 21 meses depois, nos finais de 1909. Entretanto, a 9 de Setembro de 1908, a designação muda oficialmente para Lyceu de Camões e a inauguração ocorre a 16 de Outubro de 1909. O Liceu foi construído no Largo do Matadouro Municipal, sob fortes críticas, por ser de difícil acesso e distante para os alunos. Embora fosse uma zona de expansão, três anos depois da abertura o local continuava ermo e inóspito, existindo nas proximidades somente o Matadouro e a Escola de Medicina Veterinária.



Projetado inicialmente para acolher 600 alunos, no ano letivo de 1909-10, o Liceu dispunha de trinta professores que lecionavam a um total de 19 turmas. Desde o início houve preocupação com o desenvolvimento físico e intelectual e com a higiene dos alunos, o que se traduziu em lavabos distribuídos por todo o edifício, duches ao pé do ginásio, o projeto de uma piscina de natação, a separação dos espaços especializados, a notória separação da via pública, o agrupamento dos alunos em pátios diferentes e a habitação independente do reitor. A construção em tridente resolvia o problema da iluminação e arejamento da escola, ao mesmo tempo que proporcionava um ambiente

educativo que promovia a permanência dos alunos dentro do edifício. Outro aspeto do esquema compositivo em tridente e da disposição das salas é o facto de o Liceu praticamente não possuir corredores fechados –; as salas dão diretamente para o pátio ou para galerias abertas. Ouviram-se, na altura, alguns comentários dizendo que "o liceu era um grande ginásio com algumas salas de aula à volta dele".

Dos primeiros tempos do Liceu, convém destacar um aluno pela importância que teve no despertar do movimento associativo estudantil: Mário de Sá-Carneiro. Tendo tido um percurso liceal algo atribulado, acaba por concluir o secundário no Liceu de Camões nas Turmas de Letras de 1909/1910 e 1910/1911.

Em 1911, é publicado o regulamento interno, onde vem definida a vida da Associação Académica do Liceu de Camões, fundada a 9 de fevereiro do mesmo ano. Os principais objetivos da associação consistiam no desenvolvimento físico e intelectual dos seus sócios e na solidariedade escolar a favor dos mais desfavorecidos, tendo lhe sido autorizada a organização de conferências, jogos de educação física e aulas de esgrima. Embora tenha sido alvo, alguns anos mais tarde, duma reformulação em que se acentuava o controlo institucional por parte do reitor, a Associação Académica do Liceu de Camões conduziu, em grande parte, à afirmação cultural do Liceu, nomeadamente através da organização de festas escolares, eventos desportivos, ocupação de tempos livres nas férias grandes, atividades de assistência e escutismo. Em 1936, com o Estado Novo a Associação foi extinta e as suas atividades integradas na Mocidade Portuguesa.



Até finais da década de 1920, verifica-se uma crescente estabilidade e projeção pública do Liceu, indicada sobretudo pelo aumento de número de alunos e de alunas. Este aumento de alunos foi de tal maneira notório que, se no ano letivo de 1925/26 o Liceu funcionou com 29 turmas, no ano seguinte eram 43 as turmas, o que obrigou ao primeiro desdobramento em dois turnos. No mesmo ano de 1927, foram construídos os dois gabinetes de Física e Química, procurando solucionar três problemas: corresponder melhor aos objetivos das últimas reformas de ensino, principalmente no aspeto da experimentação; aumentar a disponibilidade das salas de aula face à súbita procura social do ensino secundário; afastar do edifício principal instalações mais atreitas a acidentes.

Um dos fatores de prestígio do liceu foi, sem dúvida, a cantina escolar criada em 1931 e que incorpora desde logo quatro secções: refeitórios, pastelaria, livraria e papelaria. A Cantina Escolar foi um dos maiores contribuintes para o desenvolvimento do liceu, quer apadrinhando os prémios resultantes do Quadro de Honra, dotando o liceu de dois campos de golfe, quer sustentando em parte as despesas do cinema educativo ou subsidiando a execução de jardins. No entanto, com a entrada nos anos 30, ocorre uma profunda mudança

na filosofia da instituição que "aponta no sentido de práticas mais liberais e mais consentâneas com o ideário do regime político vigente". Na prática, além da extinção da Associação Académica, esta viragem traduziu-se numa consolidação da estrutura hierárquica do reitor e numa perda de autonomia do corpo docente sendo no entanto deixada uma margem de manobra no que respeita à pedagogia, quer seja pela aquisição de material didático apropriado e atualizado, pela compra de novos livros para a biblioteca, seja apoiando as visitas de estudo, as festas e as viagens de finalistas ou promovendo sessões culturais e "ações pedagógicas" para os professores, sendo inclusive criado pelos alunos um posto de rádio, em 1961.

No final da década de 1950, o Liceu conhece um momento de expansão com a abertura de duas secções: a de Alvalade (1957/58), atual Escola Secundária Padre António Vieira; e a do Areeiro (1958/59), hoje em dia, a Escola E. B. 2,3 Luís de Camões. Esta expansão vem como parte da solução ao combate ao sempre crescente número de alunos. No ano letivo de 1972/73, o Liceu, que tinha inicialmente previsto acolher 600 alunos, suportava mais de 2200, sem contar com o ciclo noturno.



Ainda hoje a Escola mantém o ensino noturno e continua a ser uma das melhores escolas secundárias do país. Nos últimos anos, tem sido alvo de obras de remodelação e expansão, tendo sido criados de raiz um refeitório, um

auditório, uma sala de musculação, um novo espaço para o museu da escola e um pavilhão gimnodesportivo. Dispõe igualmente de um centro de recursos escolares, de uma biblioteca, salas de informática e desenho, uma papelaria, um bar de alunos e professores, os laboratórios de Física, Química e Biologia, a sala da Associação de Estudantes, dois campos de futebol, mesas de pingue-pongue e de matraquilhos.

A 21 de Agosto de 1990 foi feita Membro-Honorário da Ordem da Instrução Pública.

Recentemente, um incêndio nas caves atingiu grande parte do arquivo da escola e da secretaria destruindo registos de alunos, professores, exames e contas; de modo a proceder à recuperação e reorganização do material afetado, o antigo ginásio esteve encerrado durante alguns meses, mas foi reaberto no ano letivo de 2006/2007.

A requalificação da escola secundária, a cargo da Parque Escolar, chegou a ter início marcado para agosto de 2011, mas foi suspensa, sem data para avançar. Para executar o projeto da autoria do arquiteto Falcão de Campos são precisos 18 milhões de euros.

Em novembro de 2013, o Coliseu dos Recreios em Lisboa foi palco de uma gala cujo objetivo foi angariar pelo menos 20 mil euros para a reparação urgente das janelas e do escudo que está sobre a porta principal, cheio de fissuras, em risco de queda.

## BIBLIOGRAFIA:

ADAMOPOULOS, Sarah; VASCONCELOS, José Luís Falcão; NÓVOA, António (pref.) (2009). *Liceu de Camões: 100 anos, 100 testemunhos*. Lisboa: Quimera. ( ISBN 978-972-589-203-9).

ESCOLA SECUNDARIA DE CAMÕES (s.d.). *História* [em linha]. Lisboa: E.S.C. [Consult. 5 de set. de 2019]. Disponível: <<https://liceucamoes.wixsite.com/camoes/historia-da-escola>>.

JUNTA DE FREGUESIA DE ARROIOS (s.d.). *Escola Secundária de Camões* [em linha]. Lisboa: J.F.A. [Consult. 5 de set. de 2019]. Disponível: <<http://www.jfarroios.pt/portfolio/escola-secundaria-de-camoes/>>.

SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo (dir.) (1994). *Dicionário da História de Lisboa*. Sacavém: Carlos Quintas & Associados-Consultores. ( ISBN 972-96030-0-6).

WIKIPEDIA (2019). *Escola Secundária de Camões* [em linha]. [Consult. 5 de set. de 2019]. Disponível: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola\\_Secund%C3%A1ria\\_de\\_Cam%C3%B5es](https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_Secund%C3%A1ria_de_Cam%C3%B5es)>.

## ESCOLA SECUNDÁRIA DE EMÍDIO GARCIA, BRAGANÇA



A história do Liceu Emídio Garcia só pode ser entendida se englobada num contexto nacional educativo. Na realidade, este estabelecimento seguiu uma linha histórica que acompanha uma série de alterações na política educativa portuguesa.

A sua criação, com o nome de Liceu Nacional de Bragança, dá-se no ano de 1836, através do Decreto de 17 de novembro de 1836, que cria, nos chamados distritos administrativos os liceus. Esta criação integra-se numa política nacional encabeçada por Passos Manuel que continua, desta forma, as reformas iniciadas por Mouzinho da Silveira.

Este decreto legisla sobre a instrução primária e a instrução secundária por considerar que:

"A reforma geral dos estudos é a primeira necessidade da epocha actual, e que assim o tem reconhecido o corpo Legislativo, e todos os bons

Portuguezes, que se interessam pela civilização e aperfeiçoamento intellectual, e moral da Nação?"

A instrução secundária é aquela que carecia de uma reforma mais profunda pois "¿o systema actual consta na maior parte de alguns ramos de erudição estéril, quasi inútil para a cultura das sciencias, e sem nenhum elemento que possa produzir o aperfeiçoamento das artes, e os progressos da civilização material do Paiz?"



Aqui legisla-se sobre as cadeiras a lecionar, a habilitação dos professores, os exames e refere que o método e a distribuição da carga horária pelas diferentes disciplinas serão regulados pelos regulamentos internos de cada liceu.

Estipula, ainda, que o Conselho do liceu seja presidido por um professor decano, que se intitulará de Reitor, e por um secretário. Este conselho teria como atribuições: verificar o cumprimento das leis relativas ao ensino; distribuir a carga horária pelas diferentes disciplinas; elaborar o regulamento interno; elaborar um relatório anual, etc. (art.63).

Ao reitor cabe convocar o conselho; expedir correspondência com o Governo,

com a Direção Geral e com outras autoridades, inspeciona todo o estabelecimento, etc. (art.º 66).

O Liceu contaria, ainda, com os docentes, um professor bibliotecário, nomeado pelo conselho, um oficial e um guarda.

Também, o edifício onde ficou localizado o liceu é alvo de legislação que refere que "os liceus serão estabelecidos em edifícios públicos, bem situados e saudáveis, e quando puder ser apropriado à boa ordem e economia das aulas."



Em Bragança coloca-se a hipótese de se vir a localizar no extinto Convento de São Francisco que então se encontrava em risco de ruir e que, segundo a Junta Geral de Distrito, reunia todas as condições para o seu estabelecimento (cf. Atas das Sessões da Junta Geral de Distrito, 15 de julho de 1839).

Este apelo e outros que se seguiram não receberam qualquer aval do governo central e é, por este motivo, que em 1843, a Junta Geral de Distrito propõe novo local para a instalação do liceu: o Convento das freiras de S. Bento. Neste existiam, na altura, três freiras e uma noviça e oferecia todas as condições para a instalação não só do liceu como de outras entidades públicas. Mais uma vez a resposta tardou.

Entretanto Costa Cabral sobe ao poder após a Constituição de 1838 e faz promulgar uma reforma através do Decreto de 20 de setembro de 1844. Esta é fundamental quando nos seus diferentes artigos se verifica a importância do saber ler e escrever e já que os indivíduos que o saibam passam a ter prioridade, por exemplo no emprego e no recrutamento para o exército e para a armada.

Estabelecem, igualmente, seis disciplinas comuns a todos os liceus e deixa ao governo a possibilidade de criar disciplinas específicas, de carácter utilitário e científico, em alguns distritos.

Quanto ao Liceu de Bragança acaba por se instalar no Convento de São Bento, por Portaria de 19 de maio de 1853, não sem antes, a 2 de março de 1853 o deputado José de Moraes Faria e Carvalho ter apresentado ao Parlamento um relatório sobre as condições físicas do convento de São Bento que, entretanto, tinha visto falecer as suas inquilinas, restando apenas uma.



Num dos artigos do relatório, que o deputado pretendia que fosse lei, é referido que com a venda da cerca se poderiam realizar as obras necessárias.

A 30 de abril de 1853 falece a única freira existente no convento. É, assim, que

este passa a ser o edifício que alberga o liceu, que se situava na ala nascente dispondo de duas salas.

No entanto, a sua estadia, neste edifício, não foi coroada de êxito, já que o mesmo se encontrava num estado de degradação avançado o que levou o reitor à procura de uma casa particular e a uma forte pressão para que o Hospital Militar fosse transferido para o Convento São Francisco ficando, assim, o edifício onde estava instalado livre para a instalação do liceu. A casa particular ficava na Rua Direita que também não possuía as melhores condições para servir de espaço físico a um liceu e tinham já sido iniciadas as obras no antigo Hospital Militar para aí funcionar o liceu, obras essas que se revelaram lentas e intermináveis.

Estávamos em 1860. É a 10 de abril desse ano que é publicado um novo regulamento para os liceus sob as reformas de fontes Pereira de Melo. Neste regulamento, os liceus são divididos em duas classes: os de primeira (situados em Lisboa, Coimbra, Porto, Braga e Évora) e os de segunda e cria novas regras de funcionamento.



Tudo surge regularizado, desde a admissão dos alunos, as disciplinas a lecionar, os exames, os prémios, a metodologia, etc.

Este regulamento é substituído, a 9 de setembro de 1863, por um emanado pelo Ministério dos Negócios do Reino, Direção Geral da Instrução Pública e redigido por Anselmo José Braamcamp.

Novas alterações são legisladas, nomeadamente no que concerne ao ensino de línguas estrangeiras, no número de horas a lecionar diariamente e na duração de cada aula.

O país vive num período conturbado politicamente, no entanto, este regulamento ficará em vigor durante bastante tempo até que a 23 de setembro de 1872 surge um novo decreto que regula o ensino liceal.

Entretanto, em Bragança, o Liceu mudou-se para o edifício do Antigo Hospital Militar, por volta de 1867. Esta data pode ser inferida através da leitura do relatório de 1875 - 1876 que refere:

"Há nove anos que, aproveitando-se o espaço e paredes do Antigo Hospital Militar São João de Deus, se edificou aí um novo estabelecimento do estado - este Liceu Nacional."



As dificuldades advindas do espaço precário continuam, bem como as dificuldades financeiras.

Com o decreto de 23 de setembro de 1872, com redação de António Rodrigues Sampaio dá-se grande importância aos exames e à possibilidade de os alunos dos colégios privados poderem candidatar-se ao número de exames que desejarem.

Seguem-se três reformas levadas a cabo por José Luciano de Castro, destacando-se aquela que encurta o ano letivo de forma a terminar a 31 de maio.

Jaime Moniz é a personagem que se destaca na década de noventa com as suas reformas no ensino secundário. Faz publicar três decretos-lei e uma carta de lei, destacando-se, de entre as medidas apresentadas, aquela que prevê, novamente, o aumento da duração do ano letivo, a necessidade do estudo aprofundado da língua latina, a uniformização dos currículos nos liceus e a implementação do ensino por classes ou anos. É, por este motivo, que surge a figura do diretor de classe, nomeado pelo governo, por proposta do reitor a quem cabe garantir a unidade científica e a disciplina na classe que tem a seu cuidado.

O decreto de 14 de agosto de 1895 fixa o valor das propinas de matrícula e exame, já que o ensino secundário continuava a não ser gratuito.

Na transição do séc. XIX para o séc. XX consolidava-se o estudo secundário por classes com professores especialistas em cada disciplina e com horários escolares muito bem definidos.



Em 1911, o liceu de Bragança é elevado a Liceu Central, devido, essencialmente, ao reitor Adrião Martins Amado e é, a partir desta altura, que começa a funcionar uma secção no antigo Colégio dos Jesuítas. Em 1927 dá-se a transladação definitiva do liceu para este espaço que servirá de abrigo ao mesmo até 1969. Durante a sua estadia neste espaço sofreu várias intervenções, nomeadamente, para a colocação do aquecimento e para obras de ampliação.

Entretanto, outras reformas se foram sucedendo, muitas sem grande impacto. Entre 1917 e 1936 são publicados vários Decretos que regulamentam o ensino secundário, tendo a maioria o intervalo de um ano entre cada publicação.

Em 1936, destaca-se a reforma do ensino liceal de Carneiro Pacheco por permitir que, pela primeira vez, o aluno pudesse acumular disciplinas de vários anos, já que reprovado a um exame não significava perder um ano.

É, também, por esta altura que surge o chamado exame de admissão como um instrumento de seleção dos alunos.

Será depois em 1973 que surgirá uma das reformas mais importantes no ensino. Surge pela mão de Veiga Simão e trata-se da Lei que aprova as Bases para uma reforma do sistema educativo.

Relativamente ao Liceu de Bragança, a 28 de março de 1958 publica-se o

Decreto-Lei n.º 41572 que aprova a construção de novos liceus, entre eles o de Bragança. Mas, a 7 de dezembro de 1966 ainda é posta a concurso a segunda fase da obra, obra essa que só estará concluída no ano letivo 1968- 1969. Finalmente, o Liceu estava na sua atual casa no alto da Boavista.

In:

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGANÇA (2012). *Liceu Emídio Garcia de Bragança* [em linha]. Bragança: Arquivo Distrital de Bragança [Consult. 24 de jun. de 2019]. Disponível: <<https://digitalq.adbgc.arquivos.pt/details?id=1139937>>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (2019). *Escola Secundária Emídio Garcia* [em linha]. [Consult. 24 de jun. de 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/119>>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA DE EMÍDIO NAVARRO, ALMADA**

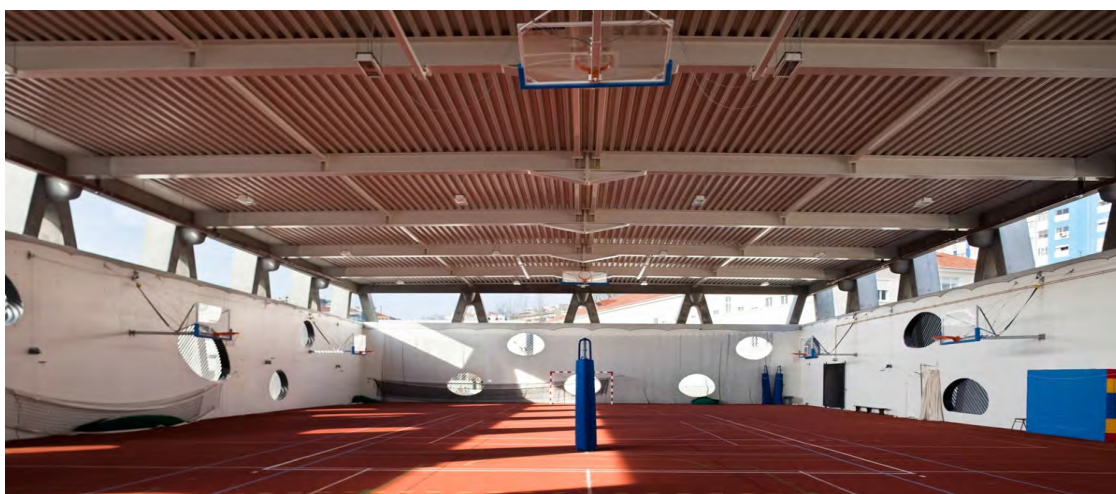


Em 1955, Almada vê surgir a sua primeira escola de ensino secundário, com a criação da Escola Industrial e Comercial de Almada, nas instalações camarárias da Rua João de Portugal. Iniciando com 228 alunos, sendo 196 do 1º ano do Ciclo Preparatório e 32 do Curso Geral do Comércio, esta escola viu crescer até 1959 o número de alunos para 1047, em paralelo com a maior diversidade de cursos oferecidos.

O aumento da população escolar conduziu a novas alterações na estrutura do parque educativo almadense. Assim, em 1959, esta escola é dotada de um edifício novo, passa a designar-se Escola Industrial e Comercial Emídio Navarro e deixa de ministrar o Ciclo Preparatório.



Atualmente, a Escola Secundária Emídio Navarro é a escola sede do Agrupamento com o mesmo nome e encontra-se localizada no centro de Almada. Em 2010, a escola foi totalmente renovada e reequipada com equipamentos de tecnologia recente, possuindo laboratórios, oficinas e salas dotados de equipamento informático, de projeção e de quadros interativos. Disponibiliza, igualmente, aos seus utentes acesso livre à Internet através de rede sem fios, o que se verifica, atualmente, nas restantes escolas do Agrupamento.



O Agrupamento encontra-se situado na União de Freguesias de Almada, Cacilhas, Cova da Piedade e Pragal, inserido nas localidades de Almada,

Cacilhas e Cova da Piedade do concelho de Almada. Os sete estabelecimentos de ensino são os seguintes:

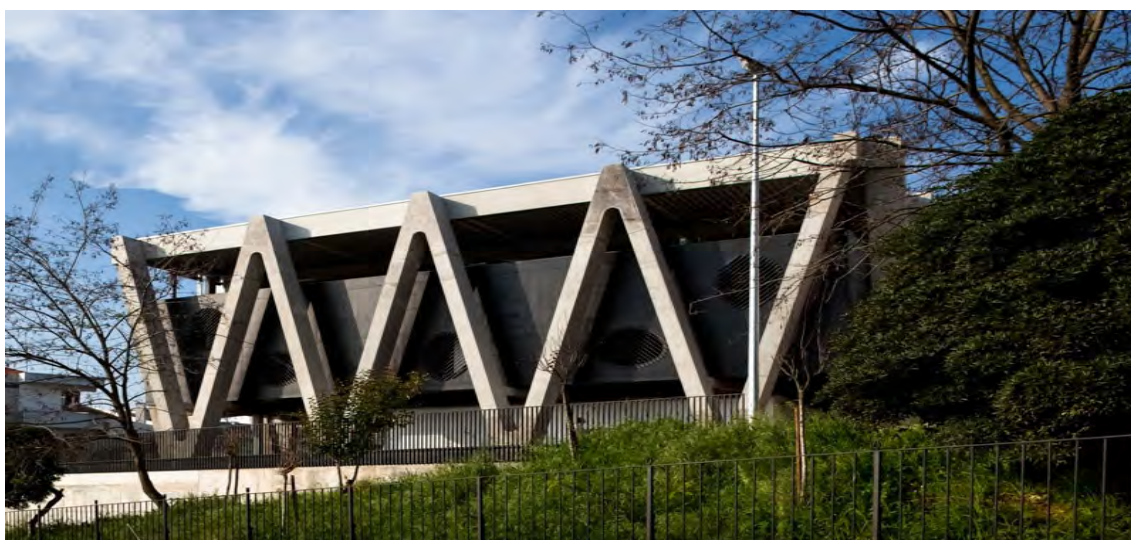
- Escola Secundária Emídio Navarro, Almada;
- Escola Básica Dom António da Costa, Almada;
- Escola Básica do Cataventos da Paz, Cacilhas, Almada;
- Escola Básica de Almada;
- Escola Básica nº3 de Almada;
- Escola Básica da Cova da Piedade, Almada;
- Escola Básica nº3 da Cova da Piedade, Almada;
- Escola Secundária Emídio Navarro (ESEN).

A década de 50 do século passado representou o momento de viragem no modo como o ensino secundário passou a ser encarado em Almada. O crescimento populacional, verificado no concelho nesta década, levou à necessidade de implantação de estabelecimentos de ensino secundário em Almada, por forma a reduzir a total dependência em relação às escolas técnicas e aos liceus de Lisboa, fixando, assim, a população jovem após a conclusão do ensino primário.



O Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Emídio Navarro (AEEN), instituído em 26 de abril de 2013, apresenta-se como um documento orientador das atividades estruturantes da organização e do funcionamento de um

Agrupamento que respeita a Lei de Bases do Sistema Educativo e o Decreto-Lei no 137/2012. O Projeto Educativo do AEEN obedece a uma matriz centrada nos valores UNESCO, definidos globalmente para a Educação do século XXI, com vista à formação e integração do jovem cidadão no mundo atual, nas dimensões ética e humana, social e profissional. Considera-se nesta vertente as parcerias estabelecidas com as entidades locais, nacionais e internacionais, processo essencial de enriquecimento na formação cultural, artística, científica e tecnológica dos alunos.



Concomitantemente, a ação educativa delineada para o AEEN respeita os fundamentos municipais para a educação, assentes nos princípios e valores estabelecidos na Carta das Cidades Educadoras. Atendendo a esta vertente norteadora da ação educativa, marcada pelos referenciais temáticos da cidadania, a elaboração do Projeto Educativo integra a auscultação à comunidade educativa, interlocutora privilegiada nas opções formativas para o Agrupamento, sujeitas a medidas de monitorização e de avaliação interna ao longo dos três anos.

O Agrupamento de Escolas Emídio Navarro, criado pela Portaria n.º 30/2014, de 5 de fevereiro, na sequência do processo de agregação previsto no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, integra sete estabelecimentos de ensino, desde o pré-escolar ao ensino secundário e tem como escola sede a Escola Secundária

Emídio Navarro. Advém da fusão do extinto Agrupamento Vertical de Escolas Dom António da Costa com a Escola Secundária de Emídio Navarro, uma das dez escolas secundárias com 3.º ciclo existentes no Concelho. As escolas do Agrupamento evidenciam aspetos que as tornam uma mais-valia significativa para a comunidade em que estão inseridas.

No quadro de autonomia definido legalmente, o Agrupamento assume-se como centro decisor privilegiado do processo educativo pela atenção à especificidade da sua comunidade educativa e aos contextos que a definem. O Projeto Educativo surge, assim, como um dos instrumentos dessa autonomia, documento fundamental da política interna do Agrupamento, perspetivado como um espaço de educação, desenvolvimento e integração. Para que a Escola concretize esta sua missão e defina as linhas orientadoras da sua atividade, necessita de envolver e mobilizar toda a comunidade educativa, mas tal não se esgota na construção do projeto, ela é fundamental para a sua implementação e o seu desenvolvimento.

## **BIBLIOGRAFIA:**

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS EMÍDIO NAVARRO (2014). *Projecto educativo: sete escolas, um agrupamento, sete espaços de aprendizagem, de cidadania e de gente: 2014-2018* [em linha]. [Consult. 17 de jun. de 2019]. Disponível: <[https://drive.google.com/file/d/1UMB263Nxb5ddxanMY3\\_bDMZMDbrYiOV\\_/view](https://drive.google.com/file/d/1UMB263Nxb5ddxanMY3_bDMZMDbrYiOV_/view)>.

LARANJEIRA, José (2008). *Oficina Ideias em Linha, Emídio Navarro Secondary School* [em linha]. [Consult. 17 de jun. de 2019]. Disponível: <<https://www.architectural.com/oficina-ideias-em-linha-emidio-navarro-secondary-school/>>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (2019). *Escola Secundária Emídio Navarro, Almada* [em linha]. [Consult. 17 de jun. de 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/093>>.

## ESCOLA SECUNDÁRIA DE GONDOMAR



A Escola Secundária de Gondomar (ESG) é um estabelecimento de ensino secundário localizado na cidade e concelho de Gondomar, em Portugal.

Inaugurada em 1917, como Escola de Desenho Industrial de Gondomar, ao longo de várias décadas de existência conheceu várias designações e funcionou em diversos locais, até que, em novembro de 1963, se mudou para as atuais instalações.

No ano letivo de 2008-2009 a ESG comemorou os seus 90 anos de existência. A escola nasceu a partir do decreto n.º 2609-E, de setembro de 1916, do Ministério da Educação Pública, que dotou o concelho de uma escola de Desenho Industrial. A sua abertura efetiva ocorreu em dezembro de 1917, em Valbom, no lugar de Lamas.

Em dezembro de 1918 recebeu a designação de Escola de Artes e Ofícios e, em Março do ano seguinte, passou a denominar-se Escola de Ourivesaria de Gondomar. Nessa época comportava em seu quadro de pessoal um professor de desenho e um mestre de ourivesaria.



Recebeu nova designação em dezembro de 1921 – Escola Industrial de Gondomar – e orientou-se para a formação de ourives e marceneiros, trabalhadores especializados dos sectores industriais característicos do concelho. À época, incluía no seu quadro onze elementos, dos quais oito eram docentes.

Em julho de 1930 passou a denominar-se Escola Industrial Marques Leitão e contava então com sete docentes. Devido à degradação do edifício de Valbom e porque a maior parte dos alunos pertencia a São Cosme, em Dezembro de 1945, o estabelecimento foi para lá transferido, sendo instalado na Quinta da Igreja, alugada para o efeito.

Em 1948, a escola foi submetida a grande renovação, adquirindo novo nome – Escola Industrial e Comercial de Gondomar – e ofertando novas formações – os cursos de Comércio e Costura -, além dos já existentes de Marcenaria e de Ourivesaria.

A década de 1950 foi marcada por uma profunda crise: as instalações mantinham-se precárias, os cursos eram insuficientes e a frequência de alunos reduzida.

Em novembro de 1963, a escola mudou-se para as suas atuais instalações, constituídas por um edifício central e um bloco oficinal, erguidos de raiz.

Em 1968 funcionavam na escola os cursos gerais de Comércio e de Formação Feminina, diurnos e noturnos, e o curso de Carpinteiro-Marceneiro. No ano seguinte (1969), o Conselho Escolar aprovou o pedido de criação do curso de Serralharia.



No ano letivo de 1971-1972, foi introduzido o 6.º ano em regime de aperfeiçoamento, para além do 1.º e 2.º anos Preparatórios e do 3.º, 4.º e 5.º anos do Curso Geral.

No ano letivo de 1974-1975, concretizou-se a criação dos Cursos Complementares e, em 1975-1976, a introdução do Curso Unificado (7.º ano). Em abril de 1978, a escola recebeu o seu nome atual – Escola Secundária de Gondomar – e, no ano de 1978-1979, entraram em vigor os novos Cursos Complementares do Ensino Secundário, organizados por áreas de estudo, abrangendo um ciclo de dois anos (10.º e 11.º anos) e um ano terminal (12.º ano). À escola foram atribuídas todas as áreas, à exceção de *Introdução às Artes Visuais*.



No ano letivo de 1992-1993, foi introduzida a nova estrutura curricular, que consagrou a escolaridade obrigatória de nove anos (ensino básico) e o ensino secundário de três anos.

No ano letivo 2004-2005, a escola sofreu uma profunda remodelação com a construção de um pavilhão desportivo e a expansão do bloco central, com mais dez salas de aula e um centro de recursos.

## BIBLIOGRAFIA:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JÚLIO DINIS (2017). Plano de atividades [em linha]. Gondomar: A.E.J.D. [Consult. 5 de set. de 2019]. Disponível: <<http://www.agrupamentoeb23gondomar.com/Doc/2018/documentos/Plano%20Anual%20de%20Atividades%202017-2018.pdf>>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (s.d.). *Escola Secundária de Gondomar* [em linha]. [Consult. 5 de set. de 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/125>>.

SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (s.d.). *Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Gondomar* [em linha]. Lisboa: Divisão de Serviços de Documentação e de Arquivo [Consult. 5 de set. de 2019]. Disponível: <<http://arquivo-ec.sec-geral.mec.pt/details?id=55925>>.

WIKIPEDIA (2019). *Escola Secundária de Gondomar* [em linha]. [Consult. 5 de set. de 2019]. Disponível: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola\\_Secund%C3%A1ria\\_de\\_Gondomar](https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_Secund%C3%A1ria_de_Gondomar)>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA DE JOÃO DE DEUS, FARO**



O Liceu de Faro foi criado por Decreto de Sua Majestade a Rainha D. Maria II, em 3 de janeiro de 1851.

Esteve inicialmente instalado num edifício anexo ao atual seminário diocesano, na Praça D. Francisco Gomes.

Em 1908 passa a ocupar o primeiro edifício expressamente construído para esse fim, edifício onde posteriormente, e após algumas obras de remodelação, se instalaria a atual Escola Secundária Tomás Cabreira. Porque bem cedo aquelas primeiras instalações se revelaram demasiado pequenas para responder aos objetivos do Liceu, iniciou-se, em 1943, a construção do que é hoje o atual edifício localizado ao cimo da Avenida 5 de Outubro, no sítio do Alto de Santo António.

A obra, construída para uma população escolar de 700 alunos, foi entregue oficialmente ao Ministério da Educação Nacional a 28 de Abril de 1948, em cerimónia presidida pelo então Ministro da Educação Dr. Fernando Pires de

Lima. Designado Liceu Nacional de Faro até 1978, no ano seguinte, e em honra ao grande poeta algarvio, foi-lhe atribuído o nome de Escola Secundária João de Deus.

João de Deus nasceu em São Bartolomeu de Messines no Algarve, Portugal, em 8 de março de 1830 e morreu em Lisboa em 11 de janeiro de 1896.

Estudou Direito na Universidade de Coimbra entre 1849 e 1859. Neste período conviveu com notáveis homens de letras, entre os quais se destacam Teófilo Braga e Antero de Quental. Aí desenvolve a sua veia poética, dedicada sobretudo à Mulher, a Deus e à Natureza, mas que inclui também registos satíricos, típicos da vida académica coimbrã. Pintor, tocador de viola e cantador de modas populares, amante da vida boémia, vagueou por Coimbra em busca da sua vocação.



Depois de uma atividade profissional sem relevo como advogado e jornalista, foi eleito deputado pelo círculo algarvio de Silves em 1869, mantendo uma atividade dispersa e irregular como poeta de vários estilos, do lírico ao epigrama.

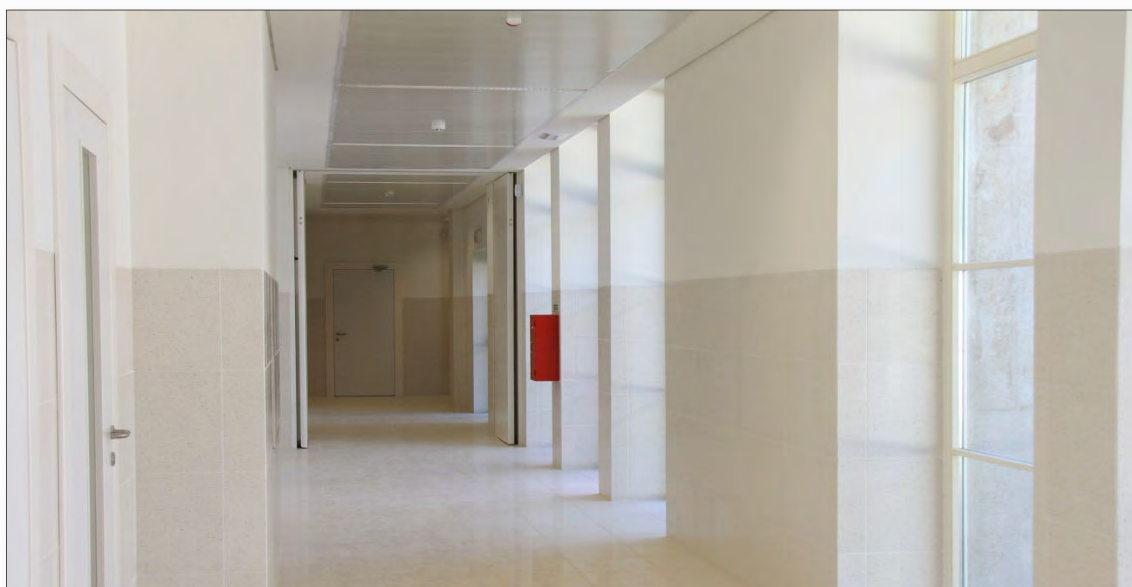
À época discutia-se ardentemente nas Cortes portuguesas se o Livro de Leitura deveria ser o poema épico "Os Lusíadas" de Luís de Camões (c. 1524-1580) ou o poema romântico "Dom Jaime" de Tomás Ribeiro (1831-1901), publicado em 1862. A ineficácia das duas soluções era comprovada pelo estado miserável da instrução elementar em Portugal, reservada aos filhos dos ricos e, com sorte, aos soldados e marinheiros que aprendiam a ler uns com os outros. Entre os amantes das letras, houve quem procurasse alternativas melhores: o médico e escritor portuense Júlio Dinis (1839-1871), que partilhava as preocupações e interesses de João de Deus, pôs a heroína do seu livro "A Morgadinha dos Canaviais" (1867) a ensinar as crianças pobres a ler usando o Evangelho de São Lucas.

Numa abordagem pedagógica ao problema, um grupo de amigos de João de Deus e uma editora do Porto - que viria a falir - propôs-lhe escrever um método de leitura dedicado às crianças. Em 1876 foi publicada a Cartilha Maternal. Sobre os métodos da instrução escreve-se no prefácio da terceira edição de 1878:

*"Porque razão observamos nós, a cada passo, n'os filhos da indigencia, meramente abandonados á escola da vida, uma irradiação moral, uma viveza rara n'os martyres do ensino primario? Ás mães que do coração professam a religião da adoravel innocencia, e até por instincto sabem que em cerebros tão tenros e mimosos todo o cansaço e violencia póde deixar vestigios indeléveis, offerecemos, neste systema profundamente práctico, o meio de evitar a seus filhos o flagello da cartilha tradicional."*



O sucesso da Cartilha Maternal foi tão grande e tão rápido - mau grado algumas críticas de falta de fundamento científico - que em 1888 as Cortes a adotaram como método oficial de leitura e João de Deus foi nomeado Comissário Geral do Ensino da Leitura. Os amigos de João de Deus, com destaque para Casimiro Freire, lançaram em 1882 a Associação das Escolas Móveis pelo Método de João de Deus.



Em 1895, é organizada uma grande homenagem ao poeta à qual se associou o Rei D. Carlos, contrariamente à tradição portuguesa que só reconhece os seus grandes depois de mortos. Foi-lhe proposto um título nobiliárquico, que recusou. A Academia Real das Ciências proclamou-o Sócio de Honra. Em resposta à homenagem de estudantes de todo o país que se dirigiram a sua casa em grande cortejo, João de Deus assoma à varanda e declama de improviso:

*Estas honras e este culto  
Bem se podiam prestar  
A homens de grande vulto.  
Mas a mim, poeta inculto,  
Espontâneo, popular...  
É deveras singular!*

João de Deus morreu em 1896, tendo sido sepultado no Mosteiro dos Jerónimos, honra reservada a um punhado dos mais notáveis portugueses. Meses depois, quando o seu filho João de Deus Ramos ingressa na Universidade de Coimbra, ao contrário dos hábitos de menoridade impostos aos caloiros, é-lhe reservada uma receção apoteótica com capas pelo chão, tão-só por ser filho do poeta e pedagogo João de Deus.

## BIBLIOGRAFIA:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE JOÃO DE DEUS (s.d.). *Escola Secundária João de Deus, Escola Sede do Agrupamento* [em linha]. Faro: A.E.J.D. [Consult. 5 de set. de 2019]. Disponível: <<https://aejdfaro.pt/escolas/escola-secundaria-joao-de-deus/>>

BARLAVENTO: SEMANÁRIO REGIONAL DO ALGARVE (29 de novembro de 2015). *Parque Escolar conclui obra da Escola Secundária João de Deus em Faro* [em linha]. Portimão: Porlagmedia [Consult. 6 de set. de 2019]. Disponível: <<https://www.barlavento.pt/mais/educacao/parque-escolar-conclui-obra-da-escola-secundaria-joao-de-deus-em-faro>>.

TELHABEL (s.d.). *Escola Secundária João de Deus* [em linha]. Vila Nova de Famalicão: Telhabel [Consult. 6 de set. de 2010]. Disponível: <<http://www.telhabel.pt/obras/escola-secundaria-joao-de-deus>>

## **ESCOLA SECUNDÁRIA DE JÚLIO DANTAS, LAGOS**

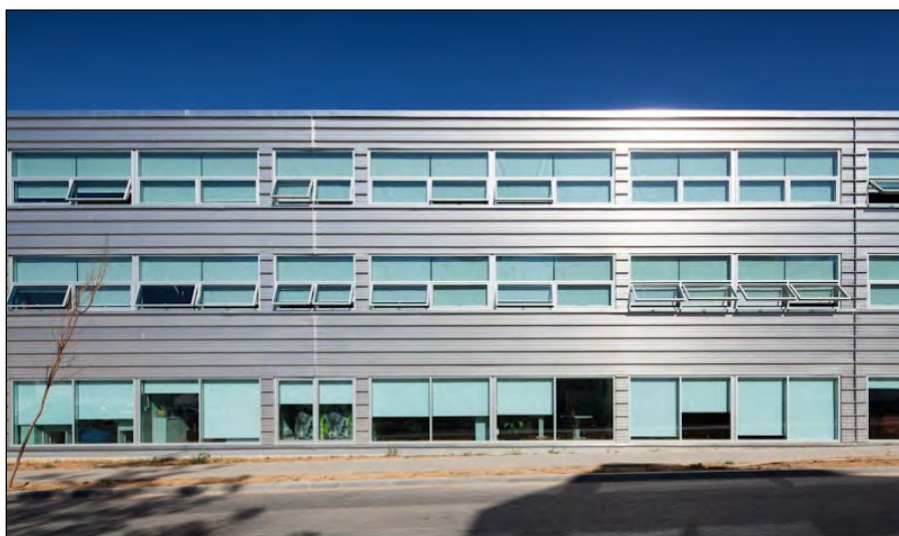


A Escola Secundária de Julio Dantas, em Lagos, situa-se na zona urbana e entrou em funcionamento no ano letivo de 1982-1983.

No ano letivo de 2011-2012, foi alvo de uma intervenção de requalificação do espaço escolar. No ano letivo 2017/2018, a zona adjacente à Portaria (norte) está a ser alvo, igualmente, de intervenção. A ES Júlio Dantas possui muito boas instalações, diversidade de espaços específicos e equipamentos de qualidade proporcionadores de uma boa prática letiva. A escola dispõe de instalações seguras, acessíveis e inclusivas para todos.

Para além das 59 salas de aula apetrechadas com recursos multimédia, salientam-se os laboratórios, salas de informática e espaços oficiais bem apetrechados e motivadores para o trabalho experimental, técnico e/ou criativo, o pavilhão, o ginásio e espaços exteriores bem adaptados e equipados para a prática de várias modalidades, os espaços de convívio flexíveis e abertos, a biblioteca com o seu espaço de leitura e uma sala multimédia, a reprografia, o bar e o refeitório, que funciona também como sala do aluno, e instalações específicas para a Associação de Estudantes e Associação de Pais e EE.

As instalações escolares, como acima mencionado, encontram-se bem equipadas, com laboratórios que possibilitam a efetivação das componentes experimentais do processo de ensino e de aprendizagem, o que favorece e motiva os alunos para os saberes de natureza prática. Qualidade de equipamento das salas de informática, equipamento multimédia e das salas específicas para os cursos de administração e contabilidade.



O pavilhão administrativo e de apoio sociocultural: biblioteca, cantina, bufete, salão polivalente. Atrás e à esquerda ficam os campos de jogos e, ao fundo à direita, o grande pavilhão gimnodesportivo com paredes de tijolo vermelho. Os três pavilhões de salas de aulas assinalados com as letras A, B e C. Nos três pisos dos pavilhões A e B localizam-se laboratórios, salas de informática, de educação visual, de contabilidade, etc. No Bloco C situam-se laboratórios de construção civil, marcenaria e outras.

A Escola Secundária Júlio Dantas serve não só os alunos da cidade, como também os alunos que provêm de uma zona que se estende, por cerca de 30 km, pelo litoral, até Sagres e, para o interior algarvio, até Odeceixe, numa extensão de 50 km. Estes três concelhos formam as “Terras do Infante”. É uma escola com diversificados percursos escolares, desde o ensino noturno, com os

EFA, ao ensino diurno com os Cursos Científico-Humanísticos, os Cursos Profissionais e os cursos CEF.



O Agrupamento de Escolas Júlio Dantas, Lagos (AEJD), enquanto agrupamento constituído pela integração de estabelecimentos de educação pré-escolar e escolas de diferentes níveis e ciclos de ensino da rede pública, tem como missão a promoção e desenvolvimento de um serviço educativo de qualidade, nos ensinos básico e secundário, na região do Algarve. O AEJD foi constituído em 2012 e é composto por seis escolas:

- Escola Secundária Júlio Dantas (doravante ES Júlio Dantas), sede do Agrupamento;
- Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos Tecnopolis (doravante Escola Básica Tecnopolis);
- Quatro escolas básicas do 1.º ciclo (EB 1), duas das quais com jardim de infância (JI): EB 1/JI de Espiche, EB 1/JI Santa Maria; EB 1 de Luz e EB 1 N.º 1 de Lagos (Bairro Operário).

- As escolas Júlio Dantas, Tecnopolis, Santa Maria e Bairro Operário, situam-se no centro urbano de Lagos e as escolas de Luz e de Espiche situam-se, fora do perímetro urbano, a cerca de 10 km da escola sede (ES Júlio Dantas).

O Agrupamento de Escolas Júlio Dantas situa-se em Lagos, no distrito de Faro. Foi criado no ano letivo de 2012-2013 e resultou da agregação da Escola Secundária Júlio Dantas (escola-sede) com o Agrupamento de Escolas de Lagos, unidades orgânicas que foram avaliadas em 2007 e em 2010, respetivamente, no âmbito do primeiro ciclo de avaliação externa das escolas. Para além da sede, integra quatro escolas básicas do 1.º ciclo, duas com educação pré-escolar, e uma dos 2.º e 3.º ciclos. Foi também em 2012-2013 que integrou o programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP).



Existem, ainda, duas unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo, localizadas na Escola Básica de Santa Maria e na escola-sede, e duas *unidades de transição para a vida ativa*, uma na Escola Básica Tecnopolis de Lagos e outra na sede. Desde janeiro de 2014, na Escola Secundária Júlio Dantas, funciona um Centro de Qualificação e Ensino Profissional.

## BIBLIOGRAFIA:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JÚLIO DANTAS (2018). *Projeto Educativo 2018/2021* [em linha]. Lagos: A.E.J.D. [Consult. 6 de set. de 2019]. Disponível: <[http://www.aejd.pt/files/documentos\\_agrupamento/2018\\_2019/projeto\\_educativo\\_aejd\\_lagos\\_2018\\_2021.pdf](http://www.aejd.pt/files/documentos_agrupamento/2018_2019/projeto_educativo_aejd_lagos_2018_2021.pdf)>.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JÚLIO DANTAS (2017). *Avaliação externa Lagos, 11 a 14 de janeiro de 2016* [em linha]. Lagos: A.E.J.D. [Consult. 6 de set. de 2019]. Disponível: <[http://www.aejd.pt/files/documentos\\_agrupamento/2015\\_2016/agrupamento\\_julio\\_dantas\\_ae.pdf](http://www.aejd.pt/files/documentos_agrupamento/2015_2016/agrupamento_julio_dantas_ae.pdf)>.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JÚLIO DANTAS (2017). *Relatório de auto-avaliação, 2017/2018* [em linha]. Lagos: A.E.J.D. [Consult. 6 de set. de 2019]. Disponível: <[http://www.aejd.pt/files/documentos\\_agrupamento/2018\\_2019/relatorio\\_autoaval\\_2017\\_18.pdf](http://www.aejd.pt/files/documentos_agrupamento/2018_2019/relatorio_autoaval_2017_18.pdf)>.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JÚLIO DANTAS (2015). *Avaliação externa das escolas: relatório, 2015/2016* [em linha]. Lagos: A.E.J.D. [Consult. 6 de set. de 2019]. Disponível: <[https://www.igec.mec.pt/upload/AEE\\_2016\\_Sul/AEE\\_2016\\_AE\\_Julio\\_Dantas-Lagos\\_R.pdf](https://www.igec.mec.pt/upload/AEE_2016_Sul/AEE_2016_AE_Julio_Dantas-Lagos_R.pdf)>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (d.d.). *Escola Secundária de Julio Dantas* [em linha]. [Consult. 6 de set. de 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/204>>.

## ESCOLA SECUNDÁRIA DE MOURA



É criada, pelo Decreto 41744 de 19 de julho de 1958, a Escola Industrial e Comercial de Moura. A 9 de Dezembro de 1958 ocorreu a abertura do primeiro ano letivo, com 114 alunos, com oito professores, um funcionário administrativo e dois auxiliares da ação educativa. O primeiro diretor foi o Dr. Luiz Correia Maltêz.

A Escola Industrial e Comercial funcionava com dois cursos (Formação Feminina e Formação de Serralheiros) com uma vertente eminentemente prática e orientada sobretudo para a vida ativa. No final de 1960, o Governo dá luz verde para a execução do projeto de construção do atual edifício, a construção tem início a 22 de dezembro e ficou concluída a 22 de agosto de 1963. O projeto previa uma capacidade de 800 alunos numa área total de 22 800 m<sup>2</sup>, sendo 5000 m de área coberta.



No ano letivo 63/64 mudaram para o novo edifício 462 alunos, 3 professores do quadro, 30 professores contratados, 2 funcionários administrativos e 8 auxiliares de ação educativa. A inauguração oficial teve lugar em Abril de 1964 e a mudança de nome para Escola Secundária de Moura dá-se em 26 de maio de 1975, pelo decreto-lei 260-B.

O Agrupamento de Escolas de Moura localiza-se no concelho homónimo, distrito de Beja. Integra dois jardins de infância, sete escolas básicas do 1.º ciclo, três das quais com educação pré-escolar e a Escola Básica de Moura (sede), com os 2.º e 3.º ciclos. Foi avaliado em novembro de 2009, no âmbito do primeiro ciclo de avaliação externa das escolas:

- Jardins de Infância e Escolas
- Escola Básica de Moura
- Escola Básica da Porta Nova, Moura
- Escola Básica de Bairro 25 de Abril, Moura
- Escola Básica de Bombeiros Voluntários, Moura
- Escola Básica de Fojo, Moura
- Escola Básica de Santo Amador, Moura
- Escola Básica de Sete e Meio, Moura
- Escola Básica de Sobral da Adiça, Moura
- Jardim de Infância de Sete e Meio, Moura

- Jardim de Infância de Sobral da Adiça, Moura



O Agrupamento integra o Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária desde 2009-2010. É agrupamento de referência para a Intervenção Precoce na Infância nos concelhos de Moura, Serpa e Barrancos. Possui, na escola-sede, uma unidade de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo e uma unidade de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita.



A intervenção na Escola Secundária de Moura teve em conta a requalificação dos vários espaços e uma nova disposição dos mesmos, passando a escola a ser composta por vários corpos distintos.

Num desses corpos situa-se o refeitório, a cozinha, a reprografia e a loja de conveniência, bem como zonas de apoio ao pessoal não docente. Foi criado um outro corpo, com a biblioteca, o arquivo e a sala de música. Foram também intervencionados o campo desportivo coberto, salas de aula, laboratórios, a sala de educação visual e de oficina de artes.

O edifício principal, composto de três pisos, inclui, entre outros, a receção, o átrio principal, a secretaria, zonas técnicas, gabinetes de apoio, salas de aula e a sala de trabalho e pausa de docentes. Foram também intervencionados o ginásio, os balneários, a oficina de teatro, a oficina de manutenção e a sala de ginástica e polivalente. O espaço de recreio e desporto exterior é constituído por campos de jogos, pista de atletismo e zonas ajardinadas.

## BIBLIOGRAFIA:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MOURA (2016). *Plano de melhoria do Agrupamento de Escolas de Moura, 2016-2017* [em linha]. Moura: A.E.M. [Consult. 6 de set. de 2019]. Disponível: <[http://aemoura.drealentejo.pt/site/images/doc\\_int/pm\\_agrupamento.pdf](http://aemoura.drealentejo.pt/site/images/doc_int/pm_agrupamento.pdf)>.

SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (s.d.). *Escola Secundária de Moura* [em linha]. Lisboa: Direcção e Serviços de Documentação e de Arquivo [Consult. 6 de set. de 2019]. Disponível: < <http://arquivo-ec.sec-geral.mec.pt/details?id=65565>>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (s.d.). *Escola Secundária de Moura* [em linha]. [Consult. 6 de set. de 2019]. Disponível: < <https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/193>>.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MOURA (2015). *Avaliação externa das escolas, 2015-2016* [em linha]. Moura: A.E.M. [Consult. 6 de set. de 2019]. Disponível: <[http://aemoura.drealentejo.pt/site/images/ava\\_externa/AEE\\_Projeto\\_Relatorio\\_AE\\_Moura.pdf](http://aemoura.drealentejo.pt/site/images/ava_externa/AEE_Projeto_Relatorio_AE_Moura.pdf)>.

**ESCOLA SECUNDÁRIA DE SANTA MARIA MAIOR,  
VIANA DO CASTELO**



Decretos-lei de 1836 preconizam a obrigatoriedade da existência de liceus em todas as capitais de distrito. As medidas necessárias para a criação de um liceu em Viana do Castelo foram tomadas somente em 1853; neste mesmo ano (em data desconhecida) entram em funcionamento as aulas, numa única sala do extinto convento de S. Domingos, onde eram lecionadas as cadeiras de Gramática Portuguesa e Latina e Latinidade. Em 1854 já se ensinam as Línguas Francesa e Inglesa, mas lecionadas na casa dos respetivos professores.

Em 1855 é alugado parcialmente o palacete Sotto-Maior, situado na Rua da Bandeira. Este edifício apresentou desde o início graves problemas que levaram a que, em 1911, o liceu fosse transferido para a chamada Casa dos Quesados (antiga residência dos Jesuítas), situado na Rua da Bandeira.

Em 1918, por proposta do Secretário de Estado da Instrução Pública, o Liceu Nacional passa a denominar-se Liceu de Gonçalo Velho. A significativa subida do número de alunos a partir de 1915/16 vem mostrar que o edifício do liceu não satisfaz as necessidades do ensino.



Encarado sempre pelo poder central como um liceu de segunda classe, o liceu de Viana do Castelo, após diversas tentativas, sobe de categoria pelo Decreto n.º 6022 de 12 de agosto de 1919, passando a Liceu Central. Nesse mesmo ano iniciaram-se as providências necessárias para a construção de um edifício condigno, processo que só culminou 27 anos mais tarde. Durante este período, as instalações da Casa dos Quesados foram alvo de pequenas obras de manutenção. (Tinham já uma frequência de cerca de duas centenas de alunos).



Em 1928 passou o liceu à categoria de Nacional e a possuir apenas os dois primeiros ciclos. A inauguração do novo edifício data de 28 de maio de 1946, projetado para nove turmas; a 16 de outubro de 1946 começou a funcionar. Este novo edifício tinha dois pisos onde estavam colocadas as aulas gerais, os laboratórios, um anfiteatro, a biblioteca, o museu, a reitoria, os gabinetes e a secretaria. Tinha dois recreios cobertos, um para cada sexo.

Na parte traseira, o edifício tinha a cantina, o refeitório, a aula de Canto Coral e uma sala de alunos. No final deste prolongamento estava o ginásio, com as respetivas instalações e a sala da Associação Escolar. Lateralmente, foram construídos vários campos de jogos.



Só em 1957 é que o liceu voltou a ter o terceiro ciclo. Viana do Castelo passa, então, a ser mais uma das capitais de distrito onde já era lecionado o curso completo dos liceus. Face a progressivos aumentos na frequência foram realizadas obras sucessivas de ampliação em 1959, 1971 e 1976.

O liceu de Viana do Castelo prolonga-se, hoje, através da Escola Secundária de Santa Maria Maior. Por ele passaram milhares de alunos, professores e funcionários. Foi através deles que esta escola se enraizou no quotidiano da

cidade e foi devido ao que oferecia, o curso liceal, que atraiu os jovens do Alto Minho.

A Escola Secundária de Santa Maria Maior, inaugurada em 1946, sofreu obras de ampliação em 1959, que configuraram um desenvolvimento dos espaços internos em torno de pátios. Atualmente, a requalificação levada a cabo pela Parque Escolar veio definir uma nova relação da escola com a cidade, aproximando a entrada da mesma à praça principal.



Da intervenção no edificado, destaca-se a união dos blocos letivos laterais pela construção de um novo edifício, fechando o pátio central. Foram redefinidas as valências da escola, trazendo para este novo bloco as áreas administrativas, a biblioteca, o refeitório e a sala polivalente.

Os espaços letivos específicos, tais como os laboratórios, são posicionados num novo bloco edificado no topo nascente do lote, seguindo a filosofia de implantação definidora de pátios interiores qualificados. De igual forma, ampliam-se as valências desportivas, construindo um pavilhão com novas áreas de apoio de balneários, interligado aos blocos existentes por meio de uma galeria exterior.

Os blocos existentes requalificados são dotados de infraestruturas que apoiam as restantes valências letivas, como é o caso das salas de aula normais, salas

de artes, áreas de trabalho de professores e zonas de apoio à escola, como a papelaria, as cozinhas, o bar e zonas de estar de alunos.

## BIBLIOGRAFIA:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SANTA MARIA MAIOR (2015). *Avaliação externa das escolas: relatório, 2015-2016* [em linha]. Viana do Castelo: E.S.S.M.M. [Consult. 6 de set. de 2019]. Disponível: <<http://www.esmaior.pt/esmaior/files/Relatório%20Avaliação%20Externa%202016.pdf>>.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SANTA MARIA MAIOR (2015). *Projecto de autoavaliação do agrupamento: observatório da qualidade, 2015-2018* [em linha]. Viana do Castelo: A.E.S.M.M. [Consult. 6 de set. de 2019]. Disponível: <[http://www.esmaior.pt/esmaior/files/documentos\\_orientadores/PROJETO%20DE%20AUTOAVALIAÇÃO%20DE%20AGRUPAMENTO%202015-2018vf.pdf](http://www.esmaior.pt/esmaior/files/documentos_orientadores/PROJETO%20DE%20AUTOAVALIAÇÃO%20DE%20AGRUPAMENTO%202015-2018vf.pdf)>.

ESCOLA SECUNDÁRIA DE SANTA MARIA MAIOR (s.d.). *Agrupamento* [em linha]. Viana do Castelo: E.S.S.M.M. [Consult. 6 de set. de 2019]. Disponível: <<http://www.esmaior.pt/esmaior/index.php>>

MINHO DIGITAL - SEMANÁRIO DO ALTO MINHO (6 de setembro de 2019). *Ministro da Educação na Semana Maior do Agrupamento de Escolas de Santa Maria Maior em Viana do Castelo* [em linha]. Vila Praia de Âncora: Minho Digital [Consult. 6 de set. de 2019]. Disponível: <<https://www.minhodigital.com/news/ministro-da-educacao-na>>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (s.d.). *Escola Secundária de Santa Maria Maior* [em linha]. [Consult. 6 de set. de 2019]. Disponível: < <https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/140>>.

SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (s.d.), *Viana do Castelo* [em linha]. Lisboa: Direcção e Serviços de Documentação e de Arquivo [Consult. 6 de set. de 2019]. Disponível: < <http://arquivo-ec.sec-geral.mec.pt/details?id=56145>>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA DE SÃO LOURENÇO, PORTALEGRE**



A Escola Secundária de S. Lourenço em Portalegre (ESSL) está implantada em meio urbano misto (habitação e serviços) e apresenta uma população escolar heterogénea, residindo parte dos seus alunos em pequenas vilas ou aldeias do concelho de Portalegre e concelhos limítrofes.

A história da escola remonta ao ano de 1884, quando foi fundada com a designação de Escola de Desenho Industrial, funcionando na altura na rua de Elvas. Em 1891, passa para outro edifício na praça do Município onde permaneceu até 1958, ano em que mudou para a sua localização atual. Durante todo este período adotou diferentes designações:

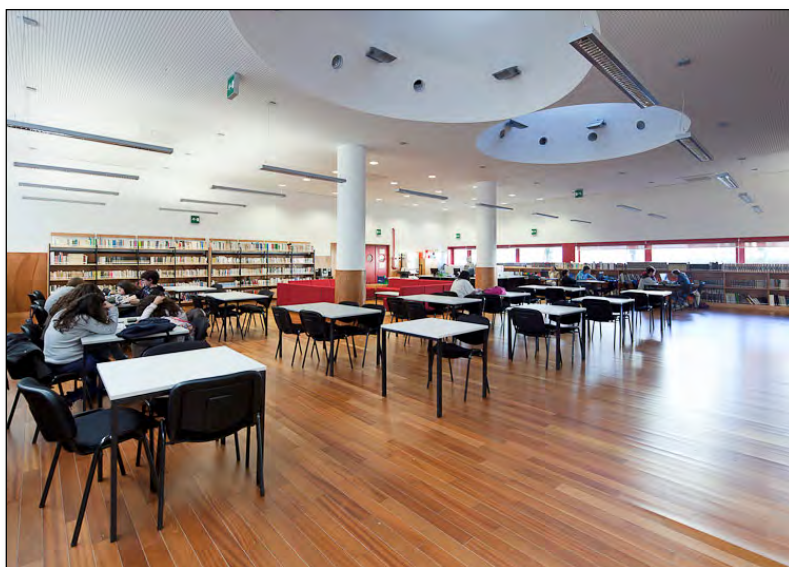
- Escola de Desenho Industrial;
- Escola Industrial Fradesso da Silveira;
- Escola de Artes e Ofícios;
- Escola Industrial;
- Escola Industrial e Comercial de Portalegre;
- Escola Secundária de S. Lourenço em Portalegre.



As atuais instalações da escola, com mais de 50 anos de uso, foram intervencionadas, no âmbito do programa de requalificação das escolas do ensino secundário pela Parque Escolar no biénio 2010-2012, apresentando, por isso, excelentes condições para o desenvolvimento de todas as atividades letivas e não letivas. Antes desta última intervenção, destacam-se algumas intervenções significativas de remodelações e obras:

- 1956 — continuação das obras pela Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário;
- 1958 — conclusão da construção, pela Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário;
- 1958, 31 dezembro — a obra estava concluída;
- 1959 — conclusão da obra pela Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário;
- 2006, 24 agosto — o edifício está em vias de classificação, nos termos do Regime Transitório previsto no n.º 1 do Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º

173/2006, DR, 1.<sup>a</sup> série, n.º 16, tendo esta caducado, visto o procedimento não ter sido concluído no prazo fixado pelo Artigo 24.º da Lei n.º 107/2001, DR, 1.º série A, n.º 209 de 08 setembro 2001.



A ESSL, uma organização com mais de 134 anos de existência, tem um lugar de referência no meio em que se insere. Considera-se, por isso, que urge valorizar o seu património humano e cultural, recolocando-o ao serviço da comunidade. A Escola Secundária de S. Lourenço, em Portalegre, é um estabelecimento de ensino cujo funcionamento abrange os seguintes cursos:

- 3.º Ciclo do Ensino Básico:
  - Curso Regular
  - Outros cursos (eventualmente)
  
- Ensino Secundário:
  - Cursos Científico - Humanísticos
  - Cursos Profissionais
  - Curso de Educação e Formação de Adultos



O atual edifício da Escola Secundária de São Lourenço é constituído por quatro blocos: bloco principal, com quatro pisos, bloco do ginásio/refeitório, bloco de oficinas e bloco dos antigos anfiteatros. Dois destes blocos são fruto da nova intervenção: um destinado à biblioteca, outro destinado ao refeitório e bar.

A biblioteca tem acesso direto a partir da entrada principal da escola, centralidade reforçada pela sua implantação no centro do espaço livre, anteriormente utilizado como campo de jogos e que agora se pretende verde, proporcionando um ambiente de reflexão e estudo.

O volume do refeitório e do bar permite reforçar a ligação dos corpos principais ao corpo das oficinas e aceder internamente ao novo campo de jogos. A intervenção nos edifícios existentes procurou respeitar a estrutura e os materiais originais.

## BIBLIOGRAFIA:

ENGENHARIA, FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS (s.d.). *Prestação de Serviços: edifícios: modernização e remodelação da Escola Secundária São Lourenço, Portalegre* [em linha]. Lisboa/Covilhã: E.F.S. [Consult. 9 de set. de 2019]. Disponível: <<https://www.efs.pt/pt/servico/3+89/escola-secundaria-sao-lourenco/>>.

DIREÇÃO DE SERVIÇOS REGIÃO ALENTEJO (2017). *Regulamento Interno, 2017-2021* [em linha]. Lisboa: DGESTE [em linha]. Consult. <<http://www.essl.edu.pt/images/banners/RI.pdf>>.

ESCOLA SECUNDÁRIA DE S. LOURENÇO (2018). *Projecto educativo de escola, 2018-2021* [em linha]. Portalegre: E.S.S.L. [Consult. 9 de set. de 2019]. Disponível: <<http://www.essl.edu.pt/images/banners/PEE2019.pdf>>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (s.d.). *Escola Secundária São Lourenço* [em linha]. [Consult. 9 de set. de 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/103>>.

COSTA, Patrícia (2004). *Escola Comercial e Industrial de Portalegra, Escola Secundária de São Lourenço* [em linha]. Forte de Sacavém: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [Consult. 9 de set. de 2019]. Disponível: <[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=22292](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22292)>

## **ESCOLA SECUNDÁRIA DE SILVES**



Em 8 de Janeiro de 1917 foi aprovado pela Comissão Executiva da Câmara Municipal de Silves um requerimento (posteriormente entregue ao Ministro por uma representação encabeçada por Henrique Martins, acompanhado dos deputados municipais Dr. Adelino Furtado, Dr. João de Deus Ramos e Dr. António Portugal) propondo a criação da Escola. Desse requerimento há a salientar a referência de se destinar a servir a população de Silves e dos concelhos limítrofes de Lagoa, Albufeira, Portimão e Monchique (num total de cerca de 85 mil habitantes) cobrindo "toda uma zona central da região do Algarve sem a mínima instrução profissional" e a de que os cursos a lecionar seriam nos moldes "d'uma escola elementar de Comércio e Indústria, com três anos de curso [...] com aplicação especial aos labores, carpintaria, marcenaria e serralharia" atendendo "às tendências artísticas e industriaes manifestadas em vários produtos da região [...] e a tantas outras manifestações artísticas, comerciaes e industriaes que fastidioso seria enumerar".

Em 11 de Julho de 1919 foi aprovado pela Câmara Municipal de Silves o Projeto de Lei subscrito pelos deputados municipais F. J. Velhinho Correia, João Estevão Águas e António Aboim Inglês, a apresentar ao Ministro, para a criação da Escola Elementar de Comércio e Indústria "João de Deus". Da

proposta constava que os cursos teriam três anos de ensino assim divididos: 1.º ano: Desenho elementar; língua portuguesa; aritmética e geometria; noções gerais de comércio, escrituração e cálculo comercial. 2.º ano: Desenho arquitetónico; língua portuguesa; língua francesa; escrituração e cálculo comercial; coreografia, história pátria e geografia geral. 3.º ano: Desenho ornamental; língua francesa; princípios de física e química; história natural e geografia comercial, rudimentos de economia e legislação comercial e transportes; escrituração e cálculo comercial. Além dos cursos indicados poderia haver secções especiais de aplicação aos labores, carpintaria, marcenaria e serralharia.



Em 23 de Setembro de 1919 foi decretada pela Lei n.º 895 a criação da Escola Elementar de Comércio e Indústria “João de Deus” com as características próprias da região e com o aproveitamento dos meios adequados que para esse fim a Câmara Municipal pôs à disposição do Governo. Pelo Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 6337 de 14 de janeiro de 1920 a Escola era constituída por duas secções administrativa e pedagogicamente independentes.

A 1.ª Secção, a que eram inteiramente aplicáveis todas as disposições que regulavam o funcionamento das escolas de artes e ofícios, era constituída por uma escola de carpintaria de branco, serralharia, marcenaria e trabalhos femininos e tinha um professor de desenho, dois mestres e uma mestra.

A 2.<sup>a</sup> Secção, a que eram aplicáveis todas as disposições que regulavam as escolas comerciais, era constituída por uma escola comercial com um Diretor, um professor de línguas pátria e francesa, um professor de língua inglesa, um professor de aritmética comercial, escrituração e contabilidade comercial, um professor de elementos da teoria de comércio, de direito comercial, economia política, geografia comercial e vias de comunicação e transportes, um professor de noções e tecnologia de mercadorias e um mestre de caligrafia, estenografia e dactilografia.



O corpo docente era recrutado por concurso documental ou por provas públicas. Para serviço das duas secções, o pessoal administrativo e o menor era constituído por um amanuense e um contínuo. A Escola Elementar de Comércio e Indústria "João de Deus" foi inaugurada em 5 de outubro de 1920. No início do seu funcionamento foi nomeado seu Diretor, Dr. José Emílio de Mendonça Vila Lobos. Desde a sua criação, em 1920, foi atribuído, como patrono da escola, o nome de João de Deus, natural de S. Bartolomeu de Messines, autor da célebre "Cartilha Maternal" e do livro de poesia "Campo de Flores".

O crescente número de alunos matriculados e a evolução do nível pedagógico do ensino levou a que as instalações iniciais passassem a ser exíguas. No ano letivo de 1930/31 transferiu as instalações para a Rua João de Deus e passou

a designar-se Escola Industrial e Comercial “João de Deus”. As instalações sitas na Rua João de Deus foram doadas para o efeito à Câmara Municipal de Silves pelo, ao tempo, importante industrial e benemérito da cidade Francisco Gomes Pablos. Em 1951, por decisão inexplicável do Governo, foi retirado o nome do Patrono, passando a designar-se apenas Escola Industrial e Comercial de Silves.



Em 19 de Julho de 1959 foram inauguradas oficialmente as novas instalações em edifício construído para esse fim no Largo da República (frente ao Jardim). Conhecida vulgarmente por Escola Nova, foi erigida em terreno cedido para o efeito pela Câmara Municipal, merecendo o maior destaque a ação votada em prol desse objetivo pelo Dr. Luís Gordinho Moreira quando ainda Presidente da Câmara e Diretor da Escola. Com capacidade para uma população escolar de frequência mista de 1.000 alunos começou a ser construída em 7 de novembro de 1956 e ficou concluída em 31 de março de 1959.

O custo das instalações ascendeu a um total de 11.719 contos e ocupa uma área de terreno de 21.000 m<sup>2</sup>, tendo 4.598 m<sup>2</sup> de área coberta e 7.997 m<sup>2</sup> de pavimento. Pela Portaria n.º 608/79 de 22 de novembro, em execução do Decreto-Lei n.º 260-B/75 de 26 de maio, passou a designar-se Escola Secundária de Silves.

## BIBLIOGRAFIA:

IN:

SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (s.d.). *Escola Secundária de Silves/Externato Silvense* [em linha]. Lisboa: Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo [Consult. 9 de set. de 2019]. Disponível: <<http://arquivo-ec.sec-geral.mec.pt/details?id=64667>>

\* \* \*

CORREIO DA MANHÃ (16 de fevereiro de 2019). *Melhor escola algarvia é a Secundária de Silves: cerca de 800 estudantes e 80 professores trabalham nesta instituição centenária* [em linha]. Lisboa. Cofina [Consult. 9 de set. de 2019]. Disponível: <<https://www.cmjornal.pt/portugal/cidades/detalhe/melhor-escola-algarvia-e-a-secundaria-de-silves>>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (s.d.). *Escola Secundária de Silves* [em linha]. [Consult. 9 de set. de 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/208>>.

SUL INFORMAÇÃO (2 de julho de 2012). *700 ex-alunos, professores e funcionários partilharam memórias no jantar da Escola de Silves* [em linha]. Faro: Associação de Comunicadores e Jornalistas Independentes [Consult. 6 de set. de 2019]. Disponível: <https://www.sulinformacao.pt/2012/07/700-ex-alunos-professores-e-funcionarios-partilharam-memorias-no-jantar-da-escola-de-silves/>>.

## ESCOLA SECUNDÁRIA DE VILA COVA DA LIXA



A Escola Secundária de Vila Cova da Lixa, inaugurada em 1983, é construída a partir de um projeto-tipo da Direção Geral das Construções Escolares. As transformações entretanto ocorridas no sistema de ensino tornaram a sua organização espaço-funcional inadequada e a degradação física provocada pela normal utilização durante mais de 25 anos, determinaram a necessidade de uma reconversão geral do espaço edificado.

Após a análise criteriosa do estado físico de cada um dos edifícios existentes, bem como das implicações da aplicação do programa funcional ao conjunto da escola, optou-se pela demolição dos edifícios administrativos, pelo corpo de balneários anexo ao pavilhão polidesportivo e todas as passagens cobertas entre edifícios. Mantiveram-se os dois blocos de salas de aula e o já referido pavilhão polidesportivo, todos com necessidade de obras de remodelação.

Em substituição dos edifícios demolidos, construiu-se um edifício único,

articulado em vários volumes, e novos balneários e apoio médico, junto do pavilhão polidesportivo.



A criação de espaços sociais exteriores, distribuídos e concebidos de forma a valorizar a sua relação de complementaridade com o espaço edificado e um espaço desportivo totalmente reformulado, traduzem-se numa maior valia, não só para a comunidade escolar, como para toda a comunidade local.

Esta escola possui uma topografia bastante acidentada e um recreio com poucas áreas exteriores de usufruto efetivo, dispersas e pouco apelativas. Os espaços exteriores foram pensados de modo a serem utilizados de forma ativa nos dias de bom tempo e a serem uma envolvente cénica harmoniosa do edifício nos dias de mau tempo, em que os alunos, professores e funcionários se concentrarão essencialmente nas áreas sociais interiores.

Atualmente, a Escola Secundária de Vila Cova da Lixa faz parte do Agrupamento de Escolas da Lixa - Felgueiras foi criado por Despacho do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, datado de 28 de junho de 2012. Este despacho surgiu na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, que estabeleceu as orientações para o reordenamento da rede escolar nacional, tendo agregado a Escola Secundária da Lixa e o Agrupamento Dr. Leonardo Coimbra, Lixa.



O Agrupamento de Escolas da Lixa integra oito estabelecimentos escolares, sendo que a escola sede é a Escola Secundária da Lixa. Os restantes estabelecimentos escolares são:

- Escola Básica 2/3 Dr. Leonardo Coimbra;
- Escola Básica de Vila Cova da Lixa e o Jardim de Infância da Lixa, situados na cidade da Lixa;
- Escola Básica de Santão, localizada na freguesia de Santão;
- Escola Básica e JI de Caramos e a Escola Básica e JI de Macieira, situadas na União de Freguesias de Caramos e Macieira;
- Escola Básica e JI de Pinheiro, que se encontra na freguesia de Pinheiro.



Constitui oferta educativa e formativa do Agrupamento a Educação Pré-Escolar, o 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, o Ensino Secundário (Cursos Científico-Humanísticos de Ciências e Tecnologias, Línguas e Humanidades e Ciências Socioeconómicas), o Ensino Profissional (Cursos nível IV) e Formação de Adultos (Ensino Recorrente noturno: Sistema de Módulos de Cursos Científico-Humanísticos; Cursos EFA). N.ºs 2.º e 3.º Ciclos existem também turmas do Curso Básico de Música em regime articulado com o Conservatório de Música de Felgueiras e, no 3.º Ciclo, Cursos de Educação e Formação para Jovens (Tipo II).

## BIBLIOGRAFIA:

ESCOLA SECUNDÁRIA DE VILA COVA DA LIXA (2019). *Avaliação interna* [em linha]. [Consult. 17 de jun. de 2019]. Disponível: <<http://www.aelixa.pt/page/home/12#>>

ESCOLA SECUNDÁRIA DE VILA COVA DA LIXA (2017). *Relatório de avaliação interna diagnóstico organizacional: (caf common assessment framework)* [Consult. 17 de jun. de 2019]. [Consult. 17 de jun. de 2019]. Disponível: <<http://www.aelixa.pt/page/home/12#>>

PARQUE ESCOLAR, EPE (2019). *Escola Secundária de Vila Cova da Lixa* [em linha]. [Consult. 17 de jun. de 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/124>>.

## ESCOLA SECUNDÁRIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO



Vila Real de Santo António foi fundada em 1774 por vontade expressa do Marquês de Pombal, perto da antiga Vila de Santo António de Arenilha desaparecida no século XVII, engolida pelo avanço do mar conjugado com alterações do leito do rio. Pelo facto de ter sido construída de raiz em apenas dois anos, obedecendo ao padrão iluminista, constitui um importante testemunho histórico. Para a nova vila, transformada em sede de concelho, foram transferidas a alfândega (estava em Castro Marim) e a prisão (localizada em Cacela).<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> No século XIX, o seu desenvolvimento está ligado à expansão da indústria conserveira, graças aos investimentos de espanhóis, gregos e italianos. A atividade piscatória continua a ser um recurso económico fundamental, animado pela apanha do atum e da sardinha para a indústria conserveira. Cacela limita-se, cada vez mais, à produção agrícola para abastecer os dois centros populacionais mais próximos (Vila Real de Santo António e Tavira). Só no final desse século é que a vila assiste à chegada do comboio, favorecendo a ligação com os restantes centros urbanos do Algarve e a ligação ao resto do país. Os anos sessenta assinalam no Algarve o início de um processo de crescimento regional claramente polarizado pelo turismo. Monte Gordo, até aí pequena aldeia piscatória, torna-se um centro de turismo, graças à edificação dos primeiros edifícios hoteleiros. Assim se afirma a nova vertente económica do concelho: o turismo. Pela sua localização geográfica fronteiriça, é local privilegiado pelos espanhóis, nomeadamente no campo comercial, cultural e gastronómico. O concelho apresenta diferenças a nível morfológico/paisagístico, opondo áreas de relevo acidentado a Norte e áreas aplanadas no Litoral e, possuindo valores ambientais, paisagísticos e patrimoniais relevantes. Para além disso, possui ainda recursos culturais, sociais e desportivos com bastante relevância quer a nível nacional, quer a nível internacional.

Escola Secundária com 3.º ciclo de Vila Real de Santo António, foi, recentemente, intervencionada pela Parque Escolar, ficando com capacidade para 39 turmas e cerca de 900 alunos.



O projeto reflete as diretrizes definidas pelo Programa de Modernização do Parque Escolar destinado ao Ensino Secundário, bem como as novas exigências decorrentes do projeto educativo da escola, dos modelos de ensino-aprendizagem contemporâneos e dos atuais parâmetros de qualidade ambiental e de eficiência energética.



A escola é constituída por seis edifícios, que albergam os vários espaços que a compõem: a cozinha, o refeitório/sala do aluno, o bar, a loja de conveniência/reprografia, dois ginásios, o átrio principal da escola, serviços administrativos e de direção, salas de pausa e de trabalho de docentes e não docentes, a biblioteca, a sala de grandes grupos, salas de aula e salas TIC, laboratórios e oficinas.

A escola é composta ainda por um polidesportivo coberto, espaços de recreio e campos desportivos exteriores e zonas ajardinadas.

A escola é constituída por seis blocos (A, B, C, D, E e F), existindo também amplos pátios destinados ao convívio e à prática de desportos coletivos, estando rodeada por espaços verdes.



Além das salas de aulas, apetrechadas algumas delas com computador, videoprojector e quadro interativo, possui ainda salas específicas, nomeadamente, oficinas (eletrotecnia e mecânica), espaços destinados à lecionação das disciplinas de informática, salas de desenho e de educação visual, laboratórios (biologia, geologia, física e química) e espaços interiores destinados à prática desportiva. Possui também uma biblioteca escolar/centro de recursos apetrechada com diversos materiais: livros, DVD, VHS, CD-rom,

periódicos, computadores com ligação à Internet, Internet sem fios, posto de pesquisa informatizado e um serviço de impressão e fotocópias.

Devido ao protocolo estabelecido com a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, a escola disponibiliza o espaço e os recursos mencionados anteriormente a toda a comunidade de forma a satisfazer todo um leque de necessidades.

No gabinete de apoio ao aluno, “Cê-Lá!”, pode-se encontrar material de apoio sobre áreas da promoção e educação para a saúde e, pelo facto de possuir um protocolo com o centro de saúde, os alunos têm, semanalmente, possibilidade de participar em sessões de esclarecimento com uma enfermeira deste centro e, sempre que necessário, existe um apoio especializado de psicologia e nutrição. A Escola Secundária de Vila Real de Santo António é ainda a sede do Centro de Formação de Associação de Escolas do Levante Algarvio e é nas suas instalações que se desenvolve a quase totalidade da formação contínua de pessoal docente e não docente.



Possui ainda o G.I.E., Gabinete de Intervenção Educativa, destinado ao combate à indisciplina, um Gabinete de Psicologia e Orientação Escolar e o CQEP (Centro para a Qualificação do Ensino Profissional). Estes pequenos núcleos constituem uma mais valia para a escola e estão apetrechados face às necessidades.

O Agrupamento de Escolas de Vila Real de Santo António foi criado em 2010 e é constituído por quatro estabelecimentos de ensino:

- Escola Secundária com 3º ciclo de Vila Real de Santo António (escola sede);
- EB 2,3 Infante D. Fernando, em Vila Nova de Cacela;
- EB 1 Manuel Cabanas, em Vila Nova de Cacela;
- JI Manuel Cabanas, em Vila Nova de Cacela.

## BIBLIOGRAFIA:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO (2019). *Escolas* [em linha]. [Consult. 17 de jun. 2019]. Disponível: <<https://www.aevrsa.com/index.php?pag=escolas>>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (2019). *Escola Secundária de Vila Real de Santo António* [em linha]. [Consult. 17 de jun. de 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/209>>.

## ESCOLA SECUNDÁRIA DIOGO DE GOUVEIA

### BEJA

*Liceu de Beja*

*Liceu Nacional de Diogo de Gouveia*

*Liceu Nacional de Jacinto de Matos*

*Liceu Nacional de Fialho de Almeida*



A Escola Secundária Diogo de Gouveia, antigo Liceu de Beja, é uma escola secundária situada em Beja, fundada em 1848, que iniciou atividade em 1852. Projetado por Luís Cristino da Silva em 1929, o edifício atual foi construído em 1934 e é considerado um exemplo importante do primeiro modernismo da arquitetura portuguesa. Após o 25 de Abril, os Liceus passam a ter a designação de Escolas Secundárias. O Liceu passa, então, a Escola Secundária n.º 1 de Beja.

A origem do nome Diogo de Gouveia surge na mudança de Liceu para Escola Secundária:

Diogo de Gouveia nasceu em Beja, no século XV, e passou grande parte da sua vida em França. Professor, teólogo, diplomata, humanista, foi uma figura importante na cultura do seu tempo. Em 1937, o seu nome foi escolhido para patrono do Liceu de Beja.



Ainda nesse ano, o Liceu passou a funcionar nas atuais instalações... conhecido também como “a casa amarela”. Em 1987, foi oficialmente decidido atribuir novamente um patrono às escolas. Surge a proposta de manter o nome de Diogo de Gouveia, já inscrito na fachada principal, e que se mantém ainda hoje.

Entre 2008 e 2011, o edifício sofreu obras de reabilitação e requalificação com projeto de Pedro Botelho e Maria do Rosário Beija. Nos edifícios existentes manteve-se a distribuição e respetivas funções originais.



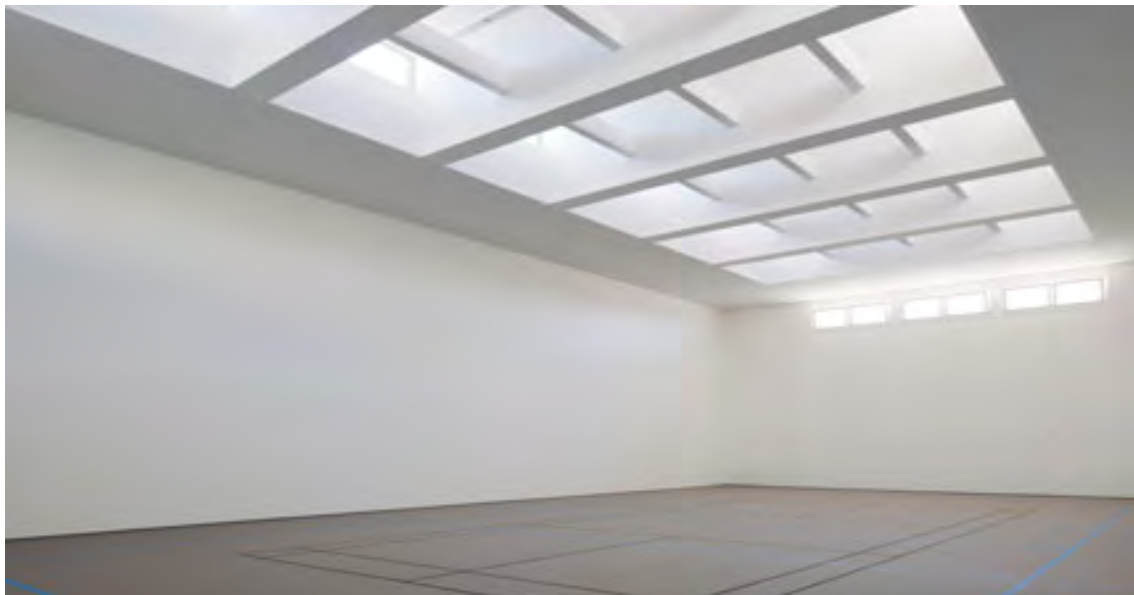
Os corpos ampliados, destinados a áreas de atividades letivas específicas tais como a biblioteca, salas TIC, planetário, laboratório polivalente e campo desportivo coberto, foram implantados e dimensionados de forma a não sobrevalorizar o existente. A sua articulação com as galerias principais cria as condições espaço funcionais e de segurança que permitem a abertura da escola à comunidade, em horários pós e extracurriculares, no âmbito das atividades associadas à formação pós-laboral, aos eventos culturais e sociais e ao desporto.



Foi em 1930 que o arquiteto Luís Cristino da Silva apresentou ao Ministério da Instrução Pública o projeto do novo edifício do Liceu de Beja, numa solução que se caracteriza pelo "internacionalismo" e "funcionalismo", seguindo as normas construtivas e programáticas da *escola moderna* estabelecidas pelo concurso público.

O edifício, erigido entre 1931 e 1935, constitui veículo para a afirmação de um pioneiro modernismo que se começa a estender para além dos grandes centros urbanos. A planta em U dispõe os módulos construtivos de betão armado em dois grandes eixos perpendiculares assimétricos: o eixo que se

desenvolve paralelo à rua, composto pelo corpo principal, um braço lateral, com corredor e ao qual se adossam espaços de recreio, e o corpo posterior, com salas de aula, o ginásio e a piscina.



Na fachada principal destaca-se a imponência maciça do betão, rasgada por grandes vãos envidraçados, que ao permitirem a entrada de luz marcam o ritmo da frontaria. A entrada é precedida por um portão gradeado, e sobre a entrada principal o único elemento decorativo exterior, a designação do liceu em alto-relevo. A fachada posterior, marcada pela regularidade da abertura de janelas, confere sobriedade ao edifício.

À entrada do edifício, decorando o pátio principal, sobressai o painel de azulejos fabricado na Fábrica Viúva de Lamego, pintado por Eduardo Leite, segundo um cartão de Dordio Gomes, com uma cena de cariz regionalista, na qual se representa ceifeiros alentejanos. O espaço interior é marcado por terraços de betão, que se articulam entre os diferentes edifícios, o recreio coberto, os largos corredores, as escadas amplas que interligam os três pisos, o ginásio com varandim superior.

Inaugurado em 1936, o Liceu Nacional Diogo de Gouveia foi uma das primeiras, e mais *puristas*, obras do Modernismo português, destacando-se pelo despojamento ornamental aliado às formas que o uso do betão permitiu

explorar e pela assimetria da planta, determinada por questões de funcionalismo prático.

#### **BREVE CRONOLOGIA**

- 1930 - O arquiteto Cristino da Silva ganha o concurso de ideias para a construção do novo liceu em Beja;
- 1931, finais de junho - início da construção do liceu;
- 1934 - conclusão das obras pela Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário;
- 1936, 20 junho - inauguração do liceu, ainda designado Liceu Nacional de Fialho de Almeida;
- 1937 - o liceu muda de designação, passando a ser conhecido como Liceu Jacinto Matos;
- 2005, 21 de julho - Despacho n.º 67/GP/05 do Presidente do IPPAR determinando a abertura do processo de classificação;
- 2009, 27 de novembro - Proposta de classificação como IIP e de ZEP pela DRCALENTEJO;
- 2009 - 2011 - durante as obras de modernização do imóvel, a cargo da Parque Escolar, a equipa responsável pelas escavações arqueológicas, descobre uma grande necrópole do período Islâmico, tendo sido encontrados 250 esqueletos;
- 2010, 11 de fevereiro - Despacho do director do IGESPAR devolvendo o processo de classificação à DRCALENTEJO, para aplicação do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23-10-2009;
- 2010, 14 de junho - nova Proposta de classificação pela DRCALENTEJO;
- 2010, 25 de outubro - nova proposta de ZEP pela DRCALENTEJO, 2012, 13 novembro - Anúncio n.º 13679/2012 publicado no DR, 2.ª série, n.º 219, de projeto de decisão de classificação como MIP e fixação de ZEP.

## BIBLIOGRAFIA:

ESCOLA SECUNDÁRIA DIOGO DE GOUVEIA DE BEJA (2019). *Breve História...* [em linha]. Beja: ES Diogo Gouveia [Consult. 25 de jun. de 2019]. Disponível:

<[HTTP://WWW.ESDG.PT/WEB/INDEX.PHP?OPTION=COM\\_CONTENT&VIEW=ARTICLE&ID=47&ITEMID=56](http://www.esdg.pt/web/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=56)>.

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL (2012). *Liceu Diogo de Gouveia* [em linha]. [Consult. 24 de jun. de 2019]. Disponível:

<[HTTP://WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT/PT/PATRIMONIO/PATRIMONIO-IMOVEL/PESQUISA-DO-PATRIMONIO/CLASSIFICADO-OU-EM-VIAS-DE-CLASSIFICACAO/GERAL/VIEW/327741/](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/327741/)>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (2019). *Escola Secundária Diogo de Gouveia* [em linha]. [Consult. 24 de jun. de 2019]. Disponível: <[HTTPS://WWW.PARQUE-ESCOLAR.PT/PT/ESCOLA/105](https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/105)>.

PEREIRA, Ricardo (2001). *Liceu de Beja, Liceu Nacional de Diogo de Gouveia, Liceu Nacional de Jacinto de Matos, Liceu Nacional de Fialho de Almeida* [em linha]. Forte de Sacavém: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [Consult. 24 de jun. de 2019]. Disponível:

<[HTTP://WWW.MONUMENTOS.GOV.PT/SITE/APP\\_PAGESUSER/SIPA.ASPX?ID=16815](http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=16815)>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA DR. BERNARDINO MACHADO, FIGUEIRA DA FOZ**



Escola Secundária Dr. Bernardino Machado ou, simplesmente, Escola Secundária nº 1, é uma escola situada no centro da Figueira da Foz, em Portugal, desde 1888. A escola comemora o seu aniversário no dia 28 de outubro. Em 28 de Outubro de 2008, a escola fez 120 anos de existência.

Tudo começou em 28 de outubro de 1888 no edifício da atual Câmara Municipal da Figueira da Foz, onde funcionou, durante muito tempo, esta escola. A partir da década de 1960, mudou-se para as instalações junto ao 1º Jardim-Escola João de Deus.

A Escola Secundária Dr. Bernardino Machado é atualmente composta por um edifício principal de dois andares, que incluem salas multimédia e laboratórios de Física, Química e Biologia, um Ginásio, Campo de Jogos, Oficinas Especializadas de Mecânica, Eletricidade, entre outras, Cantina, Bar dos Alunos, Associação de Estudantes, entre outros.

O recinto escolar é monitorizado por videovigilância em tempo real, permitindo assim uma melhor gerência do espaço escolar.



A Escola Secundária Dr. Bernardino Machado alberga alunos do 3.º Ciclo e Ensino Secundário. A oferta da Escola recai sobre as áreas Ciências e Tecnologias, Ciências Sociais e Humanas, Desporto, Gestão Empresarial e Cursos Especializados, entre outros. O número de alunos da escola é estimado entre 600 e 900 alunos no total.

O Agrupamento de Escolas Figueira Mar foi criado por Despacho do Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar de 28 de junho de 2012, agregando a Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Dr. Bernardino Machado e o Agrupamento de Escolas de Buarcos. Integra a Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Dr. Bernardino Machado, sede do Agrupamento; a Escola Básica 2.º/3.º Ciclos Infante D. Pedro de Buarcos; três Jardim-de-infância: JI de Buarcos, JI da Serra da Boa Viagem e JI de Vila Verde e quatro Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico: EB1 do Serrado, EB1 do Castelo, EB1 Infante D. Pedro e EB1 de Vila Verde.

O Agrupamento de Escolas Figueira Mar é uma unidade organizacional, homologada pelo Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar de

28 de junho de 2012 dotada de órgãos próprios de administração e gestão, integrando estabelecimentos públicos de educação pré-escolar, dos três ciclos do ensino básico e do ensino secundário a partir de um projeto educativo comum.



O Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas Figueira Mar aplica-se a toda a Comunidade Educativa, nomeadamente, alunos, professores, pessoal não docente, pais, encarregados de educação e demais intervenientes no processo educativo.

O Agrupamento de Escolas Figueira Mar, ao qual se aplica o presente Regulamento Interno é constituído pela Escola Secundária Dr. Bernardino Machado (escola sede), Escola Básica 2.º/3.º Ciclos Infante D. Pedro, pelos Jardins de Infância de Buarcos, Pólo do Castelo (Serra da Boa Viagem) e Vila Verde e pelas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do Castelo, Infante D. Pedro, Serrado e Vila Verde.

## BIBLIOGRAFIA:

AGRUPAMENTO DE ESCOLA FIGUEIRA MAR (2013). Regulamento Interno, 2013/2017 [em linha]. [Consult. 19 de jun. de 2019]. Disponível: <[http://www.aefigueiramar.pt/siteag/images/PDF/Regulamento\\_Interno\\_2016.compressed.pdf](http://www.aefigueiramar.pt/siteag/images/PDF/Regulamento_Interno_2016.compressed.pdf)>.

ESCOLA SECUNDÁRIA COM 3.º CICLO DR. BERNARDINO MACHADO [2010]. *Relatório de escolas: avaliação externa das escolas* [Consult. 19 de jun. de 2019]. Figueira da Foz: Delegação regional do centro. Disponível: <[http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE\\_2011\\_DRC/AEE\\_11\\_ES3\\_Bernardino\\_Machado\\_R.pdf](http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE_2011_DRC/AEE_11_ES3_Bernardino_Machado_R.pdf)>.

IKIPÉDIA (2019). *Escola Secundária Dr. Bernardino Machado* [em linha]. [Consult. 19 de jun. de 2019]. Disponível: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola\\_Secund%C3%A1ria\\_Dr.\\_Bernardino\\_Machado](https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_Secund%C3%A1ria_Dr._Bernardino_Machado)>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA DR. FRANCISCO FERNANDES LOPES, OLHÃO**



A escola Dr. Francisco Fernandes Lopes situa-se na sede de concelho de Olhão que é constituído pelas freguesias de Fuseta, Moncarapacho, Olhão, Pechão e Quelfes. Com uma população de 40953 habitantes, tem-se observado, na última década, um aumento demográfico provocado pela imigração e pelo facto de muitos jovens dos concelhos limítrofes optarem por residir na cidade.

O Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Fernandes Lopes entrou em funcionamento no final do ano escolar 2011/2012, mais precisamente no dia 3 de julho de 2012, com a tomada de posse da comissão administrativa provisória, na sequência da homologação da sua criação, por despacho de 28 de junho de 2012, de Sua Excelência o Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar.

A nova unidade organizacional, resultante dos processos de agregação previstos nos artigos 6.º e 7.º do Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, foi constituída pela integração dos seguintes estabelecimentos da educação pré-escolar e escolas de diferentes níveis e ciclos de ensino: Escola Secundária Dr.

Francisco Fernandes Lopes (sede do agrupamento), EB1/JI da Fuseta e Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos Dr. João Lúcio, unidades orgânicas que integravam o extinto Agrupamento de Escolas Dr. João Lúcio, e EB1/JI de Moncarapacho e Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos Dr. António João Eusébio, unidades orgânicas que integravam o extinto Agrupamento de Escolas de Moncarapacho. Das 5 unidades que o constituem, uma localiza-se na sede do concelho de Olhão (Escola Dr. Francisco Fernandes Lopes) e as restantes na freguesia de Moncarapacho-Fuseta.



A intervenção efetuada à Escola Secundária Dr. Francisco Fernandes Lopes, em Olhão, reflete as diretrizes definidas pelo Programa de Modernização do Parque Escolar destinado ao Ensino Secundário, bem como as novas exigências decorrentes do projeto educativo da escola, dos modelos de ensino-aprendizagem contemporâneos e dos atuais parâmetros de qualidade ambiental e de eficiência energética.



O projeto baseou-se na demolição do edifício administrativo e na interligação e recuperação dos edifícios existentes, com o consequente reordenamento espacial.

O novo edifício veio dar resposta à necessidade de ampliação da escola, facilitando a gestão e autonomia dos espaços com maior abertura à comunidade, nomeadamente as áreas administrativas e de gestão, a biblioteca, a sala polivalente e as restantes áreas sociais. No piso superior, localizam-se os espaços letivos especializados, tais como laboratórios, oficinas e salas TIC, e as áreas destinadas a trabalho de docentes.



Os edifícios preexistentes foram requalificados e dotados de todas as condições para satisfazer as atuais exigências de conforto e segurança. Neles, encontram-se localizadas a quase totalidade das salas de aula. O pavilhão gimnodesportivo foi requalificado e construíram-se novos balneários. Os espaços exteriores da escola foram redesenhados, de forma a melhorar as condições de acessibilidade.

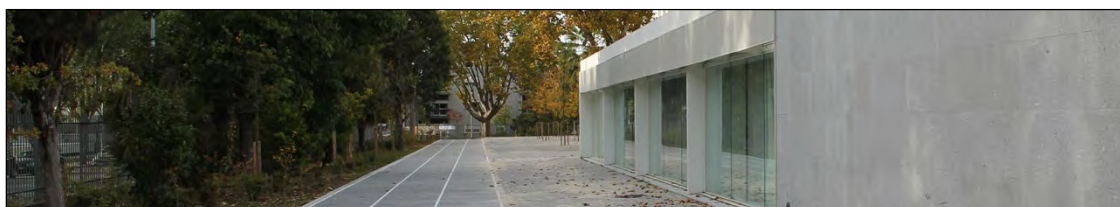
## BIBLIOGRAFIA:

Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Fernandes Lopes (2019). *História* [em linha]. [Consult. 18 de jun. de 2019]. Disponível: <<http://www.aeffl.pt/home/index.php/apresentacao/historia>>.

Escola Secundária Dr. Francisco Fernandes Lopes (2008). *Avaliação externa de escolas: relatório* [em linha]. [Consult. 18 de jun. de 2019]. Disponível: <[http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE\\_2008\\_DRAIg/AEE\\_08\\_ES\\_Dr\\_Francisco\\_Fernandes\\_Lopes\\_R.pdf](http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE_2008_DRAIg/AEE_08_ES_Dr_Francisco_Fernandes_Lopes_R.pdf)>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (2019). *Escola Secundária Dr. Francisco Fernandes Lopes* [em linha]. [Consult. 18 de jun. de 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/206>>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA DR. MÁRIO SACRAMENTO, AVEIRO**



A Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Dr. Mário Sacramento está situada na cidade de Aveiro. Foi criada em 1893 como Escola de Desenho Industrial, posteriormente passou a designar-se Escola Industrial e Comercial de Aveiro e, mais tarde, Escola Secundária n.º1 de Aveiro.



A partir de 2002, recebeu a atual designação - Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Dr. Mário Sacramento. O edifício escolar, projetado de raiz, data de 1953 e é composto por um corpo principal de 3 pisos e 3 blocos exteriores, ligados por claustro que circundam os campos de jogos. Para compreender a história da referida Escola, apresenta-se uma cronologia de datas significativas:

- 1893, 28 outubro — criação da escola de Desenho Industrial de Aveiro, em resposta às necessidades dos industriais de cerâmica;
- 1898 — torna-se escola industrial;
- 1914 — incorpora o ensino comercial, passando a designar-se escola industrial e comercial;
- 1953 - Início da construção;
- 1954 — continuação da construção pela Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário, estando a conclusão prevista para o início do ano lectivo de 1955/1956;
- 1956 — conclusão das obras pela Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário;
- 24 maio — inauguração das novas instalações;
- 1959 — conclusão da obra pela Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário;
- 1974, 25 abril — a partir desta data, a escola tornou-se secundária e passou a designar-se escola secundária n.º 1 de Aveiro;
- 2002, 27 março — passou a designar-se escola secundária 3.º ciclo Dr. Mário Sacramento;

- 2006, 24 agosto — em vias de classificação nos termos do Decreto-Lei n.º 173/2006, DR, 1.<sup>a</sup> série, n.º 16, que revoga as Zonas de Proteção criadas ao abrigo do Decreto n.º 21 875 de 18 novembro 1932 (alterado pelos Decreto-Lei n.º 31 467 de 19 agosto 1941 e pelo Decreto-Lei n.º 34 993 de 11 outubro 1945 e complementado pelo Decreto-Lei n.º 40 388 de 21 novembro 1955), que regula o estabelecimento de zonas de proteção de edifícios públicos de reconhecido valor arquitetónico;
- 2009, 28 abril — Proposta de encerramento da DRCCentro, por não ter valor nacional;
- 15 julho — parecer favorável do Conselho Consultivo do IGESPAR;
- 26 agosto — Despacho de encerramento do Diretor do IGESPAR.



O projeto de requalificação da Escola Secundária Dr. Mário Sacramento contemplou edifícios já existentes, para além da construção de três novos edifícios com funções sociais e letivas adequadas às atuais exigências educacionais.

Uma das novas edificações, localizada junto ao edifício existente das oficinas, permitiu, pela sua escala, inserir o polidesportivo, o ginásio e os balneários. O segundo edifício novo foi criado para receber a biblioteca e as salas de desenho, e um terceiro corpo, com dois pisos, integra o secretariado, os espaços de atendimento, a zona dos professores e da direção, bem como os laboratórios e a sala de pausa dos professores. Foram também intervencionados espaços exteriores.

## BIBLIOGRAFIA:

BASTO, Sónia (2011). *Escola Comercial e Industrial de Aveiro, Escola Secundária Dr. Mário Sacramento* [em linha]. Forte de Sacavém: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [Consult. 10 de set. de 2019]. Disponível: <[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=17453](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17453)>.

ESCOLA SECUNDÁRIA COM 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DR. MÁRIO SACRAMENTO (2007). *Avaliação externa das escolas, 5 a 6 de novembro de 2017* [em linha]. Aveiro: A.S.D.M.S. [Consult. 10 de set. de 2019]. Disponível: <[http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE\\_2008\\_DRC/AEE\\_08\\_ES\\_3\\_Dr\\_Mario\\_Sacramento\\_R.pdf](http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE_2008_DRC/AEE_08_ES_3_Dr_Mario_Sacramento_R.pdf)>

MUNICIPIO DE AVEIRO (2018). *Carta educativa do Município de Aveiro (revisão 2018)* [em linha]. [Consult. 10 de set. de 2019]. Disponível: <[https://www.cm-aveiro.pt/cmaveiro/uploads/writer\\_file/document/432/carta\\_educativa.pdf](https://www.cm-aveiro.pt/cmaveiro/uploads/writer_file/document/432/carta_educativa.pdf)>

PARQUE ESCOLAR, EPE (s.d.). *Escola Secundária Dr. Mário Sacramento* [em linha]. [Consult. 10 de set. de 2019]. Disponível: < <https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/147>>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA FILIPA DE VILHENA, PORTO**



O estabelecimento de ensino hoje designado por Escola Secundária Filipa de Vilhena iniciou-se em 3 de setembro de 1898 com a publicação do decreto de Elvino José de Sousa Brito que organizava o curso preparatório no Instituto Industrial e Comercial do Porto. No primeiro ano matricularam-se no curso 133 alunos. O curso tinha a duração de três anos e compreendia as disciplinas de desenho, língua portuguesa, aritmética e geometria, geografia e história, língua francesa e princípios de física e química.

Em 1 de Dezembro de 1918 foi promulgado o Decreto 5029, fundamental para a organização do Ensino Industrial e Comercial, o qual define a classificação das Escolas do Ensino Técnico Industrial, incluindo-se nas Escolas Preparatórias a Escola Preparatória Mouzinho da Silveira, no Porto. De acordo com o artigo 27º do mesmo Decreto 5020, as escolas preparatórias possuíam autonomia administrativa. Estas escolas destinavam-se a ministrar o ensino

geral e aplicado preparatório para as carreiras técnicas e para a admissão aos institutos industriais e aos institutos comerciais, sendo o plano de estudos delineado para uma duração de 4 anos.

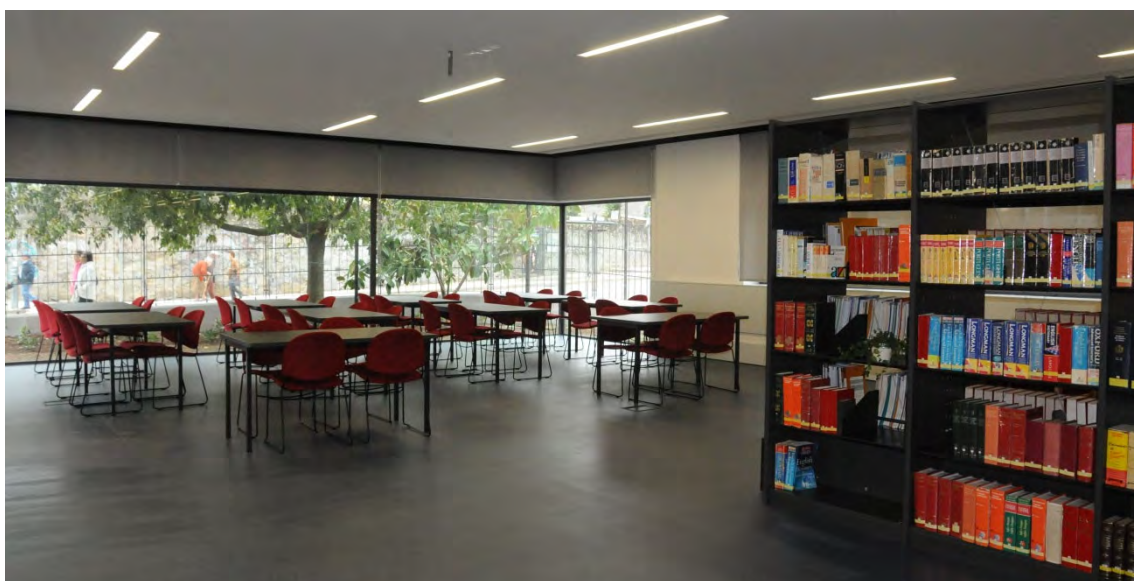


Em 1930 o Decreto 18 420 de 4 de junho procedeu a uma reorganização do ensino profissional, introduzindo alterações de natureza pedagógica, relativas à composição dos cursos e distribuição de disciplinas e horas semanais, passando a Escola Preparatória Mouzinho da Silveira a designar-se Escola Comercial Mouzinho da Silveira. De acordo com o Decreto 20 420, de 20 de outubro de 1931, as escolas com a finalidade de preparar os indivíduos para a carreira da Indústria ou comércio passaram a ser de carácter secundário e classificadas em industriais e comerciais. O Curso Complementar de Comércio, ministrado na Escola Comercial Mouzinho da Silveira tinha a duração de 4 anos, para o ensino diurno, e exigia a aprovação na 4ª classe do ensino primário e a idade mínima de 12 anos, sendo a duração prevista para o curso noturno de 5 anos e a idade mínima de entrada exigida de 14 anos.

No que se refere às instalações da escola, a Escola Comercial Mouzinho da Silveira herdou as instalações da Escola Preparatória, anexada à Escola Industrial Infante D. Henrique, na Cordoaria, e à Escola Comercial Oliveira

Martins, na Rua das Taipas. Em 1940 a escola instala-se no edifício onde funcionara a Escola Normal, na Rua da Alegria e, em 1940-41, muda-se para as antigas instalações da Escola Oliveira Martins, na Rua das Taipas.

A publicação do Decreto 37 029, de 25 de agosto de 1948, introduziu profundas alterações no Ensino Técnico Profissional, determinando a existência de dois graus no ensino profissional industrial e comercial, sendo o 1º grau constituído por um ciclo preparatório elementar de educação e pré-aprendizagem, e o 2º grau pelos cursos industriais e comerciais complementares de aprendizagem, pelos cursos industriais e comerciais de formação profissional, pelos cursos de mestrança e pelos cursos industriais de habilitação para ingresso nos Institutos Industriais ou Comerciais e nos Cursos de Pintura e Escultura da Escola de Belas Artes.



O curso organizado no período noturno passou a designar-se de Ensino e Aperfeiçoamento. Atendendo a estas alterações na estruturação do ensino técnico, as escolas eram classificadas em Escolas Técnicas Elementares - Ciclo Preparatório, Escolas Industriais, Escolas Comerciais e Escolas Industriais e Comerciais. Nessa altura, a Escola Comercial Mouzinho da Silveira, que até então era mista, passou a designar-se Escola Comercial Filipa de Vilhena, passando a ser uma escola feminina. Até ao ano letivo de 1959-60 a Escola Elementar Clara de Resende, criada em 1949, funcionava juntamente

com a Filipa de Vilhena, primeiro na Rua das Taipas e depois na Rua Aires Gouveia, sendo que ambas as Escolas tinham a mesma Diretora. Na Escola Comercial Filipa de Vilhena funcionavam em regime diurno (duração de 3 anos) e noturno ou de Aperfeiçoamento (duração de 6 anos) Cursos de Formação Geral de Comércio e de Formação Geral de Estenodactilógrafo, bem como a Secção Preparatória para o Instituto Comercial.



O aumento de frequência tornou o funcionamento da Escola, no edifício na Rua das Taipas, insustentável, sendo a escola obrigada a alugar um edifício na Rua Aires de Gouveia, junto à Escola Clara de Resende. A construção do novo edifício necessário para o funcionamento da Escola iniciou-se em 12 de janeiro de 1957 e terminou a 15 de abril de 1959, tendo a inauguração decorrido em 28 de maio de 1959. Nos anos seguintes, as novas instalações permitiram a implementação de incremento de atividades circum-escolares, verificando-se um aumento significativo no número de alunos que frequentavam a escola (335 alunos em 1951-52, passando a 1079 alunos em 1962-63).

No ano letivo 1970-71, em resultado das alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 47 587, de 10 de março de 1967, e pelo Decreto-lei n.º 47 480, de 2 de janeiro de 1967, os cursos ministrados na Escola Comercial Filipa de Vilhena

mudaram de nome, passando o Curso Geral de Comércio a designar-se Curso Geral de Administração e Comércio e o Curso Geral de Estenodactilografia desapareceu.

No Ensino Noturno foi criado um Ano Preliminar para alunos que apenas possuíam a 4<sup>a</sup> classe da Instrução Primária, a que se seguia o curso de Administração e Comércio noturno de 4 anos, não sendo necessária a frequência do Ano Preliminar para os alunos que possuíam o Ciclo Preparatório como habilitação de acesso. Em 1974 a Revolução do 25 de Abril alterou profundamente o Ensino fruto do sistema político designado como Estado Novo, tendo resultado na extinção do Ensino Técnico Profissional.

No ano letivo 1975/76, com base numa ideologia de igualdade de direitos e oportunidades, passou a existir apenas um ramo de ensino secundário, designado por Curso Geral Unificado do Ensino Secundário, regulamentado pelo Despacho Ministerial 139/79 de 22 de maio de 1979. Nessa altura, a escola sofreu uma nova mudança de nome, passando a designar-se Escola Secundária Filipa de Vilhena.

## BIBLIOGRAFIA:

CASTRO, Maria Alice; CRUZ, Maria do Carmo (1998). *Escola Secundária Filipa de Vilhena: uma escola nova 100 anos de vida 1898-1998* [em linha]. Porto: ESFV, 1998. Disponível: <<http://www.clararesende.pt/Historial.html>>.

ESCOLA SECUNDÁRIA FILIPA DE VILHENA (2011). *Relatório de avaliação externa* [em linha]. Porto: Delegação Regional do Norte da IGE, Grupo de Trabalho para o novo ciclo da Avaliação Externa das escolas [Consult. 19 de jun. de 2019]. Disponível: <[http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE2\\_2011\\_Experimentacao/AEE2\\_2011\\_ES\\_Filipa\\_Vilhena\\_R.pdf](http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE2_2011_Experimentacao/AEE2_2011_ES_Filipa_Vilhena_R.pdf)>.

MOGARRO, Maria João (2006). *Arquivos e educação: a construção da memória educativa* [em linha]: Sísifo: Revista de Ciências da Educação; Lisboa, N.º 1 (set./dez. 2006). [Consult. 18 de jun. 2019]. Disponível: <[www.sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/01sisifopt06.pdf](http://www.sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/01sisifopt06.pdf)>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (2019). *Escola Secundária Filipa de Vilhena* [em linha]. [Consult. 19 de jun. 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/047>>.

SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (2019). *Escola Secundária Filipa de Vilhena, Porto* [em linha]. [Consult. 18 de jun. de 2019]. Disponível: <<http://arquivo-ec.sec-geral.mec.pt/details?id=38544>>

## ESCOLA SECUNDÁRIA GIL VICENTE, LISBOA



A atual Escola EB 2/3/S Gil Vicente tem a sua origem na Secção de S. Vicente do Liceu Passos Manuel, criada, em 1914, no edifício do antigo Paço Episcopal do Mosteiro de S. Vicente de Fora. Em 1915, a Secção transforma-se em Liceu Central de Gil Vicente, sendo o primeiro liceu criado pela República. Em 1946 sofre alterações, inclusive na sua designação adotando o nome de Liceu Nacional de Gil Vicente. Desde 1949, funciona em instalações construídas de raiz na Rua da Verónica, à Graça (na antiga cerca do Paço de S. Vicente). Após o 25 de Abril de 1974, a designação oficial deste estabelecimento passou a ser Escola Secundária de Gil Vicente.



### **O nascimento do Liceu: a Secção de S. Vicente**

A Secção de S. Vicente no Liceu Central de Passos Manuel veio resolver o problema dos excedentes da população escolar de Lisboa. Com efeito, o Decreto n.º 859, de 11 de setembro de 1914, tinha fixado a lotação dos liceus centrais de Lisboa em 2400 alunos, deixando por matricular cerca de 250 alunos. Coube a Gastão Rodolfo Neves Correia Mendes, com experiência na organização e direção de estabelecimentos de ensino, instalar uma secção no Liceu Central de Passos Manuel para remediar a situação.

Depois da realização de algumas obras de adaptação do ex-paço patriarcal, as aulas começaram a 20 de novembro de 1914 com a frequência de 241 alunos, distribuídos em 3 classes (1.ª Classe: 5 turmas com 165 alunos; 2.ª Classe: 1 turma de 32 alunos; 3.ª Classe: 1 turma com 44 alunos).



### **O Liceu de Gil Vicente**

A Lei n.º 410, de 31 de agosto de 1915, altera substancialmente o funcionamento da Secção de S. Vicente. Esta passa a constituir um Liceu Central com o nome de Gil Vicente. O novo diploma regulamentar recomenda que "Enquanto não for adquirido o material escolar necessário e não forem devidamente instalados os gabinetes de Ciências Física, Química e Naturais, o ensino no novo ensino limitar-se-á ao da 1.ª Secção do Curso Geral" (art.º 45.º). Fixa, também, provisoriamente o quadro dos professores do liceu em sete professores definitivos, sendo dois do 2.º grupo e um de cada um dos grupos 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 7.º, bem como restante pessoal: um oficial de Secretaria, dez guardas, um chefe de pessoal menor e um preparador (art.º 46.º).

Estabelece ainda que "os antigos professores efetivos dos liceus, habilitados com o curso de magistério secundário ou com concurso de provas públicas" possam "ser colocados nas vagas dos seus grupos existentes nos liceus onde tinham servido como provisórios no ano letivo de 1914-1915, precedendo consulta favorável das estações competentes" (art.º 56.º). Pelo Decreto n.º 2101, de 27 de novembro de 1915, o ensino no novo liceu torna-se extensivo à 2.ª Secção do Curso Geral. Na origem, o liceu é de frequência masculina mas, a partir de 1916-1917, verifica-se a inscrição das primeiras alunas.

Os decretos n.º 3091, de 17 de abril e n.º 4650, de 14 de julho de 1917, vieram confirmar a orientação pedagógica seguida pelo liceu, uma vez que reforçavam a componente prática no ensino-aprendizagem, dando maior peso aos trabalhos práticos de Física, Química, Ciências Naturais, Geografia, Línguas Vivas, Trabalhos Manuais e às aulas de Canto Coral. Alguns anos mais tarde, o liceu teve, como os outros, de se adaptar ao primeiro diploma legal que surgiu depois do golpe militar de 28 de maio de 1926, o Decreto n.º 12 425, de 2 de outubro de 1926, reduzindo o número de anos de estudo de 7 para 6 anos: os primeiros cinco anos passam a constituir o Curso Geral e os Cursos de Letras e de Ciências (um ano) são preparatórios para o Ensino Superior, não havendo exame no final.

No ano letivo de 1929-1930, o governo manda aplicar no Liceu Gil Vicente a separação de sexos (Decreto n.º 15 032, de 15 de fevereiro de 1918), determinando que sejam enviados para o Liceu de Maria de Vaz de Carvalho os processos das alunas matriculadas. Paralelamente, o governo definiu, por decreto de setembro de 1928, as zonas de influência pedagógica respeitantes ao Curso Geral dos Liceus de Lisboa. A zona de influência do Liceu de Gil Vicente é toda a zona oriental de Lisboa (freguesias dos Anjos, Beato, Castelo, Graça, Madalena, Monte Pedral, Olivais, Pena, Penha de França, Santo Estevão, Santo Cristóvão, São Jorge de Arroios, São Julião, São Miguel, São Nicolau, São Tiago, Sé, Socorro).

Pouco a pouco, o Liceu Gil Vicente torna-se um dos estabelecimentos de ensino prestigiados de Lisboa. A reputação do estabelecimento de ensino faz-se na base na ação dos reitores e do corpo docente. Na impossibilidade de citar todos, destacam-se algumas pessoas de referência do Liceu. O primeiro reitor, Gastão Correia Mendes, escolhido pelo governo para exercer as funções de Delegado do Governo na nova Secção do Liceu de Passos Manuel, fez com que conseguisse a criação de um novo liceu em Lisboa. É nomeado para todas as comissões que se criaram para as reformas, quer do sistema escolar, quer do curricular.

O reitor Abel Ferreira Loff impulsiona as atividades de ação social escolar dos alunos criando, nomeadamente, a cantina escolar (1932-1933). Francisco Dias Agudo, reitor entre 1934 e 1946, dá grande impulso à Associação de Estudantes e estimula a criação da Associação dos Antigos Alunos do Liceu de Gil Vicente (1937). De entre os professores, devem ser referidos os nomes de Leonardo Coimbra, filósofo, escritor e político, primeiro professor bibliotecário do Liceu Gil Vicente. Em 1919, enquanto Ministro da Instrução, cria a Faculdade de Letras do Porto; Francisco Newton de Macedo, Urbano Canuto Soares, Delfim Santos, José Gonçalo Santa Rita, além de professores no liceu foram professores universitários; Frederico Freitas, maestro e compositor português, professor de Canto Coral do Liceu; Joaquim Martins Barata, pintor e professor no Liceu: Mário Soares, Presidente da República Portuguesa. Muitos deles têm entrada no Dicionário dos educadores portugueses.

Entre os muitos alunos que frequentaram o Liceu Gil Vicente, alguns ocuparam e ocupam lugares de relevo nos mais diversos sectores de atividades. Entre eles: Vitorino Magalhães Godinho, Historiador, professor universitário e Ministro da Educação; Rómulo de Carvalho, professor universitário e poeta; José Augusto França, historiador da arte; José Saramago, escritor, prémio nobel da Literatura...

No final da década de 1930, a política educativa definida por Carneiro Pacheco trouxe alterações no funcionamento do ensino liceal. O curso liceal é consolidado nos sete anos de escolaridade, dividido em 3 ciclos: 1.º ciclo (1.º ao 3.º ano); 2.º ciclo (4.º ao 6.º ano) e 3.º ciclo (7.º ano). Surge a Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, do 1.º ao 6.º ano.

O ano letivo de 1949/1950 iniciou-se nas novas instalações, projetadas pelo arquiteto José Costa e Silva e inauguradas em janeiro de 1949. Matricularam-se cerca de 700 alunos, num total de 22 turmas. No mesmo período, o reitor David Ferreira Pacheco cria salas de estudo para os alunos do 1.º ciclo que permitiram melhorar o sucesso escolar. Um pouco mais tarde, com a nomeação de Joaquim Romão Duarte, dirigente da Mocidade Portuguesa, a

nível regional, assiste-se ao recrudescimento das atividades do Centro Escolar n.º 24 da Mocidade Portuguesa, sediada no liceu, atividades circum-escolares e de ação social.

A partir do ano letivo de 1959-1960, o aumento da população escolar obriga ao regime de desdobramento, com horário desfasado (a partir das 13 horas). Espaços destinados a outras funções são rapidamente adaptados a salas de aula. Decorrente da Reforma de Veiga Beirão, o curso noturno é organizado em 1970-1971.



### **A Escola Secundária Gil Vicente**

Depois do 25 de Abril, com a democratização do ensino e o alargamento da escolaridade obrigatória, a escola voltou a ter jovens dos dois sexos (à semelhança dos seus primeiros anos de existência). No ano letivo de 1976-1977, matricularam-se cerca de 410 alunas. O número de alunos aumentara muito em relação ao previsto inicialmente para estas instalações. A escola Secundária Gil Vicente continuou a trabalhar para a comunidade, ajustando-se continuamente ao evoluir das realidades socioeconómicas e culturais.

Nestes últimos anos, assistiu-se ao encerramento dos cursos noturnos, mas redobrou-se o empenhamento da comunidade educativa na manutenção e dinamização das atividades escolares curriculares e extracurriculares, num espírito de abertura à comunidade, procurando prestar o que se pretende que seja um serviço público de qualidade, seguindo a tradição que quis dotar esta zona da cidade de um polo educativo essencial para a sua população, que fosse simultaneamente um exemplo de diferença e de interesse para qualquer um que se reveja nestas concepções."

IN:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GIL VICENTE (2017). *História do Agrupamento* [em linha]. Lisboa: A.E.G.V. [Consult. 2 de set. de 2019]. Disponível: <<https://www.aegv.site/historia.>>

## **ESCOLA SECUNDÁRIA INFANTA DONA MARIA, COIMBRA**



A Escola Secundária Infanta Dona Maria fica situada em Coimbra, junto às piscinas municipais. Possuiu o título de melhor escola secundária pública a nível nacional, em 2011.

Foi fundada a 14 de julho de 1918 como Liceu Feminino de Coimbra, mas só a 19 de fevereiro de 1919 é que começou com as atividades letivas no edifício número 111 da Avenida Sá da Bandeira, edifício que ainda existe nos dias de hoje. No mesmo ano, passou a designar-se Liceu Nacional Infanta Dona Maria. Do edifício 111 da Sá da Bandeira, passou a ocupar a antiga Quinta da Rainha (atual instituto maternal), em 1932 e, mais tarde, o Colégio de São Bento (onde se situa nos dias de hoje o Instituto de Antropologia), em 1937.

A 1 de outubro de 1948, o liceu passa a ocupar um edifício que ainda hoje ocupa, situado junto do Estádio Municipal de Coimbra, uma zona praticamente deserta nessa época. Este edifício dispunha de anfiteatros, salas de desenho,

laboratórios, ginásio, cantina, salas de aula, secretaria, sala de professores, gabinete do reitor, biblioteca, campo de jogos e um bar.



Apesar de ser um edifício novo, não correspondia às necessidades do liceu, pois havia falta de salas e de espaço. Em 1963/64 foram iniciadas obras para o alargamento do espaço do liceu. Com estas obras obtiveram-se mais oito salas, um anfiteatro, quatro gabinetes e foram melhoradas as condições das salas de Física, Química, Ciências Naturais e da cantina. O edifício dispunha também de uma capela.

Mas havia outro problema, a cantina não abrangia toda a população escolar, uma vez que tinha capacidade para apenas cinquenta pessoas, o ginásio tinha um fraco pavimento, pois era encerado, o que provocava acidentes e os materiais existentes estavam desatualizados.



A biblioteca para a época era notável devido à quantidade de livros. Os laboratórios desde o início dispunham de algum material e com o tempo foram ficando mais apetrechados.

Existia também uma estação meteorológica. Por outro lado, para além de não existir uma estufa para secagem de material experimental, as Ciências Naturais não dispuseram, em nenhum dos edifícios, de um local próprio. As disciplinas do Liceu feminino eram iguais às do liceu masculino, mas com adaptações no que tocava, por exemplo, aos trabalhos manuais que eram à base de tarefas domésticas como bordados, rendas, trabalhos de malha, costura e criação de chapéus.



As disciplinas existentes eram: Francês, Inglês, Moral, Governo Familiar e Saúde, Economia e Arte, Noções de Educação Política, Direito Usual, Higiene e Puericultura, Roupas Brancas, Bordados e Técnicas, Chapéus, Flores e Arte Aplicada, Culinária, Educação Física e Canto Coral. Na parte de Educação Física eram abordados o basquetebol, o voleibol e a dança. Para além destas atividades, as alunas praticavam também atividades extracurriculares.



O Dia do Liceu era no dia 8 de junho, dia do Nascimento da Infanta D. Maria. Neste dia, havia uma sessão solene onde se distribuíam prémios às alunas que

mais se distinguiram no liceu. Este acontecimento era aproveitado para iniciar as alunas no trabalho escolar, através de um pequeno discurso de uma aluna que cumprimentava as suas colegas, convidando-as a seguirem o seu exemplo. Neste dia também se faziam exposições de trabalhos de Desenho, Trabalhos Manuais e Lávares.



Em 1998, foram comemorados os 50 anos do atual edifício da Escola. No ano letivo 2009/2010, o edifício encontrou-se em obras de remodelação que consistiram no melhoramento das infraestruturas, modernização dos equipamentos escolares, construção de uma nova área desportiva e construção de um novo edifício com oficinas, laboratórios de química/física e biologia/geologia, um novo refeitório e mais salas de aulas.

## BIBLIOGRAFIA:

NOGUEIRA, João Nuno da Cunha Martins (2011). *Organização territorial das escolas: dinâmicas dos alunos na cidade de Coimbra* [em linha]. Coimbra: Dissertação de Mestrado em Gestão da Formação e Administração Educacional, especialidade em Organização e Gestão da Formação, apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra [Consult. 18 de jun. de 2019]. Disponível: <<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/18202/1/Jo%C3%A3o%20Nogueira.pdf>>.

WIKIPÉDIA (2019). *Escola Secundária Infanta Dona Maria* [em linha]. [Consult. 19 de jun. de 2019]. Disponível: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola\\_Secund%C3%A1ria\\_Infanta\\_Dona\\_Maria](https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_Secund%C3%A1ria_Infanta_Dona_Maria)>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (2019). *Escola Secundária Infanta D. Maria* [em linha]. [Consult. 18 de jun. de 2019]. <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/068>>.

## ESCOLA SECUNDÁRIA INFANTE D. HENRIQUE, PORTO



A atual Escola Secundária Infante D. Henrique foi criada oficialmente em 1884 e foi sofrendo alterações, quer na designação, quer no tocante à situação das instalações. Inicialmente obteve a designação de "Escola de Desenho Industrial do Infante D. Henrique", em Vilar, e foi colocada junto e sob alçada do Museu Industrial e Comercial, criado por António Augusto de Aguiar em 1883.

Houve então a preocupação de colocar o ensino "fora da acção centralista e absorvente dos governos, organizando os programas em função do problema especial a resolver nesta cidade e, consequentemente, com um aspecto de maior utilidade e de ampla descentralização". A dependência do "antigo" circo do Palácio de Cristal onde foi instalada, teve de sofrer obras de adaptação e daí a abertura tardia, só no ano de 1885-1886.

A primeira matrícula foi bastante concorrida, somando o total de 555 alunos, sendo 545 do sexo masculino e 10 do sexo feminino. As instalações apenas tinham capacidade para 40 alunos, daí somente terem sido admitidos 160 alunos, distribuídos por 4 turmas que funcionavam duas a duas em dias alternados. Nas suas instalações exíguas e espaço diminuto era ministrado o

ensino de todos os ramos de desenho e funcionava ainda a secretaria e o depósito de modelos.

Com a organização do Ensino Industrial de 8 de outubro de 1891, de João Franco, a Escola passou a ter o título de Escola Industrial do Infante D. Henrique e foi integrada nas então denominadas escolas completas. Na Escola passou a lecionar-se um curso primário elementar de desenho elementar e trabalho manual educativo e um curso de instrução complementar preparatório para os Institutos Industriais e Comerciais. A primeira oficina da Escola foi destinada ao ensino de Liores Femininos e entrou em funcionamento em Maio de 1892.

**Escola Industrial Infante D. Henrique, Porto (atual Escola Secundária Infante D. Henrique)**

Projeto da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário – Arquiteto

José Costa e Silva

Edifício inaugurado em 1955



O Decreto de 5 de Outubro de 1893, subscrito pelo Sr. Dr. Bernardino Machado, estabeleceu o ensino diurno para os dois sexos e instituiu, para além dos cursos elementar e complementar já citados, os seguintes cursos: modista, bordadeira, costureira, florista, canteiro, estucador, formador, carpinteiro civil,

carpinteiro mecânico, marceneiro, serralheiro civil, serralheiro mecânico, pintor decorador, fogueiro condutor de máquinas, fundidor, lavrante de ouro, ourives cinzelador, fabricante de instrumentos de precisão, encadernador e tintureiro. Porém, grande parte deles não funcionou por falta de oficinas.

Em 1914, a escola passou a dispor de duas oficinas de serralharia e carpintaria instaladas num velho edifício contíguo à então igreja do Calvário, hoje conhecida por igreja das Taipas, junto ao Campo dos Mártires da Pátria (ou jardim da Cordoaria) para onde foi transferida depois de ter funcionado num edifício da rua da Bandeirinha.

Em 1920 foi criada a sua biblioteca e a oficina de Carpintaria mudou de instalações que foram ampliadas para funcionar também a oficina de Marcenaria com uma secção de talha artística que lhe foi anexada em 1926. Com essa mudança de instalações foi também possível ampliar as oficinas de Serralharia mecânica e criar as oficinas de Composição e Impressão, de Encadernação e de Eletrotecnia e instalar um gabinete de Higiene em 1921.



Em 1922 foram criados os cursos de Artes Gráficas: tipógrafo compositor, tipógrafo impressor, condutor de máquinas tipográficas, esterotipador e galvanoplastia e encadernador. Em 1923 procedeu-se ao lançamento solene da pedra fundamental do edifício destinado à instalação da Escola Industrial do Infante D. Henrique, ou seja, relativa às atuais instalações, mas só em 27 de abril de 1927 é que foram iniciadas as obras do atual edifício principal.

O edifício principal é inaugurado em 1934, embora em 1933 já ali tivessem funcionado aulas. Porém, os alunos tiveram de se deslocar durante mais alguns anos ao edifício do Jardim da Cordoaria para terem aulas práticas nas oficinas, pois só em 1939 é que foi autorizada a construção das oficinas que atualmente funcionam e que foram inauguradas em 1942.

Em 1958, ultimou-se a construção de mais um edifício, onde se instalaram as oficinas de tecelagem, o refeitório e o ginásio. No entanto como a frequência escolar era muito elevada, os cursos de formação de carpinteiro de moldes, fundidor e montador radiotécnico e as especializações mecânico de automóveis, torneiro, fresador e desenhador industrial passaram para a Escola Fontes Pereira de Melo, entretanto aberta.



Em 1955/56 aparecem alunos a frequentar os cursos complementares de aprendizagem de Eletricista, Serralheiro, Impressor Tipógrafo, Compositor Tipógrafo e Gravador Fotoquímico e a Portaria 15755, de 6 de março de 1956, passa a incluir nesta escola o curso de formação de Montador Radiotécnico, acabando a especialização de Montador Eletricista.

O folhear livros e recortes de jornais, a partir de 1938, elucida inequivocamente a competência dos seus técnicos, cujas obras eram noticiadas com relevo nos jornais da época. Muitos deles chegaram a constituir o embrião técnico de muitas das empresas do Norte do País.

Nas suas oficinas de carpintaria foram construídos barcos (O Primeiro de Janeiro - 7/5/39; Século - 13/7/39) e foram realizadas obras de destaque no seu "laboratório de eletricidade" e nas oficinas de tipografia, composição, gravura química, fundição, tecelagem, etc. Na oficina de tipografia eram impressos livros e o jornal "O Infante", guardando ainda a sua biblioteca alguns destes documentos. Em 1971 teve início a "Reforma Veiga Simão" que unificou as designações das escolas industriais técnicas e liceus que passaram a designar-se escolas secundárias. Foram introduzidas disciplinas de formação geral e específica nos cursos gerais das escolas industriais e criados os cursos complementares que permitiam o acesso direto ao ensino superior.

No ano letivo de 1972/73, passa a funcionar nesta escola o curso de Mestrança de Construção Civil que se manterá até 1977/78. Funcionam ainda os cursos gerais de Construção Civil, Eletricidade, Mecânica, Química e Têxtil. No ano letivo seguinte, de 1973/74, iniciam-se os cursos complementares de Construção Civil, Eletrotécnica, Mecanotécnica, Quimicotécnica-fábrica e laboratorial e Têxtil.

Em 1975/76 tem início a extinção dos cursos gerais e é criado o curso unificado. Os cursos gerais noturnos continuam, mas são alterados curricularmente, desaparecendo as disciplinas práticas. Em 1981/1982 é lançado o décimo segundo ano, via profissionalizante, tendo funcionado na

Escola os Cursos de Técnico de Instalações Elétricas e Técnico de Manutenção Mecânica.

Em 1983 é lançado o ensino técnico profissional como subsistema do sistema regular de ensino. Na Escola funcionaram os Cursos Técnico-Profissionais de Instalações Elétricas, Manutenção Mecânica, Química, Obras e Têxtil de Produção. Foi ainda na década de 80 que a escola começou a oferecer o ensino especial para deficientes auditivos de grau severo e profundo, começando com turmas do curso unificado e prolongando posteriormente para turmas do ensino secundário, com currículo próprio, na área da informática.

Em 1989/90 são lançados os cursos pós-laborais de Edificação e Obras e o Curso de Especialização em Técnico de Obras, este destinado aos alunos que já tivessem completado o 12.º ano do Curso Técnico-Profissional da área de construção civil. A dinâmica da Escola e a necessidade de reequipar laboratórios e oficinas fizeram-na embarcar, nos anos 90, em experiências pedagógicas inovadoras, como o curso Técnico de Eletrotecnia Pós-Laboral, que foi a primeira experiência de estrutura modular em escolas oficiais públicas portuguesas e os cursos de qualificação profissional de nível III e outras ações no âmbito do PEDIP (Programa de Desenvolvimento da Indústria em Portugal) e do PRODEP (Programa de Desenvolvimento do Ensino em Portugal) (Prodep I e Prodep II - ações destinadas ao apoio do Novo Ensino Secundário).

Atualmente, oferece um leque de cursos de dia, cursos ao final do dia, cursos à noite e cursos online para cobrir todas as suas necessidades. Dispõe de uma variedade de cursos, incluindo Eletrónica, Automação e comando, gestão, Operador de informática, criatividade e lazer, línguas e muito mais.

## BIBLIOGRAFIA:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS INFANTE D. HENRIQUE (2019). DOCUMENTAÇÃO *regulamento interno* [em linha]. [Consult. 19 de jun. de 2019]. Disponível: <<http://www.infante.pt/index.php/agrupamento/documentacao/>>.

SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (2019). *Escola Secundária Infante D. Henrique, Porto* [em linha]. [Consult. 19 de jun. de 2019]. Disponível: <<http://arquivo-ec.sec-geral.mec.pt/details?id=61513>>.

PUBLICO [21 de ago. de 2018]. *Obras de adaptação da Escola do Infante para alunos do Bom Sucesso vão durar dois meses* [em linha]. [Consult. 19 de 2019]. Disponível: <<https://www.publico.pt/2018/08/21/local/noticia/camara-do-porto-preve-2-meses-para-adaptar-escola-do-infante-a-alunos-do-bom-sucesso-1841665>>.

## ESCOLA SECUNDÁRIA JÁCOME RATTON, TOMAR



Escola Secundária Jácome Ratton é uma escola pública portuguesa situada em Tomar. O seu nome deve-se ao industrial francês Jácome Ratton fundador da Real Fábrica de Fiação de Thomar em Tomar.

Fundada em 16 de Maio de 1884, na altura *Escola de Desenho Industrial de Jácome Ratton* em homenagem a esse industrial, a escola iniciou a sua laboração com 38 alunos, 36 deles em regime noturno, sendo 3 anos depois mudada para o Palácio dos Valles, na Rua Larga, atual Rua Marquês de Pombal. Em 1915 viria a sofrer novas alterações, incluindo o nome, para *Escola de Carpintaria e Serralharia de Carruagens Jácome Ratton*, sendo depois dividida em duas áreas com a criação do Curso Elementar de Comércio, continuando as oficinas no Palácio dos Valles e instalando as aulas técnicas no Palácio Alvim, sito na Rua Dr. Sousa. A partir de 1925, a escola passa a funcionar em novos edifícios e terrenos próprios cedidos pela Casa Manuel

Mendes Godinho, na Rua da Graça, atual Avenida Dr. Cândido Madureira, com o nome de *Escola Industrial e Comercial de Jácome Ratton*.



A última grande mudança ocorreu a 27 de Abril de 1958, altura da inauguração do atual edifício, na Avenida D. Maria II sendo renomeada *Escola Industrial e Comercial de Tomar* até 1980, altura em que assumiu a designação atual, Escola Secundária Jácome Ratton.

Atualmente, a Escola Secundária Jácome Ratton foi remodelada, e equipada com os melhores equipamentos eletrónicos educativos.

A Escola Secundária de Jácome Ratton (antiga Escola Industrial), em Tomar, comemorou a 16 de maio de 2019, o seu 134.º aniversário, sendo que na ocasião foi anunciado pelo diretor do agrupamento de Escolas Templários, Paulo Macedo que neste ano – ano da Festa dos Tabuleiros – será aberto um pequeno espaço que será o futuro Museu da Escola.

Paulo Macedo recordou que foi por ofício do Conde de Tomar, mais conhecido simplesmente por Costa Cabral, deputado às cortes, por carta de lei do dia 6 de maio de 1884, rececionado pela Câmara de Tomar, que foi participada a criação da Escola de Desenho Industrial Jácome Ratton, a 16 de maio.



De todas as escolas criadas nesse ano de 1884, a Jácome Ratton foi a terceira a ser inaugurada, a 9 de dezembro, com dois alunos diurnos e 36 noturnos. Mas, foi em casa oferecida pela Câmara de Tomar que se instalou a Escola de Desenho industrial Jácome Ratton, na Rua Direita da Várzea Pequena, n.º 73, 1.º andar. Hoje Rua Silva Magalhães.

O diretor do Agrupamento de Escolas Templários recordou ainda que “na altura da intervenção da Parque Escolar, que se iniciou em finais do ano letivo de 2008/2009 e terminou em 2011, durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico, a Escola Jácome Ratton foi caracterizada, como se encontrando, no topo de uma suave colina com cerca de 60 metros de altitude, que desce suavemente sobre o rio Nabão que corre a cerca de 150 metros para Oeste. E é no topo desta suave colina que se encontram as «novas» instalações da sede do Agrupamento de Escolas Templários, aqui a funcionar desde 2012/2013”.

O vice-presidente da Câmara de Tomar, Hugo Cristóvão, destacou a importância de uma das instituições mais antigas do concelho, desejando que a mesma “continue a ser uma sementeira de cidadãos e profissionais, num trabalho cada vez mais estreito com a comunidade”.



A cerimónia oficial incluiu ainda a peça de teatro “Contador de Histórias”, de António Torrado e encenação de João Mota, com alunos do Curso de Interpretação, não faltando o hastear das bandeiras ao som dos hinos nacional e o da escola pela Canto Firme – Associação Cultural. Os convidados puderam ainda realizar uma visita à documentação em exposição na biblioteca e, por fim, cantaram os parabéns à escola.

A Escola Secundária de Jácome Ratton é herdeira da Escola de Desenho Industrial de Jácome Ratton, fundada em 16 de maio de 1884. O nome de Jácome Ratton ter-lhe-á sido atribuído em homenagem ao célebre empreendedor industrial. A Escola de Desenho Industrial de Jácome Ratton começou por funcionar com 36 alunos noturnos e dois diurnos, na Casa Nova da rua da Capela, tendo sido, em 1887, transferida para o Palácio dos Valles, na rua Larga, hoje rua Marquês de Pombal.

Em 1915, passou a designar-se Escola de Carpintaria e Serralharia de Carruagens de Jácome Ratton. Após autorização para o funcionamento do Curso Elementar de Comércio, as aulas técnicas foram transferidas para o Palácio Alvim, na rua Dr. Sousa, permanecendo as oficinas no Palácio dos Valles.

Passou, em 1925, a funcionar em edifícios próprios na rua da Graça (av. Cândido Madureira), em terreno cedido pela Casa Manuel Mendes Godinho,

com a designação de Escola Industrial e Comercial de Jácome Ratton.

Em 27 de Abril de 1958 foram inauguradas as instalações na Av. D. Maria II, tendo então passado a designar-se Escola Industrial e Comercial de Tomar. Assim se chamou até ao ano letivo de 1979/80, altura em que voltou a estar ligada ao nome do seu primeiro patrono - Escola Secundária de Jácome Ratton.

A Escola foi requalificada recentemente, no âmbito da segunda fase da Parque Escolar, tendo atualmente capacidade para o funcionamento de mais de cinquenta turmas.



Salientou também que, no ano em que se comemora o Ano Europeu do Património Cultural, a equipa da Biblioteca Escolar Guilherme d'Oliveira Martins, desta escola, organizou uma pequena mostra, que já está aberta ao público desde o dia 10 e se vai prolongar até dia 30 de maio, com alguns dos “Tesouros do Tempo da Fundação”.

## BIBLIOGRAFIA:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TEMPLÁRIOS (2019). *História* [em linha]. [Consult. 19 de jun. de 2019]. Disponível: <<http://www.aet.pt/Agrupamento/Historia>>.

GONÇALVES, Elsa Ribeiro (2018). *Escola Jácome Ratton assinalou 134.º aniversário com anúncio de projeto museológico* [em linha]. Tomar: Mediatejo.net [Consult. 19 de jun. de 2019]. Disponível: <<http://www.mEDIATEJO.NET/tomar-escola-jacome-ratton-assinalou-134-o-aniversario-com-anuncio-de-projeto-museologico/>>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (2019). *Escola Secundária Jácome Ratton* [em linha]. [Consult. 19 de jun. de 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/079>>.>

## **ESCOLA SECUNDÁRIA JOSÉ ESTÊVÃO, AVEIRO**



A Escola Secundária José Estêvão é um estabelecimento público de ensino secundário da cidade de Aveiro, resultado da transformação em escola secundária do antigo Liceu de Aveiro que fora criado em 1851, na sequência da reforma educativa de Costa Cabral promulgada no Decreto de 20 de setembro de 1844. A Escola Secundária José Estêvão foi requalificada, em janeiro de 2011, pela empresa pública Parque Escolar, E.P.E.

O liceu foi criado em 1851, ao abrigo do art.º 46º do decreto de 20 de setembro de 1844 (Costa Cabral). Foi primeiramente instalado no Paço Episcopal. A partir da leitura de uma ata do Conselho Escolar, datada de 8 de janeiro de 1852, lavrada pelo professor de Gramática Portuguesa e Latina e Latinidade, que passou a exercer, interinamente, o cargo de secretário, conclui-se que as reuniões do Conselho se realizavam noutra casa.

Em outubro de 1852, muda de casa, instala-se na casa de Francisco José de Pinho Ravara, na Rua de Santa Catarina, arrendado por cinco moedas. Em 20 de Novembro de 1854, o corpo docente do liceu era constituído pelos seguintes professores: 1.ª e 2.ª cadeira - Germano António Ernesto de Pinho (secretário);

4.<sup>a</sup> cadeira - Reverendo Padre Mestre Fr. João José Marques da Silva Valente;  
5.<sup>a</sup> cadeira - Manuel Joaquim de Oliveira Santos, que substituíra o Reitor;  
Francês e Inglês - José Perry; Faltava prover as cadeiras de 3.<sup>a</sup> (Aritmética e Geometria e Álgebra) e 6.<sup>a</sup> (História, Cronologia e Geografia).



Em 30 de Novembro de 1854, era Reitor interino o prof. Oliveira Santos. A 29 de Setembro de 1855, é proposto pelo dono do edifício o aumento do arrendamento para quarenta mil reis anuais. Algumas vozes opuseram-se no Conselho do Liceu e foi deliberado que o Conselho se representaria a Sua Majestade, revelando-lhe as dificuldades que o liceu atravessava.

Dentro de pouco tempo, o liceu foi instalado em dependência do Convento de Santo António. Na sessão do Conselho do Liceu de 20 de junho de 1857, toma posse o novo reitor Queiroz (Francisco José de Oliveira Queiróz) que exerce o cargo até 1861. Na sessão parlamentar de 16 de julho de 1853, José Estêvão, requereu "primeiro para que o governo mandasse fazer a planta e o orçamento de um edifício para estabelecer o lyceu do distrito d'Aveiro, tendo por adjunto a bibliotheca publica."

Assim, em 1855 foi publicada a portaria que ordenava as obras de construção. O Governador Civil desse tempo, Antero Albano da Silveira Pinto, no seu relatório de 20 de Julho de 1855, escreve: "Para o Lyceu Nacional d'esta Cidade, que desde a sua inauguração em 1851 tem andado por casas de

renda, mal situadas, incomodas, e sem a suficiente capacidade, está designado um bello local na praça do Municipio: para a construção do respectivo edificio, em que também se estabelecerá a bibliotheca do Districto, acha-se prompta uma grande quantidade de material, e votada a quantia de desesseis contos e oitocentos mil reis. - É grande a importancia d'esta concessão, mas só se pode avaliar devidamente depois de levada a effeito a projectada obra, para cujo começo e activo andamento farei os meus esforços, como convém à mocidade estudiosa d'esta cidade e Districto."



O definitivo alinhamento para as obras do Liceu foi dado pela Câmara Municipal na sua sessão de 19 de julho de 1855. As obras devem ter principiado imediatamente. Em julho de 1856 escrevia o governador civil Silveira Pinto: "Pelo que toca ao Lyceu Nacional d'esta Cidade, vai bastantemente adiantada a construcção do bello edificio."

A construção achava-se quase concluída em fins de 1859. O conselho Escolar do Liceu reuniu-se em 10 de novembro desse ano, para tratar do problema do mobiliário para o novo Liceu. Em 26 de Janeiro de 1860 assina José Estêvão uma carta, dirigida ao reitor Francisco José de Oliveira Queiroz, a qual fala sobre a conclusão das obras do Liceu, e necessidade de requisitar equipamento ao Ministério do Reino.



Sobre o liceu escreveu Marques Gomes em 1875: "O edifício é sem duvida, n'este genero, o primeiro de Portugal... A construção interna e externa é elegante. Às três portas ogivales da entrada, no alto da escadaria exterior correspondem outras tantas no fundo do atrio, comunicando a do centro para o interior do pavimento e as lateraes para as escadarias que vão ao patamar, do meio do qual arranca, em sentido inverso, e alumiada por uma janela ogival, e antigamente por uma claraboia, em forma de zimbório, a escada que dá acesso para o segundo pavimento, occupado pelas aulas, gabinete onde se acham as vitrines, que contem instrumentos de physica, mineralogia, ornitologia etc, sala de espera e bibliotheca... Nas aulas, os logares para os alumnos, formam em frente da cadeira do professor, um amphitheatro de cadeiras de braços em semicírculo."

A verba total gasta na construção aproxima-se de 27 contos de reis. O edifício foi inaugurado em 15 de fevereiro de 1860, tendo como reitor Francisco José de Oliveira Queiroz (nascido a 28 de dezembro de 1804, em Aveiro, era médico).

Na sessão do Conselho, reunido para aprovação de contas, de 10 de julho de 1862, figura o nome do novo reitor, Manuel Gonçalves de Figueiredo. Depois do incêndio ocorrido em 20 de junho de 1864, no edifício do Paço Episcopal, as

repartições do Governo Civil e Fazenda, que nele se encontravam instaladas, passaram para o primeiro andar do edifício do liceu.

Em 21 de outubro de 1866, inaugurou-se no Liceu o retrato de José Estêvão. O retrato é obra do pintor lisbonense José Maria Sales. E encontra-se hoje na sala dos professores da Escola Secundária de José Estêvão.

Um novo reitor assume a direção do Liceu, o professor Clemente Pereira Gomes de Carvalho, que como tal assina as atas desde 27 de julho de 1869 até junho de 1871. A primeira sessão de abertura solene das aulas no Liceu de Aveiro fez-se em 1869. Na ata da sessão de 20 de julho de 1871 aparece como reitor, João de Moura Coutinho de Almeida de Eça.



A ata de 24 de abril de 1880 está assinada também por Álvaro de Moura Coutinho de Almeida de Eça (sobrinho e genro do Reitor João de Moura), mais tarde Reitor. A primeira referência a José Estêvão, em atas do Conselho Escolar, encontra-se na da sessão de 1 de junho de 1882, a propósito do lançamento da primeira pedra do monumento ao grande aveirense.

A ata de 2 de janeiro de 1866 é assinada pelo prof. Sousa e Sá, como reitor interino por falecimento do efetivo (João de Moura) e redigida por Gonçalves de Figueiredo, secretário interino. O novo reitor, José Cândido Gomes de Oliveira Vidal, apresenta-se pela primeira vez perante o Conselho, em 31 de março de 1886. Foi este reitor quem primeiro se esforçou para que do edifício do Liceu

saíssem as repartições do Governo Civil e Fazenda, que desde 1864, ocupavam o primeiro piso.



Na sessão extraordinária de 23 de dezembro de 1887, o Reitor, Cónego Oliveira Vidal, "deu conhecimento aos vogais do conselho da consulta que lhes fora feita pelo Presidente da Comissão Distrital acerca da mudança do liceu para um edifício que se edificasse de novo [...]".

Em 3 de Janeiro de 1888, de novo reúne extraordinariamente o conselho para apreciar e votar o parecer que a referida comissão em seguida apresentou e que é do teor seguinte: - "A Comissão encarregada de dar parecer sobre o projecto apresentado para o edifício do novo Lyceu a edificar no local das ruínas do palacete do Visconde de Almeida [...]"

Em atas do Conselho do Liceu não mais volta a falar-se em mudança. O caso apaixonou a opinião pública e a imprensa local. Como sempre acontece, dividiram-se as opiniões. Durante três meses, diz Homem Cristo, em cada número do *O Povo de Aveiro* publicou-se um artigo sobre o assunto.

Em 22 de Março de 1892 falece o Reitor Cónego Oliveira Vidal, pelo que assume o lugar de Reitor interino o professor Maia Romão; mas na ata de 30 de julho do mesmo ano figura como reitor o professor Manuel Gonçalves de Figueiredo.

Em 14 de setembro de 1895 é Reitor do Liceu o professor Manuel Gonçalves de Figueiredo e professores os seguintes: Maia Romão, Elias Pereira, Álvaro de Eça, José Rodrigues Soares, Manuel Rodrigues Vieira Manuel Rodrigues Vieira, Marques Mano e Ladeira Castro, professores efetivos; e Marques de Castilho, provisório.

Em 24 de outubro de 1895, em virtude do estabelecido pela Reforma de Instrução Secundária de 14 de agosto desse ano, em que pela primeira vez, entre nós, se decretou o ensino de classes, foi nomeado reitor, estranho ao corpo docente, o oficial da Armada, Francisco Augusto da Fonseca Regala. O novo reitor tomou posse pela primeira vez no Conselho Escolar, no dia 2 de novembro de 1895.

De 1901 por diante, modifica-se a situação do Liceu. Da ata de 2 de dezembro desse ano conclui-se que o Liceu acabara de sofrer reparações. Pela ata de 1 de maio de 1903, ficamos a saber que haviam saído do Liceu as repartições de Fazenda. Entretanto, prosseguiram as obras no edifício do Largo do Terreiro para a instalação do Governo Civil e outras repartições.

Na sessão de 5 de abril de 1907, apresentou o Reitor ao Conselho um projeto de uma "Caixa Escolar", chamado "Caixa Escolar do Lyceu Nacional de Aveiro", em forma de associação, tendo por fim constituir capital destinado ao pagamento das despesas a fazer em excursões escolares de estudo e subsidiar estudantes pobres que frequentarem o Liceu, fornecendo-lhes livros, pagando-lhes propinas de matrícula, e quando for possível, conceder-lhes pensões para a sua alimentação.

Na ata do dia 13 de dezembro de 1907, existe uma referência à mudança das repartições do Governo Civil para a casa do Terreiro, deixando o liceu após 43 anos. Na sessão de 6 de março de 1908, o Reitor Regala, que era, ao mesmo tempo, o Presidente da Caixa Económica de Aveiro, comunica ao Conselho Escolar a instituição, pela Caixa Económica, do prémio anual e pecuniário de 30\$00, denominado – Prémio do Governador Civil Nicolau Anastácio

Bettencourt-, a atribuíra ao aluno da 5.<sup>a</sup> classe que conclua com distinção o Curso Geral do Liceu.

Em 1909, ano do 1.<sup>o</sup> centenário do nascimento de José Estêvão, o Conselho Escolar associa-se às festas que por esse motivo se realizaram. Na sessão de 3 de novembro, o Conselho aprovou a proposta de Álvaro d'Athayde de descerrar uma lápide de mármore no átrio do Liceu, onde conste que a construção do mesmo se deve à força e tenacidade de José Estêvão, e ainda em sessão solene ler um elogio histórico ao tribuno na qual se apresentará o Orfeão Académico.

O decreto de 17 de outubro de 1910 demitia todos os reitores. As sessões do Conselho Escolar de 19, 20 e 21 de outubro de 1910, foram presididas pelo professor Elias Fernandes Pereira. A Francisco Augusto da Fonseca Regala sucedeu o reitor Dr. Álvaro de Moura Coutinho de Almeida de Eça, sobrinho do primeiro reitor do Liceu.



No relatório de 1910-1911, queixa-se o Reitor de que "foi adquirido há quasi dois anos, um terreno adjacente ao edifício para a construção do ginásio..." e lá continua o Reitor o seu lamento pela classe de ginástica não ter sala. As obras só continuam em dezembro de 1914.

Em fins de 1916 (decreto de 18 de novembro), graças aos esforços da Câmara de Aveiro e do Dr. Barbosa de Magalhães, o Liceu foi elevado a Central. Por decreto de 24 de abril de 1919, foi adquirido um edifício contíguo ao liceu por dez contos, para ampliar o mesmo. Assim, o liceu com todas as suas dependências passaria a ocupar uma área de 5000 metros quadrados. Todas as obras de adaptação foram executadas sob a direção do reitor Álvaro de Eça. Nos anos seguintes a 1916 e em virtude da elevação do liceu a Central aumentou consideravelmente o número de professores.

## **BIBLIOGRAFIA:**

MOGARRO, Maria João (2006). Arquivos e Educação: a construção da memória educativa [em linha]. *Sísifo: Revista de Ciências da Educação*, Lisboa. N.º 1 (Set./Dez. 2006). p. 71-82. [Consult. 6 Ago. 2009]. Disponível: <<http://www.sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/01sisifopt06.pdf>>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (2019). *Escola Secundária José Estevão* [em linha]. [Consult. 19 de jun. de 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/061>>.

SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (2019). *Escola Secundária José Estêvão, Aveiro* [em linha]. [Consult. 19 de jun. de 2019]. Disponível: <<http://arquivo-ec.sec-geral.mec.pt/details?id=55418>>.

## ESCOLA SECUNDÁRIA LATINO COELHO

O NASCIMENTO DE UM LICEU

### LICEU DE LAMEGO

135 ANOS



A primeira aula no atual edifício da Escola Secundária de Latino Coelho – Lamego teve lugar no dia 16 de janeiro de 1937 com a lição pronunciada pelo Professor da Universidade do Rio de Janeiro, Dr. Afrânio Peixoto, intitulada "D. Portugal". A referida lição foi editada pela Caixa Escolar do Liceu Latino Coelho, em edição própria, num folheto de 20 páginas. Precede o texto da lição inaugural, um texto de abertura e a transcrição das palavras que o Reitor do Liceu de Lamego de então, Dr. Francisco Miranda de Andrade, proferiu aquando da conferência do eminente escritor brasileiro.

O conteúdo da referida aula foi também publicado pelo Diário de Notícias, no seu número de 23 de fevereiro de 1937, igualmente pelo jornal lamecense Beira Douro e pela revista do ensino liceal Labor.

O liceu novo é uma casa sólida, elegante, banhada de luz e com instalações modelares. Foi feita com granito da serra de Avões, a dois quilómetros de Lamego. Compõe-se dum corpo principal com três pavimentos ou pisos e os seguintes anexos: casa do Reitor, oficinas, ginásio, piscina, balneário e cantina; campo de jogos (futebol, patinagem, voleibol, ténis, basquetebol) e recreios de verão e de inverno para rapazes e meninas.



No primeiro pavimento, com átrio espaçoso e um corredor largo de 4m e com 82m de extensão, temos à direita de quem entra: Secretaria e Arquivo; Gabinete do Secretário; Gabinete do Reitor e Sala de espera; recreio de inverno das meninas. À esquerda: vestiário dos rapazes; Sala de visitas dos alunos e professores; Sala de estar dos Professores; Sala do Conselho; Gabinete da Visitadora; Sala de estar das meninas; Biblioteca. O 1.º pavimento está ligado ao 2.º e 3.º por uma escada de 45 degraus, de madeira vinda do Brasil.

Segundo pavimento, à direita de quem sobe: aula do sexto ano; Gabinete do

Diretor das Instalações de Ciências; Laboratório de Química e de Física; saleta escura; sala das balanças; Ciências Biológicas; Museu; Sala de línguas e Gabinete do Diretor do 2.º ciclo. À esquerda: aulas do quarto e quinto ano; anfiteatro; passagem coberta para as Oficinas; sala das Sessões culturais; Gabinete do Diretor do 1º ciclo; sala de aula.

Terceiro pavimento, à direita: aulas do 2º e 3º ano; Salão de estudo; sala de Trabalhos Manuais. À esquerda: aulas do primeiro ano; Sala Colonial muito bem provida; Gabinete de Geografia; Sala de Desenho. Os corredores do 2.º e 3.º pavimento são também largos e extensos, com as dimensões supra mencionadas. Por baixo da Biblioteca temos as caves, para arrumação, e o aquário que serve de estufa com lindos exemplares de begónias.

No mesmo plano do 1º pavimento estão os recreios de verão dos rapazes e das meninas, separados por uma passagem coberta, de cimento, que dá ligação para o outro corpo do edifício que é formado por diversas dependências: Cantina; Ginásio e Salão de festas; Balneário com 20 cabines; Piscina; Sala de Canto coral; Sala e Gabinete da Mocidade Portuguesa; Instalações do Posto médico; Sede da Subdelegacia da Mocidade Portuguesa Feminina e Sala da J.E.C.M.

Todo o edifício tem 208 portas e 327 janelas.



O mobiliário, parte dele é cromado (Gabinete do Reitor, Sala de Conselho e Sala de visitas dos alunos), foi fornecido, na sua quase totalidade, pela Fábrica Portugal, de Lisboa.

O Liceu é profusamente iluminado a eletricidade. A sinalização é feita com lâmpadas coloridas de vermelho. Há telefones em todas as dependências. São quatro os relógios do Liceu, movidos por corrente elétrica e foram instalados pela A.E.G. O relógio da Reitoria comanda as sirenes que anunciam o começo e fim das aulas. No alto da fachada está um relógio cujos ponteiros medem mais de meio metro cada um. A companhia A.E.G. instalou, além dos relógios, toda a sinalização e os telefones com material Siemens.

As paredes dos corredores estão guarnecidas de azulejos até dois metros acima do piso, variando as cores em cada pavimento. O piso dos corredores, das oficinas, da cantina e das instalações sanitárias é de ladrilhos de cores diferentes em cada uma destas dependências.

Está ajardinado todo o terreno jacente ao longo da fachada do edifício. O depósito da água está no último pavimento e tem capacidade para sessenta e

três mil litros. No campo de jogos foi feito um tanque que leva 20 pipas de água. Para elevar a água deste tanque ao depósito há um motor de dois cavalos.



O Agrupamento de Escolas Latino Coelho, em Lamego, foi criado na sequência do processo de agregação homologado por despacho de 28 de junho de 2012, do Exmo. Senhor Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, Mestre João Casanova de Almeida; integra dez estabelecimentos de ensino, desde o Pré-escolar ao Secundário, e tem como escola sede a Escola Secundária de Latino Coelho-Lamego.

Situado numa região predominantemente rural, com relevante implementação de serviços a nível regional, detentora de um invejável património cultural e com fortes potencialidades turísticas, o Agrupamento de Escolas Latino Coelho, Lamego procura, mediante os vários percursos formativos que oferece, ir ao encontro das necessidades da comunidade local e dos interesses dos jovens estudantes.

Assim, a par dos percursos regulares no ensino básico, dos cursos científico-humanísticos no Ensino Secundário, que têm assegurado o ingresso no Ensino

Superior a um elevado número de alunos do Agrupamento, existem percursos curriculares alternativos, nomeadamente Cursos de Educação e Formação de Jovens e Cursos Profissionais, predominantemente orientados para o ingresso na vida ativa. As ofertas educativas do Agrupamento de Escolas Latino Coelho, Lamego passam ainda pelos cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) que dão resposta às necessidades de formação de um elevado número de pessoas da comunidade quer pelas exigências do mercado de trabalho, quer por anseios pessoais.

O Agrupamento investe na educação de crianças, jovens e adultos, visando também outros traços bem distintos, tais como: a abertura à inovação, a competência dos seus profissionais, a destacada vertente humana no acompanhamento muito próximo dos alunos pelos docentes, bem como a atenção e a disponibilidade de todos os recursos humanos para responder às suas necessidades, a melhoria e manutenção dos espaços educativos e o diálogo constante com as entidades locais.

Estas são as características que fazem do Agrupamento de Escolas Latino Coelho, Lamego uma instituição pública de elevada qualidade e que, acreditando no seu potencial humano, nele investe de forma a construir o presente e o futuro.

## BIBLIOGRAFIA:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS LATINO COELHO (2019). *Quem somos* [em linha]. Lamego: AELC [Consult. 19 de jun. de 2019]. Disponível: <<http://www.aelc-lamego.pt/>>.

FIGUEIREDO, Paula; DINIZ, Sofia (2002). *Liceu Latino Coelho, Escola secundária Latino Coelho* [em linha]. Lisboa: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [Consult. 19 de jun. de 2009]. Disponível: <[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=14200](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14200)>.

NOTÍCIAS DE LAMEGO (26 de setembro, 2016). *Investimento de milhões dá “novo rosto” à Secundária de Latino Coelho* [em linha]. [Consult. 19 e junho de 2019]. Disponível: <http://noticiasdelamego.com/2017/11/angelo-moura-visita-obra-futuro-na-secundaria-latino-coelho/>

SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (2019). *Escola Secundária Latino Coelho, Lamego* [em linha]. [Consult. 19 de jun. de 2019]. Disponível: < <http://arquivo-ec.sec-geral.mec.pt/details?id=64285>>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA MARQUES DE CASTILHO, ÁGUEDA**



A Escola Secundária Marques de Castilho é um estabelecimento público de ensino da cidade de Águeda, resultado da transformação em escola secundária da antiga escola industrial e comercial daquela cidade.

O estabelecimento de ensino foi criado a 29 de Janeiro de 1927, tendo tido as seguintes designações:

- Escola Industrial e Comercial de Águeda, desde a sua fundação até 1930, quando por força do Decreto n.º 18 420, de 4 de Junho de 1930, se passou a designar Escola Industrial e Comercial Pedro Nunes;
- Escola Industrial e Comercial Pedro Nunes, de 1930 a 10 de Fevereiro de 1938, quando por portaria daquela data passou a designar-se Escola Industrial e Comercial Madeira Pinto;

- Escola Industrial e Comercial Madeira Pinto, desde 1938 até 1948, ano em que retomou o nome de Escola Industrial e Comercial de Águeda;
- Escola Industrial e Comercial de Águeda, de 1948 a 1978, ano em que por força do Decreto-Lei n.º 80/78, de 27 de Abril, passou a funcionar como Escola Secundária de Águeda;
- Escola Secundária de Águeda, de 1978 a 1984, ano em que passou a designar-se por Escola Secundária Marques de Castilho, adotando como patrono José Marques de Castilho.



A Escola Secundária Marques de Castilho (ESMC), sede do Agrupamento de Escolas de Águeda Sul (AEAS), é uma antiga Escola Industrial e Comercial que comemorou recentemente 89 anos de existência. Pelo seu passado e por aquilo que representa no panorama educativo do concelho de Águeda e da região, a Escola orgulha-se de manter, na sua matriz histórica fundamental, uma profunda ligação ao tecido social e empresarial.

Tendo desempenhado um papel importantíssimo na Educação e na Formação de inúmeras gerações de aguedenses, que viriam a estar na base do dinamismo empresarial deste concelho e da região envolvente, a ESMC, bem

como o AEAS procuram prestar uma particular atenção à qualidade das aprendizagens e ao reconhecimento do mérito e da excelência.

Do ponto de vista dos princípios orientadores do serviço educativo, a sua ação assenta nos seguintes pressupostos: que a Educação e a Formação constituem permanentes desafios à capacidade de inovar, tendo como pano de fundo a diversificação da oferta educativa, o rigor e a exigência, a melhoria dos resultados escolares e a reinvenção dos processos e estratégias utilizados para os alcançar; que a Educação para a vida é um dos maiores desígnios da escola atual.

Sabemos hoje que um dos principais desafios com que os jovens se irão defrontar, ao longo do seu percurso, prende-se precisamente com a sua capacidade de resolver problemas, de se adaptarem a uma realidade que estará em constante mudança e que muito exigirá da sua predisposição empreendedora. Por essa razão, a ESMC tem definido a sua oferta educativa em diálogo constante com o tecido empresarial, procurando aliar os interesses e os anseios da comunidade que serve àquelas que são as necessidades das empresas e do mercado de trabalho.



A Escola mantém protocolos com cerca de 150 empresas e instituições da região, colocando anualmente mais de 250 alunos em formação em contexto

de trabalho. Assim, a ESMC oferece, para além do 3º Ciclo do Ensino Básico, os seguintes cursos de prosseguimento de estudos ao nível do Ensino Secundário: Ciências e Tecnologias, Artes Visuais, Línguas e Humanidades e, ainda, Ensino Articulado da Música.

Para impulsionar este tipo de ensino, inculcando-lhe uma dinâmica experimental que se considera essencial para potenciar o sucesso no Ensino Superior, a Escola estabeleceu uma parceria com o Instituto de Educação e Cidadania (Mamarrosa – Oliveira do Bairro), que funciona como interface entre as universidades e os institutos de investigação e a Escola, desenvolvendo cursos avançados de ciência para alunos e professores nas áreas da Biologia, Química, Biotecnologia e Neurociências. Tal iniciativa foi recentemente premiada pela Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do Projeto «Estímulo à Melhoria das Aprendizagens», com a atribuição de uma comparticipação no valor de 28 mil euros.

Tais cursos, para além de colocarem os jovens em contacto com as mais modernas técnicas de investigação, têm criado uma dinâmica interna que se tem traduzido no surgimento de iniciativas endógenas nas áreas da Eletrónica e Robótica, Informática, Línguas e Culturas Clássicas. Acrescente-se, ainda, que a Escola tem vindo a realizar um importante esforço no sentido de colmatar as necessidades de qualificação de mão de obra, revelando simultaneamente preocupação com o abandono escolar precoce de jovens sem qualquer qualificação profissional.

Escola oferece, neste sentido, um leque de Cursos Profissionais que procuram responder às necessidades do tecido social e empresarial: Técnico de Manutenção Industrial/Eletromecânica, Técnico de Produção em Metalomecânica, Técnico de Eletrotecnia, Técnico de Comércio, Técnico de Informática de Sistemas, Técnico de Análise Laboratorial, Técnico de Design de Moda, Técnico de Apoio à Gestão Desportiva e Técnico de Restaurante/Bar.



O Projeto Educativo em vigor até 2017 tem subjacente um pensamento estratégico que assenta nos seguintes pressupostos: melhoria sustentada dos resultados escolares; combate ao abandono e insucesso escolares; consolidação de uma cultura de avaliação e de melhoria contínua; aprofundamento das relações com o tecido empresarial e com o meio envolvente.

A intervenção na Escola Secundária Marques de Castilho, em Águeda, baseou-se na ampliação dos edifícios existentes, garantido a interligação dos três corpos e aumentado, assim, a capacidade letiva, nomeadamente na área das artes, laboratórios e oficinas.



Com a criação de um novo edifício, foi renovada a imagem da escola para o exterior, dando-lhe uma maior expressão na cidade. Neste novo corpo situam-se os serviços administrativos, as salas de professores, a direção, os laboratórios, o Centro de Novas Oportunidades e a biblioteca, que tem uma localização que privilegia o acesso ao exterior.

A ampliação dos edifícios existentes permitiu a criação de dois pátios: um interior, com acesso direto do átrio de entrada, para onde estão voltados os espaços sociais (o refeitório/sala de alunos, a sala polivalente, a loja escolar, a associação de estudantes), e um segundo onde se localiza o polidesportivo exterior descoberto, servido pelo núcleo de balneários.

## BIBLIOGRAFIA:

JORNAL PÚBLICO (julho de 2016). *Uma Instituição comprometida com o sucesso académico: Escola Secundária Marques Castilho* [em linha]. Sup. ExLibris [Consult. 23 de jun. de 2019].  
<[https://www.esmcastilho.pt/attachments/article/938/ESMC\\_Publico.pdf](https://www.esmcastilho.pt/attachments/article/938/ESMC_Publico.pdf)>.

FREGUESIA DE ÁGUEDA E BORRALHA (2019). *Escola Secundária Marques de Castilho* [em linha]. Águeda: F. A. B. [Consult. 23 de jun. de 2019]. Disponível: <[http://ufagbo.agueda.pt/pages/138?poi\\_id=20](http://ufagbo.agueda.pt/pages/138?poi_id=20)>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (2019). *Escola Secundária Marques de Castilho* [em linha]. [Consult. 23 de jun. de 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/062>>

## **ESCOLA SECUNDÁRIA MONTE DA CAPARICA**



A Escola secundária com 3.º ciclo do ensino básico de Monte da Caparica tem a sua sede localizada na freguesia de União das Freguesias de Caparica e Trafaria, concelho de Almada, distrito de Setúbal.

O Agrupamento de Escolas da Caparica (AEC) foi criado em 26 de abril de 2013 e é constituído por cinco escolas: três do pré-escolar e do 1.º ciclo, Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância da Costa da Caparica (EB1/JICC), Escola Básica José Cardoso Pires (EBJCP) e Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância de Vila Nova de Caparica (EB1/JIVNC); Escola Básica da Costa de Caparica, com 2.º e 3.º Ciclos (EB2, 3CC) e Escola Secundária com 3º ciclo do Monte de Caparica (ESMC), que é a sede do agrupamento. Nesta última funciona o Centro de Formação – CFAECA Almada Forma.

As escolas do agrupamento localizam-se em duas freguesias do Concelho de Almada, distrito de Setúbal. A Escola Básica de Vila Nova da Caparica e a

Escola Secundária estão situadas na União das Freguesias Caparica-Trafaria e as restantes escolas localizam-se na Freguesia da Costa da Caparica.



A zona urbana envolvente das escolas é maioritariamente constituída por um núcleo habitacional antigo e zonas de construção mais moderna, bem como bairros sociais do PIA - Plano Integrado de Almada: Bairros Branco, Amarelo e Rosa. Na freguesia da Costa da Caparica vivem grupos populacionais com perfis socioeconómicos díspares, alunos provenientes de zonas da cidade onde predomina um estrato social que podemos designar por classe média e alunos provenientes de bairros degradados da zona das Terras da Costa, que alojam uma população muito diversificada.



A Escola Secundária do Monte de Caparica integrou o projeto TEIP em 2006 e estendeu-o às escolas do 1.º Ciclo e Básica da Costa da Caparica, a partir da data de constituição do agrupamento.

### **Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância da Costa da Caparica (EB1/JICC)**

A EB1/JICC é uma escola do Plano Centenário e é a mais antiga do agrupamento. Localizada no centro da Costa da Caparica, no Bairro dos Pescadores, tem uma área de terreno de 4119 m<sup>2</sup> e dista da escola sede cerca de 6 km. Teve em funcionamento, no ano letivo 2013/2014, duas turmas do Pré-Escolar e onze do 1.º Ciclo e, no ano letivo 2014/2015, duas turmas do Pré-Escolar e dez do 1º Ciclo.

### **Escola Básica José Cardoso Pires (EBJCP)**

A EBJCP fica localizada em Santo António da Caparica, freguesia da Costa da Caparica, e resultou da reconversão da antiga Escola n.º 1 do Torrão. Inaugurada em 2009, tem uma área de terreno de 6190 m<sup>2</sup> e dista da escola sede cerca de 7 km. Teve em funcionamento nos anos letivos 2013/2014 e 2014/2015 duas turmas do Pré-Escolar e nove do 1.º Ciclo.

### **Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância de Vila Nova da Caparica (EB1/JIVNC)**

A EB1/JIVNC localiza-se em Vila Nova da Caparica, na freguesia União das Freguesias Caparica e Trafaria, foi inaugurada em 2003 e dista da escola sede cerca de 4 km. Teve em funcionamento nos anos letivos 2013/2014 e 2014/2015 duas turmas do Pré-Escolar e oito do 1.º Ciclo.

### **Escola Básica 2/3 da Costa da Caparica (EB2/3CC)**

A EB2/3CC, com vinte e quatro anos de existência, foi fundada em 1991. Localiza-se na freguesia da Costa da Caparica, tem uma área de 26325 m<sup>2</sup> e dista da escola sede cerca de 6 km. É uma escola com 2.º e 3.º ciclos do ensino regular e com Cursos Vocacionais. Teve em funcionamento no ano letivo 2013/2014, quinze turmas do 2.º Ciclo e vinte e cinco turmas do 3.º Ciclo,

sendo três dos Cursos Vocacionais; no ano letivo 2014/2015, dezassete turmas do 2.º Ciclo, sendo uma do Curso Vocacional e vinte e cinco do 3.º Ciclo, sendo três dos Cursos Vocacionais.

### **Escola Secundária do Monte de Caparica (ESMC)**

A ESMC, com trinta e três anos de existência, foi fundada em 1982 e localiza-se na Vila do Monte de Caparica, na freguesia União das Freguesias da Caparica e Trafaria. É uma escola com 3.º ciclo, ensino regular e vocacional, ensino secundário, regular e profissional e ensino noturno. Teve em funcionamento no ano letivo 2013/2014, três turmas do 3.º Ciclo, doze turmas do ensino secundário, duas de CEF, uma do PIEF de 2.º Ciclo e uma do PIEF de 3º Ciclo, quinze turmas dos Cursos Profissionais e duas turmas do curso EFA de nível secundário.

No ano letivo 2014/2015, teve em funcionamento uma turma de 3.º Ciclo do ensino regular, oito turmas do ensino secundário, uma turma de CEF, duas turmas de Cursos Vocacionais, uma do PIEF de 2.º Ciclo e uma do PIEF de 3.º Ciclo, catorze turmas dos Cursos Profissionais, uma de EFA nível básico e duas de EFA nível secundário.

A população escolar é heterogénea e a multiculturalidade é um dos elementos da sua identidade. O agrupamento é frequentado por um largo grupo de alunos nascidos em Portugal, mas provenientes de famílias de imigrantes dos PALOP e um número significativo de alunos estrangeiros de várias proveniências. O maior número de alunos estrangeiros é proveniente de Angola, Cabo Verde e Brasil. Contabilizaram-se alunos provenientes de 28 nacionalidades, num total de 287 alunos estrangeiros (2013/2014) e de 24 nacionalidades, num total de 259 alunos estrangeiros (2014/2015).

## BIBLIOGRAFIA:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA CAPARICA (2019). Escola Secundária Monte de Caparica - Sede de Agrupamento [em linha]. Monte da Caparica: A.E.C. [Consult. 24 de jun. de 2019]. Disponível: <[http://www.malmada.pt/portal/page/portal/EDUCADORA/SISTEMA/REDE\\_ESCOLAR/DETA\\_LHE/?educ\\_rede\\_escolar\\_1=7315186&cboui=7315186](http://www.malmada.pt/portal/page/portal/EDUCADORA/SISTEMA/REDE_ESCOLAR/DETA_LHE/?educ_rede_escolar_1=7315186&cboui=7315186)>.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA CAPARICA (2019). *Regulamento Interno* [em linha]. Monte da Caparica: A.E.C. [Consult. 24 de jun. de 2019]. Disponível: <[http://aemontecaparica.edu.pt/docs/RegulamentoInterno\\_2013.pdf](http://aemontecaparica.edu.pt/docs/RegulamentoInterno_2013.pdf)>.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA CAPARICA (2012). *Plano Plurianual de Melhoria julho 2016* [em linha]. Monte da Caparica: A.E.C. [Consult. 24 de jun. de 2019]. Disponível: [http://www.aecaparica.pt/wp-content/uploads/2016/06/Relatotorio\\_de\\_Autoavaliacao\\_AEC\\_2013\\_2015.pdf](http://www.aecaparica.pt/wp-content/uploads/2016/06/Relatotorio_de_Autoavaliacao_AEC_2013_2015.pdf).

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA CAPARICA (2012). Relatório de auto-avaliação: 2013-2015 [em linha]. Monte da Caparica: A.E.C. [Consult. 24 de jun. de 2019]. Disponível: [http://www.aecaparica.pt/wp-content/uploads/2016/06/Relatotorio\\_de\\_Autoavaliacao\\_AEC\\_2013\\_2015.pdf](http://www.aecaparica.pt/wp-content/uploads/2016/06/Relatotorio_de_Autoavaliacao_AEC_2013_2015.pdf).

## ESCOLA SECUNDÁRIA NUNO ÁLVARES, CASTELO BRANCO

LICEU NACIONAL DE CASTELO BRANCO

LICEU NUNO ÁLVARES



A rede nacional de liceus foi criada em 1852, determinando que todas as capitais de distrito fossem contempladas com um estabelecimento semelhante. À data, já Castelo Branco possuía uma escola, ainda que sem estatuto de liceu, lecionando Gramática Latina, Filosofia e Retórica.

As *Aulas Públicas* haviam funcionado de início em instalações provisórias e, posteriormente, em dependências anexas à capela da Misericórdia Velha. A derrocada do edifício, em 1859, conduziu ao arrendamento de um outro, situado no Largo da Sé, onde o liceu funcionou durante as décadas seguintes.

Neste tempo, o então Liceu Nacional de Beja conheceu um grande aumento do número de alunos e disciplinas lecionadas, ganhando grande prestígio.

Em 1911, foi transferido para o palacete do Paço Episcopal da cidade, e poucos anos mais tarde, em 1918, passou a denominar-se Liceu Nacional Central de Nuno Álvares. Em 1941 teve início a construção de um edifício projetado de raiz para receber a instituição, concluído em 1944 e inaugurado no ano letivo seguinte.

Ao novo liceu, situado na então denominada Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, hoje Avenida Nuno Álvares Pereira, aberta nos anos 30, vieram juntar-se muitos edifícios públicos da mesma época, tal como o quartel dos bombeiros, o mercado municipal, a Caixa Geral de Depósitos, o Cine-Teatro Avenida e o Palácio da Justiça de Castelo Branco, compondo o núcleo estado-novista da cidade.



## CRONOLOGIA

- 1836, 17 de novembro - é aprovado o Plano dos Liceus Nacionais (decreto da Reforma da Instrução Secundária, publicado no DG n.º 275,

de 19 novembro 1836), incluído no vasto programa de reforma dos vários graus de ensino preconizado por Passos Manuel, no qual é reconhecida a importância da instrução secundária e se determina a abertura de um liceu em cada capital de distrito e dois em Lisboa; no entanto, a difícil conjuntura económica e social da época e, consequentemente, a incapacidade do governo setembrista em investir avultadas verbas, quer na construção de um vasto parque escolar, quer na formação de docentes, conduz a que este plano fique, em grande parte, por concretizar; em Castelo Branco continua a lecionar-se apenas as cadeiras de Gramática Latina, Filosofia e Retórica, introduzidas após a Reforma Pombalina, no século 18, e destinadas, essencialmente, à formação de quadros para o funcionalismo regional e à preparação de seminaristas;



- 1844, 20 de setembro - o "Decreto acerca da Instrução Pública" (DG, 28 set. 1844, n.º 220) publicado pelo governo de Costa Cabral, institui importantes alterações curriculares, entre as quais, a introdução de novas disciplinas a lecionar em todos os liceus (Gramática Portuguesa e Latina, Latinidade, Aritmética e Geometria, Filosofia, Oratória, História e Geografia) e outras específicas para cada liceu, como é o caso da

Agricultura e Economia Rural a lecionar no Liceu de Castelo Branco;

- 1847 - é nomeado o corpo docente para o Liceu de Castelo Branco, António José de Sousa professor das cadeiras de História e de Oratória, José Joaquim Magro, enquanto regente de Gramática Latina e de Latinidade, e, por último José Marques Leite, para lecionar Filosofia e Aritmética;
- 1848 - de acordo com o relatório oficial do Conselho Supremo de Instrução Pública, o Liceu de Castelo Branco não foi ainda constituído por falta de edifício próprio; no final deste ano o liceu, em condições precárias, inicia o seu funcionamento;
- 1851, 2 de junho - são exarados, em livro próprio, os primeiros termos de exames;



- 1852, 12 de março - é nomeado o primeiro reitor do liceu, José António Mourão, que permanecerá no cargo apenas até outubro do mesmo ano;

2 de maio - realiza-se a primeira reunião do Conselho do Liceu; 8 de julho - em sessão solene, é declarado definitivamente constituído o Liceu Nacional de Castelo Branco (Auto da Constituição Definitiva do Liceu, IAN/TT, Fundo do Ministério do Reino, mç. 3862);

- 1852-1863 - o liceu funciona em duas salas do primeiro andar da ala nascente do edifício do antigo hospital da Misericórdia de Castelo Branco (v. IPA.00011628), no topo da mesma ala estava instalada a Escola de Ensino Mútuo, cuja sala, por ser maior, era por vezes ocupada para a realização de exames; a exiguidade do espaço e a degradação do edifício desaconselharam a nomeação de mais professores, pelo que o currículo escolar não sofreu quaisquer alterações durante esse período de tempo;
- 1863, 16 de junho - a precariedade das instalações anteriores, agravadas por um desmoronamento ocorrido em 1859, conduziram à obtenção de uma autorização do Ministério do Reino para se proceder ao aluguer de uma casa senhorial no Largo da Sé;
- 1864-1865 - embora estejam longe de ser consideradas ideais, as novas instalações permitem já a lecionação de mais disciplinas, são então introduzidas no currículo escolar as línguas estrangeiras (Francês e Inglês), as Artes, a Aritmética e a Geometria;
- 1866-1867 - inicia-se o ensino da Física, da Química e da História Natural; 1870 - no reitorado do vigário-geral José Joaquim Pombo (reitor entre 1868-1871), o liceu recebe, como legado do seu primeiro reitor, José António Mourão, a sua biblioteca particular, a este fundo inicial juntar-se-iam os fundos provenientes da Mitra e dos extintos conventos de Santo António e da Graça, assim como, posteriormente, o do Colégio de São Fiel (v. IPA.00013945), após a sua extinção em 1910;



- 1873 - em carta dirigida ao Ministério do Reino, o reitor, Joaquim Duarte Moreira de Sousa (reitor entre 1871-1876), queixa-se do edifício, que, no seu dizer, tem péssima distribuição interna, salas muito pequenas e insuficiente material didático; por esta altura e nas décadas que se seguiram o liceu tem muito poucos alunos inscritos, aumentando a sua afluência apenas em época de exames, quando recebe os alunos enviados pelo vizinho colégio jesuíta de São Fiel;
- 1883-1884 - são inscritas as primeiras alunas externas; 1885-1888 - Domitília de Carvalho (1871-1966), que seria, mais tarde, a primeira mulher portuguesa licenciada em Medicina e reitora do Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho (v. IPA.00007293), é a primeira aluna interna do Liceu de Castelo Branco;
- 1910 - após a reforma do ensino de 1894-1895, protagonizada por Jaime Moniz (1837-1917), o liceu ganha prestígio, à data da implantação da República tinha já 212 alunos inscritos, no ano seguinte, com a extinção do Colégio de São Fiel, a sua frequência passa a ser de 302 alunos;

- 1911 - o liceu é, então, instalado no antigo Paço Episcopal (v. IPA.00003917); 1914-1915 - após a realização de obras de adaptação, o liceu passa a dispor de 11 salas de aula, uma sala de Desenho, um museu de História Natural, laboratório de Físico-Química, biblioteca, reitoria, secretaria, salas para pessoal docente e discente, arrecadações, salas de apoio ao laboratório, posto meteorológico, pátios para recreios das alunas e dos alunos;



- 1917-1918 - a população estudantil ascendia aos 361 alunos;
- 1918, 24 de julho - é aprovada, em reunião do Conselho Escolar, a figura de Nuno Álvares como patrono da escola; 1922-1923 - a conjuntura social provocada pela participação portuguesa na Grande Guerra, pela fome e pela pneumónica, conduz a um decréscimo da população estudantil, agora apenas com 236 alunos;

- 1933-1934 - o número de alunos inscritos volta a crescer, sendo agora de 707; 1934, 21 dezembro - é fixada, pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, a obrigatoriedade de todas as câmaras municipais do continente e ilhas promoverem o levantamento de plantas topográficas e elaborarem, até 1937, planos gerais de urbanização, o que viria a influenciar a localização da maioria dos liceus a construir nas novas áreas de crescimento urbano das cidades (Decreto-lei n.º 24 802/1934, DG, I série, n.º 299), em posição de destaque, como é requerido a edifícios destinados à formação de uma elite nacional;
- 1938 - é fixado o "Plano de 38" com a aprovação do programa das novas construções, ampliações e melhoramentos dos edifícios liceais e respetivos encargos (Decreto-lei n.º 28604/1938, DG, I série, n.º 91), a sua execução fica a cargo da Junta das Construções do Ensino Técnico e Secundário (JCETS); no referido plano é prevista a construção de raiz, em terreno a negociar com a Câmara Municipal de Castelo Branco (CMCB), de um liceu misto com capacidade para 16 turmas (cerca de 560 alunos), destinando-se para o efeito a quantia de 4.300.000\$00; a opção pela construção de um edifício de raiz é justificada pela JCETS pelo facto do edifício do antigo Paço Episcopal, que se encontrava em parte arruinado e a necessitar de grandes obras de adaptação e de reconstrução, não o permitir, pela sua inclusão no interior da malha urbana; 1940, junho - é apresentado o projeto, de "um edifício em dois pisos, tendo apenas numa pequena parte um outro piso inferior, e abrange dois pátios separados pelas instalações de Educação Física" (MOPC/JCETS, 1941, p. 16, citado em MARQUES, 2003, p. 83) da autoria do arquiteto José Costa e Silva e dos engenheiros Artur Bonneville Franco e António Carvalho Lopes Monteiro, todos pertencentes ao quadro técnico da JCETS;
- 1941, janeiro - inicia-se a obra, adjudicada 4.239.200\$00, nos terrenos cedidos para o efeito pela autarquia, em zona de expansão urbana, com a fachada principal "sobre a avenida que liga a estação de caminho de

ferro à Praça Nova, e constitui o principal arruamento da cidade" (Idem, ibidem); nos anos seguintes a obra decorre morosamente, para o que contribuem as dificuldades em garantir mão de obra, bem como a aquisição e o transporte dos materiais; neste mesmo ano, no primeiro Relatório dos Trabalhos Realizados, 1940, apresentado pela JCETS é anunciado um "Programa Geral para a Elaboração dos Projectos dos Liceus", que explicita todas as exigências e características espaciais a que os edifícios devem responder, quer no que respeita à representação espacial da organização curricular, quer quanto à distribuição dos vários serviços, quer quanto à forma como o edifício deve garantir a separação dos sexos, num liceu misto, e a dos ciclos, em todos os liceus; este programa uniformiza a linguagem arquitetónica e urbanística utilizada, de modo a servir os ideais historicistas e de carácter representativo pretendidos pelo Estado Novo; 1941, fevereiro - um ciclone assola a cidade de Castelo Branco causando estragos no edifício do Paço Episcopal, no entanto, e por se estar a construir um novo edifício para liceu, é tomada a opção de só realizar as obras estritamente necessárias ao funcionamento das aulas;



- 1944-1945 - a frequência do liceu desce para 431 alunos, dificuldades económicas e o crescimento do ensino particular (mais reputado) são razões apontadas para o decréscimo; 1946, Páscoa - as obras são

dadas por concluídas e feita a mudança das instalações; teve por custo final 6.759.729\$51, ultrapassando a dotação inicialmente atribuída para a sua construção; 2 de maio - são solenemente inauguradas as novas instalações;

- 1949 - a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais procede a obras várias no edifício do Paço Episcopal para aí instalar diversos serviços públicos que se encontravam mal instalados em edifícios alugados;
- 1949-1950 - no pós-2.<sup>a</sup> Guerra Mundial a população estudantil não cessa de aumentar, sendo, neste ano letivo, de 636 alunos;
- 1950-1951 - ultrapassada a capacidade prevista no projeto inicial, o reitor, Joaquim Sérvulo Correia (reitor entre 1946-1951), solicita a abertura de mais oito salas conseguidas por prolongamento das alas laterais;
- 1952, maio - é colocada no átrio da escola uma escultura de D. Nuno de Raúl Xavier, executada na oficina de Belém; 1954, 6 novembro - um forte tornado assola a cidade de Castelo Branco, causando vítimas e danos no imóvel; o reitor, Mourão Correia (reitor entre 1953-1959), manda executar obras de emergência na ala norte do imóvel (a menos atingida), passando as aulas a funcionar em regime de desdobramento, enquanto decorrem as obras de reparação na ala sul;
- 1954-1955 - a população estudantil ascende aos 878 alunos, sendo que neste ano a população feminina ultrapassa pela primeira vez a masculina;
- 1956-1957 - Mourão Correia eleva o número de salas pedido para 12; 1959 - conclusão das obras executadas pela DGEMN; 1959-1960 - são já 1259 os alunos inscritos; neste ano, ao entrarem em funcionamento

as 9 novas salas, para se evitar desdobramento as turmas funcionam com excesso de alunos;

- 1962-1963 - os vestiários são transformados em salas de aula;
- 1965, 18 março - o governador civil de Castelo Branco, Simplício Barreto Magro, em carta dirigida ao diretor-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Eduardo de Arantes e Oliveira (1907-1982), solicita a construção de um pavilhão gimnodesportivo na cerca do liceu; o pedido é, no entanto, negado pelo excesso de instalações na cerca, que reduzem em muito o espaço livre para recreio; 1967-1968 - o liceu atinge um máximo de 1373 alunos;
- 1978, 27 de abril - passa a designar-se Escola Secundária Nun'Álvares (Decreto-lei n.º 80/78, publicado no DR, 1.ª série, n.º 97, termina com a distinção entre liceus e escolas técnicas, uniformizando as designações do ensino secundário); 2006, 24 agosto - o edifício está em vias de classificação, nos termos do Regime Transitório previsto no n.º 1 do Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 173/2006, DR, 1.ª série, n.º 16, tendo esta caducado, visto o procedimento não ter sido concluído no prazo fixado pelo Artigo 24.º da Lei n.º 107/2001, DR, 1.º série A, n.º 209 de 08 setembro 2001;
- 2009-2011 - encontram-se previstas obras de requalificação das instalações a realizar pela empresa pública Parque Escolar, E.P.E., no âmbito da execução da terceira fase do Programa de Modernização das Escolas do Ensino Secundário afetas ao Ministério da Educação; o projeto, da autoria do arquiteto João Mendes Ribeiro (1960- ), prevê a ampliação das instalações para uma capacidade prevista de 48 turmas, conseguida a partir da construção de um novo corpo a S., paralelo ao existente, destinado à instalação das áreas de restauração e de novas tecnologias, e de um novo pavilhão desportivo a O, procurando respeitar a lógica funcional anterior, para o imóvel original são previstas a

recuperação e a remodelação dos espaços existentes, maioritariamente destinados a salas de aulas e espaços administrativos;

- 2011, agosto - por decisão do ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato (1952- ), é suspenso o Programa de Modernização das Escolas do Ensino Secundário afetas ao Ministério da Educação, a intervenção de requalificação da Escola secundária Nuno Álvares não chegou a ser iniciada;
- 2013 - é criado o mega Agrupamento de Escolas Nuno Álvares, que congrega a até então escola não agrupada Secundária Nuno Álvares e os antigos agrupamentos Faria de Vasconcelos e Cidade de Castelo Branco, sendo assim a escola sede de um agrupamento vertical composto pelas escolas básicas do 1.º ciclo com jardim de infância da Boa Esperança, de Escalos de Baixo e Malpica do Tejo, as escolas básicas do 1.º ciclo do Cansado, da Horta Alva, da Mata e de Nossa Senhora da Piedade, Escola Básica dos 1.º e 2.º Ciclo e Jardim de Infância Faria de Vasconcelos, Escola Básica dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclo e Jardim de Infância Cidade de Castelo Branco

## BIBLIOGRAFIA:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS NUNO ÁLVARES (2018). *Regulamento interno* [em linha]. Castelo Branco: A.E.N.A. [consult. 26 de set. de 2019]. Disponível: [https://drive.google.com/file/d/1A9\\_cbYy9\\_q8awXL-lqiznTMJEKoY9V1Z/view.>](https://drive.google.com/file/d/1A9_cbYy9_q8awXL-lqiznTMJEKoY9V1Z/view.>).

ATLAS SCHOOL ARCHITECTURE IN PORTUGAL: EDUCATION, HERITAGE AND CHALLENGES (s.d.). *Gallery*. [em linha] Lisboa: Instituto Superior Técnico [Consult. 26 de set. de 2019]. Disponível: <[<http://asap-ehc.tecnico.ulisboa.pt/index.php>](http://asap-ehc.tecnico.ulisboa.pt/index.php)>.

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL (s.d.). *Liceu Nuno Álvares de Castelo Branco* [em linha]. Lisboa: D.G.P.C. [Consult. 24 de jun. de 2019]. Disponível: <[<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/16899766>](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/16899766)>.

GAZETA DO INTERIOR (16 de setembro de 2015). *Escola Nuno Álvares recebe obras de requalificação* [em linha]. Castelo Branco: Informarte, Informação Regional, SA [Consult. 26 de set. de 2019]. Disponível: <[<http://www.gazetadointerior.pt/media/692744/1396.pdf>](http://www.gazetadointerior.pt/media/692744/1396.pdf)>

SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (s.d.). *Escola Secundária Nuno Álvares, Castelo Branco* [em linha]. Lisboa: Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo [Consult. 26 de set. de 2019]. Disponível: <[<http://arquivo-ec.sec-geral.mec.pt/details?id=61689>](http://arquivo-ec.sec-geral.mec.pt/details?id=61689)>.

TERENO, Paula (2015). *Liceu Nacional de Castelo Branco, Liceu Nuno Álvares, Escola Secundária Nuno Álvares* [em linha]. Forte de Sacavém: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [Consult. 24 de jun. de 2019]. Disponível: <[<http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=9216>](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9216)>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA PADRÃO DA LÉGUA, MATOSINHOS**



O Agrupamento de Escolas de Padrão da Légua (AEPL) foi criado por Despacho do Senhor Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, em 28 de junho de 2012 e resulta da agregação do Agrupamento de Escolas de Leça do Balio (anteriormente homologado por despacho do Senhor Diretor Regional de Educação do Norte, em 19 de abril de 2002), da Escola Secundária do Padrão da Légua e da Escola EB da Amieira (anteriormente pertencente ao Agrupamento de Escolas da Senhora da Hora).

Este agrupamento constitui uma unidade orgânica de ensino, pertencente à rede pública do Ministério de Educação e Ciência e tem sede na Escola Básica e Secundária do Padrão do Légua, situada na Rua dos Fogueteiros, no Padrão da Légua, na União de Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões, concelho de Matosinhos, distrito do Porto. Esta unidade orgânica integra o Conselho Municipal de Educação de Matosinhos.



O Agrupamento de Escolas de Padrão da Légua, constituído pela Escola Básica e Secundária de Padrão da Légua (escola-sede), uma escola básica com 2.º e 3.º ciclos e quatro escolas básicas com educação pré-escolar e 1.º ciclo, situa-se no concelho de Matosinhos, distrito do Porto, e foi criado em junho de 2012.

O Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas do Padrão da Légua constitui o eixo estratégico que visa dar sentido ao processo de reconstrução da orientação educativa das instituições escolares recém agrupadas, a Escola Secundária do Padrão da Légua e o Agrupamento de Escolas de Leça do Balio.



Pretende-se que a identidade emergente renasça num contexto de pluralismo e de afirmação de autonomia e evolua no sentido de eleger as singularidades identitárias que caracterizam os contextos específicos e indissociáveis a cada escola para produzir as transmutações necessárias a nível organizacional, numa lógica de integração das valências múltiplas das realidades integradas. Assim, este primeiro Projeto Educativo consagra os eixos norteadores que definem a orientação estratégica que tornará possível delinear o percurso futuro do Agrupamento, assente no conceito de desenvolvimento integrado e sistémico.



Este projeto encontra-se sustentado, em termos legais, na definição que consta no Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, que o elege como o documento que consagra a orientação educativa do Agrupamento, no qual se explicitam princípios, valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas se propõe cumprir a sua função educativa.

A orientação educativa do Agrupamento, expressa no presente documento, integra princípios orientadores, operacionalizados em áreas de intervenção que consignam finalidades e objetivos estratégicos, dos quais emergem as metas

associadas a indicadores e meios de verificação, indexados ao quadro de referência para avaliação externa das escolas, definido pela IGEC.

## BIBLIOGRAFIA:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PADRÃO DA LEGUA (2014.). *Avaliação externa das escolas: relatório, 2014-2015* [em linha]. Matosinhos: A.E.P.L. [consult. 10 de set. de 2019]. Disponível: <[http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE\\_2015\\_Norte/AEE\\_2015\\_AE\\_Padrao\\_Legua\\_R.pdf](http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE_2015_Norte/AEE_2015_AE_Padrao_Legua_R.pdf)>

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PADRÃO DA LEGUA (s.d.). *A missão, a visão e os valores* [em linha]. Matosinhos: A.E.P.L. [consult. 10 de set. de 2019]. Disponível: <<http://www.aeplegua.pt/o-agrupamento/a-missao-a-visao-e-os-valores-1/valors>>.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PADRÃO DA LEGUA (s.d.). *Projeto educativo do agrupamento* [em linha]. Matosinhos: A.E.P.L. [consult. 10 de set. de 2019]. Disponível: <[http://www.aeplegua.pt/o-agrupamento/identidade/pea/at\\_download/file](http://www.aeplegua.pt/o-agrupamento/identidade/pea/at_download/file)>.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PADRÃO DA LEGUA (s.d.). *Resenha histórica* [em linha]. Matosinhos: A.E.P.L. [consult. 10 de set. 2019]. Disponível: <<http://www.aeplegua.pt/o-agrupamento/identidade/hist>>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA PADRE ANTÓNIO VIEIRA, LISBOA**

**LICEU PADRE ANTÓNIO VIEIRA**



O Liceu Padre António Vieira foi construído no novo Bairro de Alvalade. Em 1945, após Étienne de Groër ter definido as grandes linhas de desenvolvimento para a cidade de Lisboa, foi aprovado o Plano de Urbanização a Sul da Avenida Alferes Malheiro (atual Avenida do Brasil) da autoria do Arquiteto Faria da Costa.

O Bairro de Alvalade baseou-se neste plano e foram definidas 8 células resultantes da estrutura viária principal, assumidas como unidades de urbanização distintas, separadas entre si pelas vias que lhe davam servidão. Cada uma das células era organizada em torno de um equipamento escolar.



Foram construídas 5 escolas primárias: a Escola Técnica Elementar Eugénio dos Santos (projeto do Arquiteto José Costa Silva), o Liceu Feminino da Rainha Dona Leonor (projeto do Arquiteto Augusto Brandão) e o Liceu Masculino Padre António Vieira (projeto do Arquiteto Ruy Jervis d'Athouguia).

O Arquiteto Ruy d'Athouguia é também autor do projeto das escolas primárias das células 7 (Bairro de São Miguel) e célula 8 (Rua Teixeira de Pascoais). Para a construção deste liceu foi destinado um terreno que se verificou não ser propício ao fim em vista, pois apresentava na diagonal, um desnível brusco da ordem dos 14 metros. Como confinava com uma zona verde, permitiu ao arquiteto deslocar o edifício do local previsto, de maneira a evitar o aludido desnível.



Estudou-se depois o arranjo urbanístico da zona de maneira a obter um enquadramento adequado.

O terreno fica situado num ponto dominante o que permitirá, com o enquadramento vegetal proposto, que o grande corpo de aulas, com o seu volume simples e ritmado se destaque como perspetiva de verdadeiro interesse urbano.



As circulações interiores estão resolvidas com base num único núcleo de comunicação constituído por uma galeria na zona de serviços comuns,

desenvolvidos num só piso e por uma rampa no corpo de aulas, que tem 4 pisos.

Os vários serviços estão de acordo com o programa, distribuídos com a maior independência e localizados relativamente uns aos outros de maneira a que o conjunto resulte funcionalmente o mais correto possível. Assim, o edifício distribui-se por três blocos autónomos que comunicam entre si: o corpo das salas de aula, o corpo da Entrada principal e o corpo da Educação Física.



### **Breve cronologia:**

- 1959 - o arquiteto Ruy Jervis d'Athouguia (1917-2006) elabora o projeto para o Liceu Masculino de Alvalade, estabelecimento a construir em terrenos localizados na periferia N. do Bairro de Alvalade, junto à Avenida do Brasil, dotando-se este bairro com um equipamento capaz de responder ao crescimento da população escolar, então em expansão;
- 1963 - conclusão da obra;
- 1965 - o novo liceu, que recebe por patrono o Padre António Oliveira, é

inaugurado;

- 1975 - após a alteração ocorrida no sistema político português em 25 de Abril de 1974, o antigo Liceu passa a Escola Secundária, sendo de frequência mista;
- 1980, década de - a população escolar que frequenta a escola chega a atingir os 2000 alunos, ao mesmo tempo que ao estabelecimento, tal como em décadas anteriores, se continua a associar uma imagem de ensino qualificado;
- 1990, década de - o decréscimo da população em idade escolar afeta, a par de outros problemas, o antigo liceu, que vê descer a frequência para níveis aproximados ao número de alunos do tempo da inauguração;
- 2003 - neste ano letivo a Escola Secundária da Cidade Universitária e a Escola Secundária Padre António Oliveira são fundidas, iniciando-se um movimento de recuperação tanto da imagem da escola como das suas instalações.

## BIBLIOGRAFIA:

ATLAS OF SCHOLL ARCHITECTURE IN PORTUGAL (s.d.). *Liceu Padre António Vieira* [em linha]. Lisboa: Instituto Técnico Superior [Consult. 24 de jun. de 2019]. Disponível: <http://asap-ehc.tecnico.ulisboa.pt/database/escola.php?id=16>

BANDEIRA, Filomena (2007). *Liceu Padre António Vieira, Escola Secundária Padre António Vieira* [em linha]. Forte de Sacavém: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [Consult. 24 de Jun. de 2019]. Disponível: <[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=25591](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=25591)>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (2019). *Escola Secundária Padre António Vieira* [em linha]. [Consult. 24 de jun. 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/096>>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA QUINTA DO MARQUÊS, OEIRAS**



A escola Secundária Quinta do Marquês está localizada em Oeiras e foi criada pela Portaria n.º 587/93, de 11 de junho, e foi inaugurada no dia 17 de março de 1993.

A sua origem resultou da junção de duas escolas que já existiam: a Escola Secundária de S. Julião e a Secção da Escola Secundária Sebastião e Silva. Atualmente tem uma população que ultrapassa os 1000 alunos, num total de 40 turmas, 20 do 3.º ciclo do ensino básico e 20 do ensino secundário, todas a funcionar em regime diurno. A oferta dos planos curriculares estende-se do 7.º ao 12.º ano.

No ensino secundário predomina a oferta de cursos gerais Científico - Humanísticos, na área das Ciências e Tecnologias, Artes Visuais, Ciências Sócio - Económicas, Línguas e Humanidades. A escola oferece ainda recursos profissionalizantes na área da multimédia.



Os critérios que determinam a definição da oferta educativa prendem-se com as expectativas educativas do meio envolvente, o que leva a que a oferta se centre nos cursos orientados para o prosseguimento dos estudos. O símbolo da escola, encontrado por concurso proposto aos alunos, representa a esfinge do Marquês de Pombal, cujo nome e local de residência designou a esta escola.



Os planos curriculares estendem-se do 7º ao 12º ano. No ensino secundário predomina a oferta de cursos gerais/Científico-Humanísticos, na área das ciências e tecnologias (maioritária), artes visuais, ciências socioeconómicas e línguas e humanidades.

No âmbito do desenvolvimento do regime jurídico de autonomia da escola, consagrada pelo Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro, e ao abrigo do Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto -Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, e pela Portaria n.º 265/2012, de 30 de agosto, e demais legislação aplicável, o Ministério da Educação e Ciência (MEC), através da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DEGstE), e a Escola Secundária Quinta do Marquês celebram e acordam entre si o presente contrato de autonomia, que se rege pela regulação suprarreferida.



A Escola Secundária da Quinta do Marquês foi intervencionada no âmbito do Programa de Modernização do Parque Escolar, EPE, destinado ao Ensino Secundário, sendo, atualmente, constituída por vários corpos interligados entre si.

O corpo A, composto por dois pisos, é onde se encontram os espaços de direção, as salas de pausa de professores, a sala de grandes grupos e algumas salas de aula. O corpo B, também constituído por dois pisos, alberga

salas de aulas e laboratórios, enquanto no corpo C e D se encontram as salas de artes, salas TIC e a sala de expressões dramáticas. O corpo E é composto pelo átrio de entrada, espaços administrativos, biblioteca escolar e alguns gabinetes. O espaço de recreio exterior é constituído por zonas de estar e espaços verdes.

## **BIBLIOGRAFIA:**

ESCOLA SECUNDÁRIA QUINTA DO MARQUÊS (2018). *Caracterização da escola* [em linha]. Oeiras: E.S.Q.M. [Consult. 10 de set. de 2019]. Disponível: <<http://www.esqm.pt/index.php?pg=1&spg=12>>.

ESCOLA SECUNDÁRIA QUINTA DO MARQUÊS (2018). *Regulamento interno* [em linha]. Oeiras: E.Q.M. [Consult. 10 de set. de 2019]. Disponível: <<http://www.esqm.pt/documentos/Regulamento%20Interno%20ESQM.pdf>>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (s.d.). *Escola Secundária da Quinta do Marquês* [em linha]. [Consult. 10 de set. de 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/172>>.

SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (s.d.). *Escola Secundária Quinta do Marquês, Oeiras* [em linha]. Lisboa: Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo [Consult. 10 de set. de 2019]. Disponível: <<http://arquivo-ec.sec-geral.mec.pt/details?id=55683>>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA DA RAINHA D. LEONOR, LISBOA**



O Liceu Rainha Dona Leonor foi criado em 1947, para funcionar na zona ocidental da cidade de Lisboa, e instalou-se no Palácio da Ribeira situado na Rua da Junqueira. A sua frequência era exclusivamente feminina. Em 1961 alojou-se no edifício que ainda hoje ocupa, no bairro de Alvalade, freguesia de S. João de Brito, em Lisboa. O atual edifício tem um formato em U e é constituído por três pisos, desenvolvendo-se de Nascente para Poente, tendo a sua fachada principal voltada a Norte. Nas traseiras, localiza-se a zona de recreio que acompanha todo o edifício.

Após abril de 1974, a população escolar passou a ser mista, tendo o termo Liceu dado lugar à designação Escola Secundária. Na atualidade, a Escola Secundária Rainha D. Leonor leciona o 3.º ciclo do ensino básico 7.º, 8.º e 9.º anos, ensino secundário 10.º, 11.º e 12.º anos e ensino recorrente noturno (unidades capitalizáveis, módulos capitalizáveis, CEF e EFA). No ensino secundário funcionam os quatro agrupamentos, na via do prosseguimento dos estudos, o Curso Tecnológico de Multimédia e o Curso Profissional de Técnico

de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos entre outros. A origem da Escola Secundária Rainha Dona Leonor.



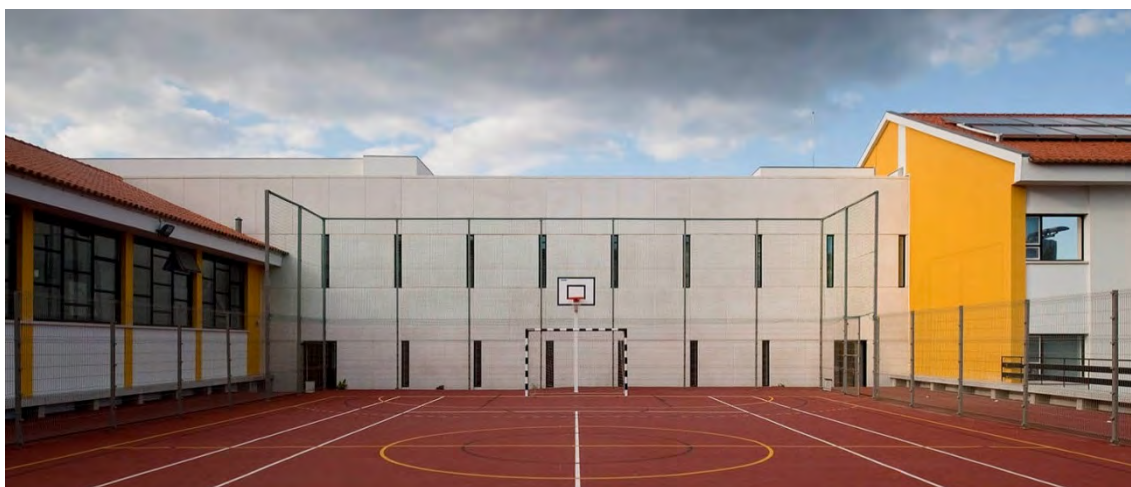
A Escola com o nome de Dona Leonor existiu primeiro noutra local de Lisboa, na Rua da Junqueira, entre as escadinhas de Santo Amaro e Belém, numa casa antiga cuja história vamos recordar. Foi só nos primeiros anos do século XVIII que o sítio da Junqueira, antes deserto de gente, começou a desenvolver-se. Prova disso foi a construção de uma casa aí, por um cônego principal da Sé de Lisboa, na qual trabalhou um arquiteto húngaro, Carlos Mardel, que andara nas obras do Aqueduto das Águas Livres e que construiu o poço da referida casa. Em 1803, o edifício pertencia a uma família fidalga (do Conde de Cavaleiros, D. Gregório de Meneses).

D. Gregório e uma sua irmã, Dona Eugénia, eram pessoas importantes na época e exerciam funções no Palácio onde vivia a Família Real portuguesa. Tendo pedido uma licença para passar algum tempo na casa do irmão, na Junqueira, certa noite a senhora desapareceu. Soube-se mais tarde que fora raptada por um médico e conduzida à cidade espanhola de Cádiz, em circunstâncias mal-esclarecidas.

O médico, embora ausente, foi julgado em tribunal e condenado à forca. Entre 1852 e 1912, morou na mesma casa da Junqueira um conhecido dramaturgo, chamava-se D. João da Câmara. A casa tem, numa das paredes, uma pedra a

assinalar esse seu inquilino. Mais tarde viveu lá o Visconde do Marco. Nas primeiras décadas do século XX instalou-se aí uma escola secundária, na altura designada Liceu, com o nome da Rainha Dona Leonor.

Na década de 40, o Estado Novo projetou a construção do Bairro de Alvalade (entre a atual Avenida Brasil a norte; a linha férrea que atravessa a Avenida de Roma, a sul; a Avenida - do Aeroporto - Gago Coutinho, a este, e a Rua de Entrecampos - Campo Grande, a oeste) bairro modelo para a época, organizado segundo princípios internacionais a que deviam obedecer as cidades, estabelecidos num documento, de 1943, designado Carta de Atenas (as cidades devem ter em conta o bom funcionamento e qualidade de vida dos seus habitantes em quatro aspetos fundamentais: habitação, trabalho, circulação, divertimento). Nessa ordem de ideias, os habitantes do Bairro de Alvalade necessitavam, também, de escolas para os seus filhos.



Foi assim que veio a surgir aí um edifício para albergar o Liceu Rainha D. Leonor, continuando a existir a escola na Rua da Junqueira durante pelo menos quatro anos devido ao aumento da população escolar. Na Rua da Junqueira continuou depois como estabelecimento de ensino, mas com outro nome: Rainha D. Amélia. A rua, onde ainda hoje se encontra a escola, adquiriu o nome de Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921, escritora e pedagoga lisboeta, casada com o poeta Gonçalves Crespo, com cuja a colaboração

JGIM

JGIM



Inserese na chamada arte funcional, tendência artística que parte do princípio de que, na arquitetura, na urbanização, no mobiliário, a forma deve estar perfeitamente adequada à função a desempenhar (na ESRDL ainda se pode verificar isto, por exemplo, no mobiliário da Biblioteca que, felizmente para o património de todos nós, se mantém quase sem alterações). Quanto à arquitetura (cujos projetos, no Bairro, estiveram a cargo de Jacobetty Rosa e Fernando Silva) podemos reconhecer influências em especial de dois grandes arquitetos do funcionalismo: o suíço Le Corbusier e o alemão Walter Gropius.

O primeiro concebia os edifícios conciliando (a partir do emprego do retângulo) formas geométricas com as necessidades da vida humana. Foi com a forma de dois retângulos organizados em L que nasceu a nossa Escola (atualmente

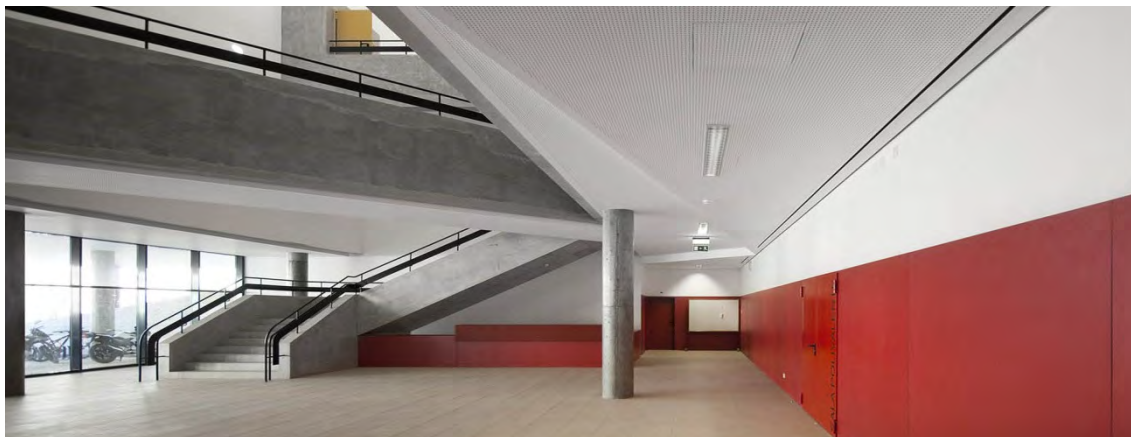
organiza-se em três retângulos porque em fins dos anos 60/70, do século XX, foi construída a parte nova, a Este, tapando a comunicação visual com o parque INATEL - Estádio 1.º de Maio).

Essa alteração pode inclusive explicar um defeito estrutural que a Escola inicialmente não tinha: o da repercussão excessiva dos sons do pátio, nas salas de aula. O cuidado com os aspetos humanos aliados à construção pode reconhecer-se, por exemplo, na disposição dos laboratórios e das salas de aula, estas últimas predominantemente viradas a sul para serem aquecidas pelo sol durante o inverno. Por serem utilizados com menor permanência e mais facilmente se suportar, aí, o frio, os diversos laboratórios de ciências foram colocados do lado norte assim como as salas de professores e da direção. São também reconhecíveis preocupações com o aproveitamento correto da luz nas salas de aula incidindo, para os alunos, a partir da esquerda de modo a não prejudicar a visão aplicada aos trabalhos escolares.



O doseamento dessa mesma luz fazia-se, primitivamente, através de persianas interiores laminadas na horizontal. A construção de escolas estava regulamentada, na época, embora as regras estabelecidas nem sempre tenham podido ser aplicadas de forma tão perfeita como aqui. A boa arrumação das salas foi também prevista tendo sido equipadas com bengaleiros de madeira, ao correr da parede no seguimento da porta, entretanto arrancados para dar lugar a mais alunos.

A Escola foi inaugurada no ano de 1961 como escola feminina, conforme os usos daquele tempo, correspondendo, no Bairro de Alvalade, ao liceu masculino Padre António Vieira, cujos alunos quotidianamente se podiam ver na Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, à espera das suas colegas. O segundo grande arquiteto que atrás referimos, W. Gropius, fundador da importante escola de arquitetura designada BAUHAUS defendia a integração dos edifícios no ambiente natural (o que na ESRDL se aplicou através do prolongamento pelo parque INATEL, antiga FNAT, - dado que inicialmente a Escola era aberta desse lado - e ainda pelo restante enquadramento de árvores e arbustos).



Outro aspeto defendido por Gropius era a abertura dos edifícios ao exterior pelo emprego do vidro nas fachadas, o que acontece largamente na Escola Rainha D. Leonor cujo projeto é da autoria do arquiteto Augusto Brandão sendo a área verde da responsabilidade do engenheiro agrónomo Caldeira Cabral. No átrio principal, destaca-se um conjunto escultórico magnífico da autoria de Mestre Soares Branco. O referido conjunto é composto pela estátua da Rainha D. Leonor, pelo camaroeiro e pela imagem do confessor da Rainha - Frei Miguel Contreiras - enquadrada por algumas das obras de Misericórdia."

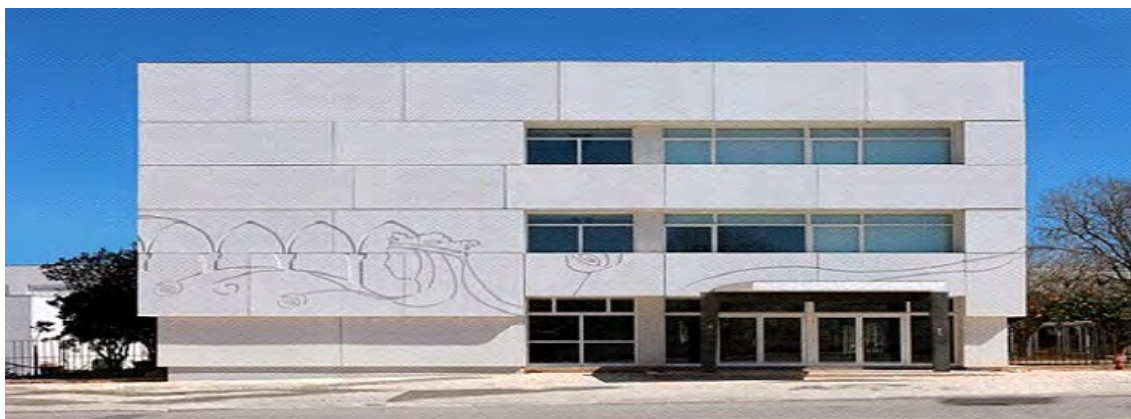
## BIBLIOGRAFIA:

PARQUE ESCOLAR, EPE (2011). *Escola Secundária Rainha Dona Leonor* [em linha]. [Consult. 23 de jun. de 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/095>>.

SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (2019). *Escola Secundária da Rainha D. Leonor, Lisboa* [em linha]. [Consult. 23 de jun. de 2019]. Disponível: <<http://arquivo-ec.sec-geral.mec.pt/details?id=50184>>.

TERENO, Paula (2014). *Liceu Rainha Dona Leonor, Escola Secundária Rainha Dona Leonor* [em linha]. Lisboa: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [Consult. 23 de jun. de 2019]. Disponível: <[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=22019](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22019)>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA RAINHA SANTA ISABEL, ESTREMOZ**



A Escola Secundária da Rainha Santa Isabel de Estremoz (ESRSI) é uma Escola de Serviço Público e localiza-se num dos principais eixos de ligação da área metropolitana de Lisboa a Madrid e à Europa, sendo sede de um concelho com uma área aproximada de 513,8 km<sup>2</sup>.

A elevação deste estabelecimento à categoria de Escola Industrial deu-se no ano de 1930, sendo-lhe atribuída a designação oficial de Escola Industrial António Augusto Gonçalves. Neste período, sob a direção do docente Luís Fernandes, as instalações foram transferidas para a Rua da Pena. O poeta e escritor Sebastião da Gama foi docente neste estabelecimento de ensino e destacou-se pelos seus métodos pedagógicos inovadores. O número de alunos inscritos, nesta altura, rondava os quarenta.

Em 1948, recebeu a designação de Escola Industrial e Comercial de Estremoz, mas só no ano de 1952 foi transferida provisoriamente para o antigo Palácio Real do Castelo (antiga Sala de Armas de D. João V, hoje Pousada Rainha

Santa Isabel). O número de alunos matriculados era então cerca de seiscentos e cinquenta.

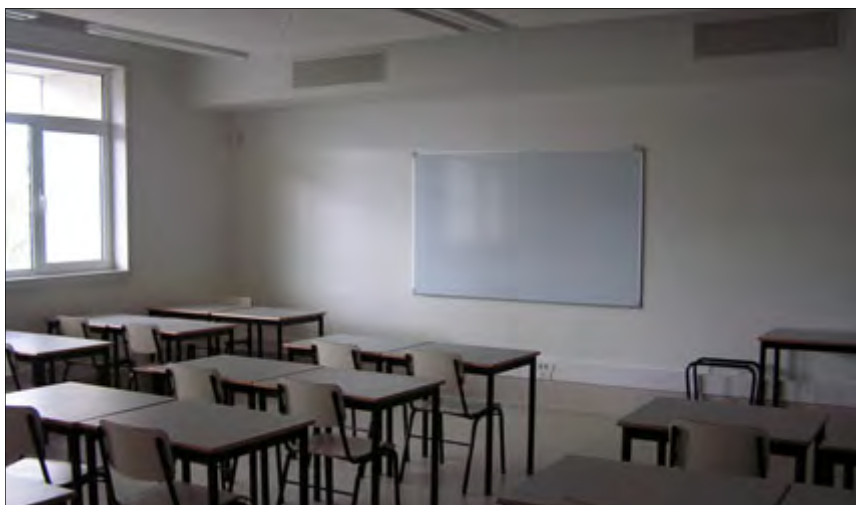


No ano de 1962, deu-se a conclusão das obras de um novo edifício escolar. Dois anos depois, mais precisamente no dia 13 de abril, durante o mandato do Diretor Peres Claro, e graças a muitas diligências suas, é inaugurado o edifício atual, construído de raiz para o efeito.

Entre 1974 e 1975, a escola volta a mudar de designação passando a ser conhecida por Escola Secundária de Estremoz, à qual é anexada neste ano a Secção Liceal de Estremoz do Liceu Nacional de Évora (o qual funcionava desde o ano letivo de 1971/72). Onze anos depois, o número de alunos matriculados ultrapassava os mil e quatrocentos.



No dia 2 de abril de 1987, sai a Portaria que define a nova designação da Escola Secundária da Rainha Santa Isabel e dois anos depois entra em vigor o novo modelo de gestão, que obrigou à reformulação de alguns órgãos intermédios de gestão.



A Gestão Flexível de Currículo é implementada, no sétimo ano de escolaridade, no ano letivo de 2000/01. A escola torna-se, assim, a primeira escola Secundária da Direção Regional de Educação do Alentejo com esta nova modalidade curricular.

A implementação do projeto TurmaMais aconteceu no ano letivo de 2002/2003. Este projeto tinha como objetivo reduzir o insucesso, o que sucedeu logo no

primeiro ano com o sétimo ano de escolaridade. O insucesso foi reduzido de 38% para 16%. No ano letivo 2010/11, este projeto foi implementado em sessenta e seis escolas do país, projetando desta forma o nome da Escola Secundária Rainha Santa Isabel.

A escola foi objeto de uma ampliação no ano letivo de 2005/06.



No ano letivo de 2007/08, iniciou-se o primeiro Contrato de Autonomia celebrado com o Ministério de Educação. O segundo Contrato de Autonomia, presentemente em vigor, celebrou-se no ano letivo de 2012/2013.

A Escola Rainha Santa Isabel foi uma das várias escolas secundárias a sofrer um processo de requalificação e remodelação levado a cabo pela empresa Parque Escolar, entre julho de 2009 e dezembro de 2010. As novas instalações cumprem as atuais exigências de conforto, segurança e acessibilidade para todos.

A escola possui um conjunto de infraestruturas ímpares ao nível do equipamento e do material didático disponibilizado aos nossos alunos. Tendo como horizonte um ensino de qualidade, a escola está dotada de ferramentas e materiais pedagógicos inovadores que possibilitam o ensino de todas as áreas do saber. Todas as salas de aula estão equipadas com computador, videoprojector, ligação à internet, quadro interativo e/ou quadro branco.

## BIBLIOGRAFIA:

ESCOLA SECUNDÁRIA DA RAINHA SANTA ISABEL (2019). *Contextualização Histórica* [em linha]. Estremoz: E.S.R.S.I [Consult. 23 de jun. de 2019]. Disponível: <<http://www.esrsi.edu.pt/index.php/2014-09-16-08-28-09/historia>>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (2019). *Escola Secundária Rainha Santa Isabel* [em linha]. [Consult. 23 de jun. de 2019]. Disponível: <https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/100>>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA SÁ DA BANDEIRA, SANTARÉM**



Pela Portaria de 13 de setembro de 1843, do Ministério do Reino, foi dado o primeiro sinal de criação do Liceu de Santarém. Em ofício expedido de 4 de outubro do mesmo ano, pelo Conselho Superior de Instrução Pública ficou estabelecido que nas casas disponíveis do antigo colégio desta vila, onde já se acha a Escola Normal Primária e de Ensino Mútuo, sejam também colocadas as cadeiras de Latinidade e Filosofia a todas as do Ensino Secundário, ou quaisquer outros estabelecimentos literários, que de futuro venham a existir.

Tratava-se de um edifício, antigos Paços Reais, onde funcionara o Colégio Companhia de Jesus desde 1621 até à extinção da dita ordem pelo Marquês de Pombal e que, por decisão de D. Maria I em 1780, passara para tutela do Patriarcado de Lisboa, com o objetivo de ali se instalar um Seminário Patriarcal.

O percurso de vida do liceu cruza-se com a história desta instituição de ensino religioso, não só pela partilha de espaços como por uma relação umbilical que se estabelece entre as duas entidades a partir do ano de 1854, data em que o

Liceu de Santarém é incorporado no Seminário Patriarcal. Apesar da prescrição legal de início do seu funcionamento para o ano letivo 1843/44, a atividade educativa do Liceu só nos é dada a conhecer a partir do ano de 1847/48.

Em ata do Conselho Escolar de 6 de outubro de 1851, e seguindo as orientações do Conselho Superior de Instrução Pública, o reitor e comissário de estudos davam o liceu como definitivamente constituído, providos que estavam todos os lugares de professores. Dois anos depois, o Seminário Patriarcal reiniciava a sua atividade de educação religiosa de mancebos e, por carta de 12 de agosto de 1854, o Liceu de Humanidades existente em Santarém, que há muitos anos funcionava no pátio das aulas do mesmo edifício era incorporado nessa instituição, sob a reitora comum de Joaquim Moreira Pinto.



Os seminaristas faziam os estudos preparatórios conjuntamente com os alunos do liceu e completavam os estudos religiosos no seminário. Nesse mesmo ano habilitaram-se para exame 53 alunos do liceu e 55 do seminário, sendo necessário o recurso aos professores do instituto de exames. A afirmação do liceu na prestação de um ensino secundário público e laico fez-se um pouco à revelia da relação que mantinha, por força de lei, com o Seminário Patriarcal, instituição religiosa.

Os seus responsáveis falavam na ação funesta que o ensino do liceu exercia nos alunos seminaristas e na quebra da sua vocação religiosa pelo convívio com os outros colegas: ali se lhes destruía qualquer vocação que tivesse para a vida eclesiástica, empregando-se para isso a entrega de livros de más doutrinas, e outros meios que tornavam odioso o estado do sacerdócio.



Este conflito de fundo, entre distintos objetivos educativos, envolvia interesses contraditórios e punha a nu o problema principal, que era a questão da tutela. As posições assumidas pelo liceu marcavam a luta pela autonomia administrativa e pedagógica, publicamente conhecidas e apoiadas pela imprensa local. O corte deu-se em 1875, com a separação dos alunos do seminário e do liceu, sendo necessário contratar novos professores e reorganizar os estudos dos futuros religiosos. Novamente foram chamados alguns docentes do liceu que exerceram a profissão nas duas instituições. Com a subida do liceu a 1.<sup>a</sup> classe, no início da década de 60, assistimos ao começo de uma fase de expansão do liceu.

Esta fase corresponde à reitoria de Joaquim Maria da Silva, que permanecerá na liderança da instituição cerca de 40 anos, dando-lhe um cunho muito pessoal em termos de gestão administrativa e pedagógica, contribuindo para

uma maior autonomia e prestígio. Como Comissário de Estudos, o reitor alargava o seu campo de ação junto dos professores da instrução primária do distrito, granjeando para a instituição que tutelava um elevado prestígio, ocupando um lugar de charneira no campo da instrução em geral.



No ano de 1911 o liceu passou a designar-se de Liceu Nacional Sá da Bandeira em honra do ilustre santareno. O edifício do Seminário, progressivamente ocupado pelo Liceu ao longo dos anos, já não comportava o número crescente de pedidos de inscrição de alunos e alunas. Em 1940 iniciou-se a construção de um edifício no planalto de São Bento, segundo modelo oficial das construções escolares do Estado Novo, da autoria do arquiteto José Costa Silva, tendo o mesmo sido inaugurado em 11 de outubro de 1943.

No ano de 1948/49, esta instituição adotou o nome de Liceu Nacional de Santarém, a qual, em 1979/80, no âmbito das inúmeras reformas da época, passou a Escola Secundária de Sá da Bandeira, perpetuando, desta forma, o nome do insigne liberal.

## BIBLIOGRAFIA:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SÁ DA BANDEIRA (2016). *Avaliação externa das escolas: relatório* [em linha]. Santarém: A.E.S.B. [Consult. 24 de jun. de 2019]. Disponível: <[http://www.ige.min-edu.pt/upload/PUBLICACOES/AEE/SANTAREM/SANTAREM\\_Santarem\\_AEE\\_AE\\_Sa\\_Bandeira\\_2016\\_2017\\_R.pdf](http://www.ige.min-edu.pt/upload/PUBLICACOES/AEE/SANTAREM/SANTAREM_Santarem_AEE_AE_Sa_Bandeira_2016_2017_R.pdf)>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (2019). *Escola Secundária Sá da Bandeira* [em linha]. [Consult. 24 de jun. de 2009]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/081>>.

SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (2019). *Escola Secundária Sá da Bandeira, Santarém* [em linha]. [Consult. 24 de jun. de 2019]. Disponível: <<http://arquivo-ec.sec-geral.mec.pt/details?id=51211>>.

TERENO, Paula (2014). *Liceu Nacional de Santarém, Liceu Central de Sá da Bandeira, Liceu Nacional Central de Sá da Bandeira, Liceu de Santarém, Escola Secundária Sá da Bandeira* [em linha]. Lisboa: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [Consult. 24 de jun. de 2019]. Disponível: <[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=21204](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21204)>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA SEBASTIÃO E SILVA, OEIRAS**



Em 1844, através do Decreto-lei n.º 34143, de 24 de novembro, art.º 1, estabelece-se a criação de um Liceu Nacional, de dezasseis turmas, destinado à população escolar das zonas dos concelhos de Oeiras e Cascais, servido pela respetiva linha férrea. Esta decisão, determinada pelo crescimento populacional da Linha do Estoril, altera a que tinha sido estabelecida anteriormente, de criar na zona ocidental da cidade de Lisboa um liceu de 16 turmas, misto. É de todos conhecida a crescente e rápida expansão das numerosas povoações servidas pela linha de caminho de ferro de Cascais - expansão que constitui, sob vários aspetos, benéfico descongestionamento da capital.



A criação de um liceu nessa zona, que tem uma população superior à de muitas capitais de distrito, apresenta vantagens de ordem geral que são de considerar, como seja, e em primeiro lugar, a de servir os interesses de mais de 20 000 famílias, com filhos a educar, sem a sujeição a longas distâncias a percorrer, a atrasos e faltas às aulas em virtude das dificuldades de transporte, a riscos de trânsito citadino e a contingências de perigo moral para crianças inexperientes. Há, por outro lado, a vantagem de aliviar os liceus da capital (do Decreto-lei n.º 34143).

Em 1947: atribuição do nome — o Decreto-Lei n.º 36 508, de 17 de setembro, atribui ao Liceu criado em 1944 a denominação de Liceu de Oeiras, estabelecendo-lhe frequência mista e ensino no 1.º e 2.º ciclos liceais (atuais 5.º a 9.º anos de escolaridade).

Em 1950: construção — Início da construção do edifício, com salas previstas para 35 alunos cada.

Em 1952 — fixação dos quadros. O Decreto-lei n.º 38 807, de 29 de junho de 1952, fixa os quadros de pessoal docente: 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º e 9.º

grupos: um professor efetivo para cada grupo; 8.º grupo: 2 professores efetivos. E esclarece que, enquanto não for designado Reitor, as suas funções serão exercidas por um Inspetor do ensino liceal, em regime de acumulação. Início de funcionamento.

Em 1 de outubro de 1952, com duas turmas do 1.º ano, uma do 2.º, duas do 3.º, uma do 4.º e uma do 5.º (as turmas do 2.º, 4.º e 5.º são mistas, por não terem número de alunos suficiente para desdobrarem por sexo), iniciam-se as aulas no Liceu de Oeiras. Inauguração solene (18 de outubro de 1952).



O Liceu de Oeiras é inaugurado oficialmente em cerimónia realizada no seu ginásio. Simbolicamente, são inaugurados na mesma cerimónia os liceus de Aveiro e de Póvoa do Varzim, as Escolas Técnicas Josefa de Óbidos e Nuno Gonçalves, de Lisboa, e Gomes Teixeira, do Porto. A cerimónia decorre com a presença do Presidente da República, General Craveiro Lopes, do Ministro da Educação, Pires de Lima, do Ministro das Obras Públicas, Frederico Ulrich, do Administrador Delegado da Junta de Construções Escolares, do Comandante

Geral da Armada, do Diretor do Instituto de Altos Estudos Militares, do Comandante da GNR, do Comandante da Guarda Fiscal, do Comandante da Defesa Marítima de Lisboa, do Comandante Geral da PSP, do Presidente do Conselho Superior de Obras Públicas, do Diretor Geral da Fazenda Pública, do Diretor Geral do Ensino Técnico, do Diretor Geral do Ensino Liceal, do Diretor Geral do Ensino Primário, do Comissário Distrital da União Nacional, dos Presidentes das Câmaras de Oeiras, Cascais e Lisboa, do Chefe de Serviços de Imprensa do SNI e do Conselheiro de Estado Caeiro da Mata que, quando Ministro da Educação Nacional, promulgara em 1944 o Diploma que criou o liceu, entre outros. A inauguração verifica-se com as obras da primeira fase concluídas. Mais tarde, será construída uma nova ala. Nesse ano inaugural, constituíam o corpo docente 14 professores, sendo 5 deles efetivos.

Entrada em funções do Reitor. Em 29 de outubro de 1952, é nomeado Reitor o Dr. Ilídio Mexia de Brito, que se manteve em funções até 1974, altura em que pediu a sua aposentação.



Em 1956 — no liceu passa a funcionar o 3.º ciclo, correspondente aos atuais 10.º, 11.º e 12.º anos, com turmas mistas, quando o número de alunos em cada alínea (atuais agrupamentos) não fosse suficiente para formar turmas separadas por sexos.

Anos 50/60 — A frequência do Liceu cresceu exponencialmente, recebendo quer alunos da zona que servia inicialmente, quer alunos excedentários doutros liceus. O edifício não comporta a frequência. Efetua-se a adaptação de alguns espaços.

Em 1957/58 — é iniciado o regime de desdobramento total -- meninas de manhã, rapazes no turno da tarde.

Em 1959/60 — o edifício é completado com um novo pavilhão (atual pavilhão de Ciências) e mais dois ginásios. Durante este período, o Liceu abriu Secções em Algés, Amadora e Nova Oeiras e teve que recorrer à instalação de pavilhões pré-fabricados nos pátios.

No final dos anos 60, a entrada em funcionamento do Liceu de S. João do Estoril e a redefinição das zonas pedagógicas Oeiras-Sintra-Cascais, nomeadamente com a modificação das áreas de influência do ensino particular, descongestiona ligeiramente o Liceu, mas a relação com os estabelecimentos de ensino particular agrava em muito o movimento de exames escritos e orais que nele passam a realizar-se.



Em 1974 — Na sequência da modificação do regime político, cessam funções os órgãos diretivos dos Liceus. No caso de Oeiras, o Reitor é substituído por uma Comissão de Gestão eleita com representantes do pessoal docente, discente, administrativo e auxiliar. É eleito Presidente da Comissão de Gestão o Dr. Luís António Ardisson Pereira e Presidente do Conselho Administrativo o ex-Vice-Reitor Dr. José Duarte da Silva Paulo. Antigos e novos dirigentes colaboram até final do ano letivo e o Reitor Mexia de Brito deixa o Liceu com um almoço de homenagem no refeitório, participado amplamente.

Anos 70/80 — o Liceu voltou a crescer desmedidamente, recebendo, agora, alunos filhos de portugueses retornados das ex-colónias. Durante este período, abriu Secções em S. Pedro do Estoril, na Colónia Balnear Infantil do Século e numa antiga maternidade do Monte do Estoril. Neste período, iniciou o ensino noturno e construiu dois pavilhões-oficina em alvenaria.



A partir de 1980 — abriu uma Secção na Quinta do Marquês, em pavilhões pré-fabricados, Secção que veio a autonomizar-se como Escola Secundária da Quinta do Marquês.

Em 1975 — por proposta do Dr. Silva Paulo, o Liceu solicitou, em 1975, autorização para ter como patrono o Prof. Sebastião e Silva, grande matemático português ligado ao Liceu de Oeiras pelas ações de formação de professores que nele realizou e que foram pioneiras nas áreas pedagógica e da didática das matemáticas.

A Escola Secundária Sebastião e Silva tem hoje uma rede informática que abrange todas as salas de aula, o que constitui um recurso didático-pedagógico à disposição dos professores e permite o registo eletrónico de sumários e marcação de faltas, com disponibilização de informação em-linha. No ano da Comemoração dos 50 anos de funcionamento, constituiu-se a Associação de Antigos Alunos e Amigos do Liceu Nacional de Oeiras/Escola Secundária Sebastião e Silva.

A partir de 28 de junho de 2012, a Escola Secundária Sebastião e Silva, antigo Liceu de Oeiras, é sede do Agrupamento de Escolas de São Julião da Barra. A Escola Secundária Sebastião e Silva leciona o terceiro ciclo e o ensino secundário a cerca de 1300 alunos, dos cerca de 3000 que frequentam o Agrupamento. É servida de bons espaços interiores e exteriores, tem uma excelente biblioteca, ampla e com um acervo de cerca de 12000 livros, possui 2 auditórios, um de 54 e outro de 230 lugares, tem refeitório, 3 ginásios, um campo de jogos exterior, parques de estacionamento para motos, bicicletas e carros, modernos laboratórios, um núcleo museológico, bons acessos, designadamente de comboio e de autocarros, e é sede do Centro de Formação das Escolas do Concelho de Oeiras (CFECO).

## **BIBLIOGRAFIA:**

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE JULIÃO DA BARRA (2016). Avaliação externa das escolas: relatório, 2016, 2017 [em linha]. Oeiras: A.E.J.B. [Consult. 10 de set. de 2019]. Disponível: <[http://www.ige.min-edu.pt/upload/PUBLICACOES/AEE/LISBOA/LISBOA\\_Oeiras\\_AEE\\_AE\\_S\\_Juliao\\_Barra\\_2016\\_2017\\_R.pdf](http://www.ige.min-edu.pt/upload/PUBLICACOES/AEE/LISBOA/LISBOA_Oeiras_AEE_AE_S_Juliao_Barra_2016_2017_R.pdf)>.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE JULIÃO DA BARRA (2014). *Escola Secundária Sebastião e Silva, Oeiras* [em linha]. Oeiras A.E.J.B. [Consult. 10 de set. de 2019]. Disponível: <<https://www.aesjb.edu.pt/index.php/es-sebastiao-e-silva/institucional-esss/apresentacao-esss>>.

PARQUE ESCOLAR, EPE, (s.d.). *Escola Secundária Sebastião e Silva* [em linha]. [Consult. 10 de set. de 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/pt/escola/086>>.

SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (s.d.). *Escola Secundária Sebastião e Silva, Oeiras* [em linha]. Lisboa: Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo [Consult. 10 de set. de 2019]. Disponível: <<http://arquivo-ec.sec-geral.mec.pt/details?id=50241>>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA SOARES DE BASTO, OLIVEIRA DE AZEMÉIS**



A Escola Secundária Soares Basto, em Oliveira de Azeméis, foi inaugurada no dia 8 de dezembro de 1927, então com o nome de Escola de Artes e Ofícios de *O Comércio do Porto*, mandada construir por Bento Carqueja. A construção foi paga com parte do dinheiro deixado pelo testamento de Francisco Alves Soares Basto. O remanescente destinou-se à financiar despesa com a instrução de crianças e jovens de famílias pobres e a construir uma Escola Primária em Palmaz, Oliveira de Azeméis.

De 1930 a 1948, passou a chamar-se *Escola Industrial*. De 1948 a 1979, tornou-se Escola Industrial e Comercial de Oliveira de Azeméis. Após a extinção do ensino industrial em 1978, passou a denominar-se Escola Secundária de Oliveira de Azeméis, pelo menos até 1998, ano em que passou a designar-se com o nome do seu patrono, Soares Basto.

Em suma: desde a sua criação, a Escola Secundária Soares Basto teve as seguintes designações: (1) Escola de Artes e Ofícios *O Comércio do Porto*, de Oliveira de Azeméis (1927-1930); (2) Escola Industrial *O Comércio do Porto* (1930-1948); (3) Escola Industrial e Comercial de Oliveira de Azeméis (1948-1979); (4) Escola Secundária de Oliveira de Azeméis (1979-1998) e (5) Escola Secundária Soares Basto (1998-2015).

E o Decreto n.º 9736, de 28 de maio de 1924, dado nos Paços do Governo da República pelo Presidente Manuel Teixeira Gomes, ordena, no seu art.º 1.º, a criação em Oliveira de Azeméis de uma escola de artes e ofícios, que, enquanto não puder ser instalada na sede do concelho, em edifício que virá a ser doado ao Estado pelo jornal Comércio do Porto, ficará alojada no edifício construído pelo mesmo jornal na freguesia de Palmaz, doado ao Estado para este fim e ao qual não poderá ser dado outro destino. O art.º 2.º estabelece que o corpo docente da Escola de Artes e Ofícios de Palmaz será constituído por um professor de desenho geral e especializado, dois mestres e uma mestra.



O preâmbulo do Decreto, que penso podermos classificar como a certidão de nascimento desta Escola onde nos encontramos, refere a benemerência de Soares Basto, registando ainda que na sua origem esteve uma proposta de Nuno Simões, na altura Ministro do Comércio e Comunicações, sob cuja tutela se encontrava a Direção Geral do Ensino Comercial e Industrial.



Escassos quatro meses mais tarde, a edição do Diário do Governo de 29 de agosto de 1924 publica a Portaria n.º 4 182, igualmente da iniciativa do Ministério do Comércio das Comunicações, cuja cadeira, entretanto fora ocupada por Henrique Sátiro Lopes Pires Monteiro, que refere expressamente:

“Tendo em atenção que foi a benemérita doação dos bens do falecido capitalista Francisco Alves Soares Basto que permitiu ao jornal Comércio do Porto a construção, em Palmaz, Oliveira de Azeméis, do edifício escolar onde vai ser instalada a escola de carpintaria, serralharia e trabalhos femininos, que deverá ter a sua sede naquela vila quando ali for construído edifício próprio pelo mesmo jornal, manda o Governo da República, pelo Ministério do Comércio e das Comunicações, que a escola de carpintaria, serralharia e trabalhos femininos de Oliveira de Azeméis, se denomine Escola de Artes e Ofícios de Soares Basto”.

Os atos festivos da inauguração da Escola de Artes e Ofícios decorreram nos dias 7 e 8 de dezembro de 1927. Em 1962 foi inaugurado o atual edifício, presidindo na altura à Câmara o Dr. Artur Correia Barbosa. Todos aceitarão sem o mínimo esforço que a vinda do ensino técnico para Oliveira de Azeméis representou, na altura, um significativo, um decisivo avanço.

O ensino técnico era então raro privilégio de raros centros urbanos, e Oliveira de Azeméis pouco passava além de uma vila provinciana conhecida pela fábrica do vidro, pela fábrica do papel, pelas belezas naturais e pelo Parque de La-Salette.



Agrupamento de Escolas Soares Basto<sup>3</sup> (AESB) nasce em 2012 (Decreto-Lei n.º 137/2012) e resulta da união do Agrupamento de Escolas Bento Carqueja<sup>4</sup> e a Escola Secundária Soares Basto. Os princípios e valores a adotar no âmbito deste projeto educativo visam promover e reforçar a cultura e qualidade pedagógica, designadamente: em consequência da reorganização da rede escolar no concelho de Oliveira de Azeméis, efetuada em maio de 2012, e o último movimento anual de rede (2015), integram o Agrupamento de Escolas Soares Basto as seguintes escolas:

- Escola Básica n.º1 de Oliveira de Azeméis;
- Escola Básica n.º4 Oliveira de Azeméis;
- Escola Básica n.º1 Comendador António da Silva Rodrigues, UI;
- Escola Básica de Madail;
- Escola Básica n.º1 do Cruzeiro, Alvão, Macinhata da Seixa;
- Escola Básica e Secundária Soares Basto – Escola Sede do Agrupamento.

O AESB inscreve-se no concelho de Oliveira de Azeméis, distrito de Aveiro, com uma área de 161,1 Km<sup>2</sup> e uma população de, aproximadamente 69 000 habitantes. Os Censos 2011 revelam um decréscimo populacional na ordem dos 2000 habitantes e uma redução de 2,8% da taxa de natalidade.

Em termos económicos, as atividades predominantes são a indústria transformadora, que assume grande relevância nacional e internacional, o

<sup>3</sup> O processo de administração e gestão inaugura-se por despacho de 28 de junho de 2012.

<sup>4</sup> Desde a sua criação, o Agrupamento de Escolas Bento Carqueja teve as seguintes designações: (1) Escola Preparatória Bento Carqueja (1969-1997); (2) EB 2,3 Bento Carqueja (1997-2003); e (3) Agrupamento de Escolas Bento Carqueja (2003-2012).

comércio e os serviços. Produz sobretudo calçado, metalurgia e metalomecânica, com especial relevância para os moldes, plásticos, de que se destaca os componentes para a indústria automóvel, produtos agroalimentares (lacticínios), vidro, descasque e embalagem de arroz, colchões, confeções, cobres e loiças metálicas.

A estrutura empresarial dominante é a microempresa (93,4%), seguindo-se as pequenas empresas (5,6%). A empregabilidade é assegurada maioritariamente pelo setor secundário (56%) e pelo setor terciário (43%). A taxa de desemprego tem acompanhado a tendência de subida registada no âmbito nacional, que segundo os censos de 2011 era 8,85%.

## BIBLIOGRAFIA:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SOARES BASTO (2018). *Regulamento interno* [em linha]. Oliveira de azeméis: A.E.S.B, [Consult. 24 de jun. de 2019]. Disponível: <<https://w2.soaresbasto.pt/wp-content/uploads/2017/05/Projeto-Educativo-7-julho-final.pdf>>.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (06 dezembro de 2017). *Oliveira de Azeméis assinala 100 anos da morte de Soares Basto e 90 da escola que doou* [em linha]. Lisboa: LUSA [Consult. 24 de jun. de 2009]. Disponível: <<https://www.dn.pt/lusa/interior/oliveira-de-azemeis-assinala-100-anos-da-morte-de-soares-basto-e-90-da-escola-que-doou-8967388.html>>.

PARQUE ESCOLAR, EPE (2019). *Escola Secundária Soares Basto* [em linha]. [Consult. 24 de jun de 2019]. Disponível: <<https://www.parque-escolar.pt/docs/escolas/caracteristicas/112-3011.pdf>>.

ROBOREDO, Ana; OLIVEIRA, Joaquim (s. d.). *École secondaire Soares Basto* [em linha]. Oliveira de Azeméis: Navarra [Consult. 24 de jun. 2019]. Disponível: <<http://www.navarraaluminio.com/fr/portfolio-des-travaux/ecole-secondaire-soares-basto.html>>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA STUART CARVALHAIS, MASSAMÁ**



A Portaria n.º 549/98 de 19 de agosto, publicada no Diário da República n.º 190/98- 1ª série-B, criou uma escola de 2.º e 3.º ciclos em Massamá, para dar resposta à rutura da rede escolar que se verificava nesta zona suburbana em grande crescimento.

A Escola iniciou as suas atividades no princípio do 2.º período do ano letivo de 1988/89, com o nome de Escola Secundária n.º 2 de Queluz. Foi criada por Despacho ministerial de setembro de 1988, alegadamente para suprir carências da rede escolar na, ainda, freguesia de Queluz.

Agrupamento de Escolas de Massamá - caracterização do agrupamento.



Localizado no concelho de Sintra, o Agrupamento de Escolas de Massamá integra cinco estabelecimentos de educação e ensino que se situam na União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão e na de Queluz e Belas.

Teve origem em 2012-2013, em resultado da agregação da Escola Secundária Stuart Carvalhais, escola-sede, com o anterior Agrupamento de Escolas Professor Egas Moniz e com as escolas básicas do Casal da Barôta e de Xutaria. Estas últimas integravam, à época, o Agrupamento de Escolas D. Pedro IV, após terem constituído, durante seis anos, o Agrupamento de Escolas do Casal da Barôta, o qual foi avaliado em novembro de 2009, no âmbito do primeiro ciclo de avaliação externa das escolas.

### **Escola Básica Professor Egas Moniz, Massamá, Sintra**

Ainda no letivo de 2003/2004, os serviços da Direção Regional de Lisboa começaram a estabelecer contactos no sentido de se vir a criar um Agrupamento entre a Escola EB 2,3 Prof. Egas Moniz e a Escola EB1 N.º 2 de Massamá.

A Câmara Municipal de Sintra traduzia a vontade das duas escolas em manterem cada uma a sua individualidade e fez com que processo se arrastasse até 2007. Nesse ano, um despacho do Sr. Diretor Regional, datado

de 3 de Abril, indiferente à vontade das duas escolas, criou o Agrupamento de Escolas Prof. Egas Moniz e definiu como sede a escola do 2.º e 3.º ciclos.

### **Escola Básica n.º 2 de Massamá, Sintra**

A Escola EB1 N.º2 de Massamá está inserida num meio urbano, no extremo sudoeste da União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão, concelho de Sintra. O edifício foi construído em 1988, tendo entrado em funcionamento em setembro de 1989.

A EB1 N.º2 de Massamá tem a valência de Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico.

### **Escola Básica do Casal da Barôta, Belas, Sintra**

A Escola EB1/JI do Casal da Barôta está inserida num meio urbano, na urbanização do Casal da Barôta e pertence à União de Freguesias de Queluz - Belas, concelho de Sintra.

A EB1/JI do Casal da Barôta tem a valência de Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico.

### **Escola Básica de Xutaria, Belas, Sintra**

A Escola EB1/JI está inserida num meio urbano, na urbanização do Casal da Barôta e pertence à União de Freguesias de Queluz - Belas, concelho de Sintra.

A EB1/JI da Xutaria tem a valência de Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico.

## BIBLIOGRAFIA:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MASSAMÁ (2016). *Avaliação externa das escolas: relatório, 2016-2017* [em linha]. Sintra: A.E.M. [Consult. 24 de jun. 2019]. Disponível: <[http://www.ige.min-edu.pt/upload/PUBLICACOES/AEE/LISBOA/LISBOA\\_Sintra\\_AEE\\_AE\\_Massa\\_ma\\_2016\\_2017\\_R.pdf](http://www.ige.min-edu.pt/upload/PUBLICACOES/AEE/LISBOA/LISBOA_Sintra_AEE_AE_Massa_ma_2016_2017_R.pdf)>.

ESCOLA SECUNDÁRIA STUART CARVALHAIS (2019). *Agrupamento* [em linha]. Sintra: E.S.E.C. [Consult. 24 de jun. de 2019]. Disponível: <<https://www.escolasmassama.pt/a-escola/>>.

ESCOLA SECUNDÁRIA STUART CARVALHAIS (2019). *Escola Secundária Stuart Carvalhais* [em linha]. Sintra: E.S.E.C. [Consult. 24 de jun. de 2019]. Disponível: <<https://www.escolasmassama.pt/a-escola/>>.

## **ESCOLA SECUNDÁRIA TOMÁS CABREIRA, FARO**



Em 1914, o Ministério da Obras Públicas anuncia a construção de um novo edifício, pois a falta de salas e o constante aumento de estudantes liceais tornavam difícil a situação. Em 1948, o Liceu é transferido para as novas instalações, onde tinha funcionado por 40 anos, e recebe, a recém-criada escola o nome de Escola Técnica Elementar Serpa Pinto. Apenas 3 anos depois, a 31 de maio de 1951, passa a integrar também, além do ensino elementar que já funcionava, o ensino comercial e industrial através de uma fusão com a Escola Comercial e Industrial, em 1951.



Após o 25 de abril de 1974 o ensino em Portugal sofre grandes alterações que vêm a ser colocadas em prática até 1979. O ensino liceal e técnico são extintos em 1975, surgindo, então, os cursos gerais unificados e os 10.º e 11.º primeiros anos. Assim, em 1979, a Escola Industrial e Comercial de Faro passa a designar-se Escola Secundária Tomás Cabreira.

Em suma:



Em 1986, o ensino em Portugal volta a ter grandes mudanças. O Curso Geral Unificado (7.º, 8.º e 9.º anos) é transformado em 3.º Ciclo do ensino Básico o que, por conseguinte, leva a Escola Secundária a não continuar o ensino destes anos escolares, ficando apenas com o ensino secundário (não obrigatório). Este processo não é imediato, pois em 1986 não havia capacidade nas novas escolas (acabadas de construir ou ainda em construção) para todos

os alunos do novo 3.º Ciclo do ensino básico, por isso, a escola Secundária Tomás Cabreira continuou a lecionar o 9.º ano mais alguns anos.



A partir de 2009, o ensino secundário passa a ser obrigatório até à idade de 18 anos. Em dezembro de 2010, começa a grande remodelação de toda a estrutura desta Escola, que se realiza até 2012 – várias áreas/edifícios são destruídos para dar lugar a novos planos educacionais. Em suma: a escola Secundária Tomás Cabreira, como instituição, começa a 16 de agosto de 1888 como Escola de desenho Industrial Pedro Nunes e funcionava na atual Rua do Município.



A Escola Secundária Tomás Cabreira, em Faro, é um estabelecimento de ensino que desempenha, em conformidade com a sua tradição centenária, um importante papel na cidade e na região, no que concerne à formação de todos

e cada um dos seus alunos, dotando-os com competências e conhecimentos que permitam ir ao encontro das expectativas dos alunos e das famílias, explorar plenamente as suas capacidades e integrar-se na sociedade. O Agrupamento de Escolas Tomás Cabreira foi criado no ano letivo de 2012-2013.

| CONSTITUIÇÃO DO AGRUPAMENTO                               |     |         |         |         |     |
|-----------------------------------------------------------|-----|---------|---------|---------|-----|
| Jardins de Infância e Escolas                             | EPE | 1.º CEB | 2.º CEB | 3.º CEB | SEC |
| <b>Escola Secundária Tomás Cabreira, Faro</b>             |     |         |         | •       | •   |
| Escola Básica Dr. Joaquim Rocha Peixoto Magalhães, Faro   |     |         | •       | •       |     |
| Escola do Ensino Básico Mediatizado Ilha da Culatra, Faro |     |         | •       |         |     |
| Escola Básica de Ilha da Culatra, Faro                    |     | •       |         |         |     |
| Escola Básica de S. Luís, Faro                            |     | •       |         |         |     |
| Escola Básica do Bom João, Faro                           |     | •       |         |         |     |

Resultou da agregação da Escola Secundária Tomás Cabreira (escola-sede) com o Agrupamento de Escolas Dr. Joaquim Magalhães, unidades orgânicas avaliadas em fevereiro de 2009 e em janeiro de 2010, no âmbito do primeiro ciclo de avaliação externa. Para além da sede, integra três escolas básicas do 1.º ciclo, uma dos 2.º e 3.º ciclos e uma do ensino básico mediatizado. Na escola secundária, funciona um Centro de Qualificação e Ensino Profissional.

## BIBLIOGRAFIA:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TOMÁS CABREIRA (2015). *Avaliação externa das escolas: relatório* [em linha]. Faro: A.E.T.C. [Consult. 24 de jun. de 2019]. <[http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE\\_2016\\_Sul/AEE\\_2016\\_AE\\_Tomas\\_Cabreira-Faro\\_R.pdf](http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE_2016_Sul/AEE_2016_AE_Tomas_Cabreira-Faro_R.pdf)>.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TOMÁS CABREIRA (2015). *Agrupamento: Escola Secundária Tomás Cabreira* [em linha]. Faro: A.E.T.C. [Consult. 24 de jun. de 2019]. Disponível: <<http://www.agr-tc.pt/site/index.php/caracterizacao-tc>>.

FARO: EVOLUIMOS CONSIGO (s. d.). *Agrupamento de Escolas de Tomás Cabreira* [em linha]. Faro: Câmara municipal [Consult. 26 de jun. de 2019]. Disponível: <<https://www.cm-faro.pt/pt/menu/592/agrupamento-de-escolas-de-tomas-cabreira.aspx>>.

IN-FARO (s. d.). *Escola Secundária Tomás Cabreira* [em linha]. [Consult. 24 de jun. de 2019]. Disponível: <[http://www.in-faro.com/loc\\_escola\\_tomas\\_cabreira.html](http://www.in-faro.com/loc_escola_tomas_cabreira.html)>.

PROTECNA (s. d.). *Escola Secundária Tomás Cabreira – Faro* [em linha]. Faro: Protecna: Consultadoria de engenharia [Consult. 24 de jun. de 2019]. Disponível: <<https://protecna.pt/project/escola-secundaria-tomas-cabreira-faro/>>

***Créditos fotográficos:***

Parque Escolar, EP; Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva e Agrupamento de Escolas Afonso de Albuquerque – Guarda (capa);

Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano; Agrupamento de Escolas Alfredo da Silva; Agrupamento de Escolas Clara de Resende; Agrupamento de Escolas da Caparica; Agrupamento de Escolas de Canelas; Agrupamento de Escolas de Massamá; Agrupamento de Escolas Francisco Arruda; Agrupamento de Escolas Gil Vicente; Agrupamento de Escolas Nuno Gonçalves; Direção-Geral do Património Cultural; Parque Escolar, EPE; [Pt.wikipedia.org](http://Pt.wikipedia.org); Secretaria-Geral da Educação e Ciência.